

O Brasil está nu!

O avanço da monocultura da soja,
o grão que cresceu demais

Sergio Schlesinger
e Silvia Noronha



FASE
Solidariedade
e Educação

O Brasil está nu!

O avanço da monocultura da soja,
o grão que cresceu demais

Sergio Schlesinger
e Silvia Noronha

NOVEMBRO DE 2006

 **FASE**
Solidariedade
e Educação



O Brasil está nu! **O avanço da monocultura da soja,** **o grão que cresceu demais**

© 2006, FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

TEXTO

Sergio Schlesinger e Sílvia Noronha

PUBLICAÇÃO

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

APOIO

ActionAid Brasil
Charles Stewart Mott Foundation
Fundação Heinrich Böll
Solidaridad

As atividades da FASE em torno da temática da soja são apoiadas também pelas seguintes instituições:

ActionAid Americas
Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento – CCFD
Fundação Ford
IDRC – International Development Research Center (*através do projeto Red ComAgri*)
Oxfam

PROJETO GRÁFICO

Mais Programação Visual
www.maisprogramacao.com.br

FOTO DA CAPA (GRÃOS DE SOJA)

Vanor Correia

FOTOLITO E IMPRESSÃO

XXXXXXXXXX

TIRAGEM

1.500 exemplares

O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais / Sergio Schlesinger e Sílvia Noronha —
Rio de Janeiro : FASE, 2006. 148 p.

ISBN XX-XXXX-XX-X

1. Brasil - agronegócio
 2. Meio ambiente
 3. Impacto ambiental
 4. Desenvolvimento Sustentável
- I. Sergio Schlesinger II. Sílvia Noronha
III. Projeto Brasil Sustentável e Democrático IV. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional V. Título

As opiniões expressas neste estudo são dos autores e não necessariamente refletem as das organizações que apoiaram sua realização.

SUMÁRIO

Introdução	5
CAPÍTULO I Por que tanto consumo de soja no mundo?	9
CAPÍTULO II Histórico da expansão da soja no Brasil	20
CAPÍTULO III A tomada do território	29
CAPÍTULO IV Um outro olhar sobre Sorriso	36
CAPÍTULO V Baixo Araguaia: cem anos de equívocos	52
CAPÍTULO VI Santarém e Belterra: a “fronteira” da vez	71
CAPÍTULO VII Campos (outrora) Lindos	88
CAPÍTULO VIII Cadeia produtiva: quem ganha e quem perde com este modelo	101
CAPÍTULO IX As benesses do Estado	114
CAPÍTULO X Negociações internacionais	118
CAPÍTULO XI Conclusões	122
ANEXO A monocultura da soja e o retrocesso nos direitos humanos	132
GLOSSÁRIO Instituições, programas, projetos e siglas	145
Referências bibliográficas	147

INTRODUÇÃO

“Esse grãozinho foi responsável pelo desbravamento de promissoras fronteiras agrícolas, pela conquista de novos mercados e pela incorporação de modernas tecnologias ao campo.”

Roberto Rodrigues¹

“A gente tinha laranja, tangerina, banana, abacate, pupunha. Eles colocaram as máquinas, e você não vê um pé de nada. Então virou uma vida assim, que a pessoa além de ser pobre virou uma vida de aperreio, de dificuldade e de sacrifício. Eu sei que é triste o negócio.”

Rosa²

“A dor da gente não sai no jornal.”

Haroldo Barbosa³

De grão em grão – transgênico ou não – o cultivo da soja espalhou-se por todas as regiões do Brasil nas três últimas décadas. Ocupa hoje uma área cinco vezes e meia superior à da Holanda. O Brasil foi, em 2003 e 2004, o maior exportador mundial de soja e vem mantendo a posição de segundo maior produtor, após os Estados Unidos. A previsão é de que esta condição de maior exportador mundial volte a ocorrer em breve, consolidando-se ao longo dos próximos anos. Os três principais produtos do chamado complexo soja – grão, farelo e óleo – representaram, em 2005, oito por cento das exportações do país, ou cerca de US\$ 9,5 bilhões. Corresponderam, também, a cerca de um terço de toda a soja comercializada no mercado internacional.

A abertura de novos mercados para a produção brasileira de grãos, particularmente da soja, e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelo agronegócio têm sido apresentados à sociedade brasileira, pelos representantes das organizações da agricultura patronal e pela mídia, como um bem em si mesmo.

A presença crescente do agronegócio na pauta de exportações do Brasil e a necessidade de geração de saldos comerciais positivos, face às dificuldades decorrentes do endividamento externo e à crença de que o aumento

1 Ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e proprietário de uma área plantada de 4 mil hectares de soja na região de Balsas, no sul do Maranhão.

2 Ex-moradora da comunidade do Prata, Santarém, Pará, expulsa pela expansão da soja.

3 Jornalista, compositor e letrista carioca, *Notícia de Jornal*, em parceria com Luiz Reis.

das exportações é a principal mola propulsora do desenvolvimento, explica o estímulo governamental ao crescimento das atividades do setor. Parte significativa dos impostos pagos pela população brasileira transforma-se em apoio a estas atividades, sob as mais variadas formas: construção de infra-estrutura, perdão de dívidas, isenções fiscais e muitas outras.

Para os beneficiários desta expansão – grandes empresas nacionais, multinacionais, fazendeiros e, às vezes, ministros de Estado –, nossos recursos naturais não são mais que obstáculos a serem “desbravados”. Desbravar, segundo os dicionários, quer dizer livrar de obstáculos, desimpedir, limpar. Dentre outros “obstáculos”, o cultivo da soja vem enfrentando os seguintes:

- A Floresta Amazônica e o Cerrado, dois dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta. Suas florestas, suas águas, seus animais, seus povos tradicionais e sua cultura.
- A agricultura familiar tradicional, principal responsável pela produção de alimentos consumidos pela população brasileira e pela criação de postos de trabalho no campo.
- A silvicultura, o agroextrativismo, a pesca artesanal e outras atividades tradicionais dos habitantes das regiões de expansão do cultivo da soja.
- A segurança e a soberania alimentares da população brasileira. Mais de três quartos da produção de soja no Brasil se destinam a alimentar frangos, porcos e bovinos criados em cativeiro nos países importadores.
- A soberania econômica, ou seja, a independência econômica do Estado brasileiro, pois a soja – assim como outros produtos e setores – é cada vez mais controlada por multinacionais, da produção de sementes à sua comercialização.

As conseqüências do avanço da monocultura sobre as comunidades rurais, particularmente sobre os agricultores familiares, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e comunidades indígenas, não têm sido suficientemente investigadas e divulgadas, condenando à invisibilidade os processos de empobrecimento, exclusão social e territorial hoje em curso nestas regiões. Os depoimentos das vítimas desta expansão, complementados com os dados aqui apresentados, põem a nu esta realidade.

O presente estudo busca justamente trazer à luz, para o debate público, os “custos invisíveis” do atual modelo agrícola, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte. Para isto, utiliza como fontes de informação cinco documentos recentemente produzidos pela FASE:

- *“Estudo de caso sobre a soja no estado de Mato Grosso, município de Sorriso”*, de autoria de Antonio João Castrillon Fernandez. Trata-se do estudo de campo sobre a localidade com a maior área plantada de soja do planeta, conhecido como a capital mundial da soja. Ocupando dois terços da área do município, a produção de Sorriso corresponde a 4% do total da soja colhida no Brasil. Localizado em área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, à margem da rodovia Cuiabá-Santarém, Sorriso espelha os efeitos da expansão da soja conduzida até o limite de suas possibilidades. Antiga terra do povo Kaiabi, exhibe hoje os traços históricos da monocultura no Brasil, dentre os quais destaca-se o amplo fosso entre poucos ricos fazendeiros e populações pobres, subempregadas ou sem terra.
- *“Impactos sociais e ambientais da expansão da soja na região do Baixo Araguaia – Mato Grosso”*, de Antonio João Castrillon Fernandez. Pesquisa de campo realizada em uma das mais recentes frentes de expansão do agronegócio brasileiro, tendo como atividade motora as lavouras de soja. O estudo inclui a história da ocupação da região, contribuindo para uma melhor compreensão das desigualdades sociais e econômicas do Brasil.
- *“Conflitos socioambientais, demandas sociais e políticas públicas: impactos do avanço da soja em Santarém e Belterra”*, pesquisa que está sendo desenvolvida pela FASE-Amazônia, sob a coordenação de Vânia de Carvalho e Letícia Tura. Trata-se de um estudo de campo sobre Santarém e Belterra, municípios do estado do Pará situados em plena Floresta Amazônica, onde a expansão da soja é recente e veloz. Juntos, respondem atualmente por cerca de metade da produção de soja do estado. São parte de uma das últimas fronteiras de reservas florestais do Pará e, ao mesmo tempo, importantes pólos agrícolas e produtores de frutas para o consumo regional. A expansão da soja é responsável por uma série de violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos de lideranças rurais, expulsão de agricultores familiares, desaparecimento de comunidades rurais, desmatamento, contaminação das águas, dentre outros. O estado do Pará é o que apresenta o maior índice de assassinatos motivados por conflitos agrários no Brasil.
- *“Do sertão à periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja – o caso da Serra do Centro, em Campos Lindos – Tocantins”*, de Mariana Wiecko Volkmer de Castilho (CPT) e José Gerley Díaz Castro. O estudo avalia os impactos do projeto agrícola do município que mais

produz soja no estado do Tocantins. A pesquisa de campo foi promovida pela FASE em conjunto com profissionais da ONG Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

- “*O grão que cresceu demais*”, de Sergio Schlesinger. Um estudo geral, contendo informações sobre a evolução da produção e do comércio de soja no Brasil e no mundo. Dele foram extraídos dados sobre a expansão territorial da soja, suas razões e motivações, seus beneficiários, as grandes empresas envolvidas, as relações com os demais segmentos da cadeia alimentar e os impactos sobre a agricultura familiar, o conjunto da sociedade e o meio ambiente.

Nosso trabalho é dedicado aos movimentos sociais do campo, aos trabalhadores rurais, às diversas organizações nacionais e internacionais e a todos que, percebendo-se como parte desta natureza que está sendo destruída, buscam informações, estratégias de ação, alternativas ao atual modelo agroexportador, baseado na monocultura, na concentração da renda, no uso indiscriminado dos recursos naturais essenciais à preservação da vida e no empobrecimento da população rural, particularmente dos agricultores familiares. Para isso, é preciso passar a palavra à população do campo hoje oprimida pela expansão do agronegócio, e apostar no fortalecimento das organizações locais que procuram enfrentar os problemas decorrentes do avanço da soja. Ouvir a voz das populações do campo é a melhor maneira de arejar, aprofundar e ampliar o debate público em torno desta temática. É de declarar um sonoro “NÃO” à presença da monocultura da soja no bioma Amazônia e à sua expansão no Cerrado.

Desbravar, ainda segundo os dicionários, significa também fazer “perder a braveza”, “amansar”, “domar” as forças da natureza. Acreditando que o agronegócio e seu poder de destruição – econômica, social, ambiental, humana e cultural – é que precisa ser urgentemente domesticado, oferecemos aqui nossa contribuição nesse sentido. ●

Por que tanto consumo de soja no mundo?

A expansão da soja está diretamente ligada à maior demanda por carne animal. Atualmente, 90% de toda a safra do mundo é destinada às indústrias de esmagamento, que transformam o grão em óleo e farelo. Este último, por sua vez, servirá de ração para o gado, frangos, porcos, entre outros, sempre que criados em confinamento. Essa utilização explica o crescimento da demanda e o consequente aumento de 60% da produção de soja mundial entre 1995 e 2005.

A soja vem se tornando o principal item do cardápio dos animais criados em cativeiro por conter alto teor de proteína vegetal. Segundo uma das maiores processadoras agrícolas do mundo, a norte-americana Archer Daniels Midland (ADM), que também atua no Brasil, os aminoácidos presentes no farelo de soja são altamente digestíveis e complementam outros ingredientes para a obtenção de uma dieta balanceada. O farelo de soja é usado como fonte de aminoácidos em muitos animais, em todas as fases de vida.⁴ Em geral, a dieta é balanceada com o milho, também usado largamente como ração, por ser considerado fonte de energia para os animais.

Como o consumo de carne de frango e de laticínios tende a crescer acima da média dos demais alimentos – segundo projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) –, deverá prosseguir a ampliação da área plantada com soja, basicamente na América do Sul, em especial no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, onde estaria localizada a maior parte das “terras disponíveis”. Já os demais grandes produtores, como Estados Unidos e China, tendem a expandir suas lavouras em menores proporções. Portanto, caberá a alguns países em desenvolvimento suprir a expansão da demanda.

4 <http://www.admworld.com/lapo/ahn/vegetableprotein.asp>

Em 2005, de cada dez quilos de soja consumidos em todo o mundo, oito eram provenientes dos Estados Unidos, Brasil e Argentina, as três nações líderes desse mercado. Entretanto, desde a virada do século a soma da produção dos países sul-americanos ultrapassou a dos Estados Unidos. E, apesar dos custos sociais e ambientais, a tendência é a consolidação dessa liderança, em função das comumente citadas “terras disponíveis”, embora tais áreas, no Brasil, estejam situadas principalmente em território de Floresta Amazônica e Cerrado e ainda em regiões de pastagens existentes nesses biomas.

Curioso observar que a acelerada expansão da área plantada ocorre basicamente para servir de ração para os animais de apenas três regiões do planeta: Estados Unidos, União Européia e China, que juntos consomem dois terços de todo farelo de soja produzido no mundo.

TABELA 1

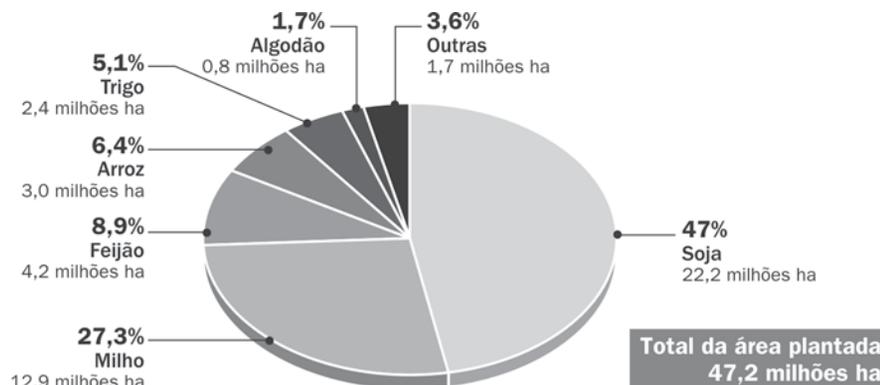
Produção mundial de soja (milhões ton.)

País	1995	Part. %	2005	Part. %
Estados Unidos	59,2	46,7	85,0	39,5
Brasil	25,7	20,2	51,1	23,7
Argentina	12,1	9,5	39,0	18,1
China	13,5	10,6	17,4	8,1
Outros	16,5	13,0	22,8	10,6
Total	127,0	100,0	215,3	100,0

Fonte: USDA.

GRÁFICO 1

Divisão da área plantada com grãos no Brasil – safra 2005-2006

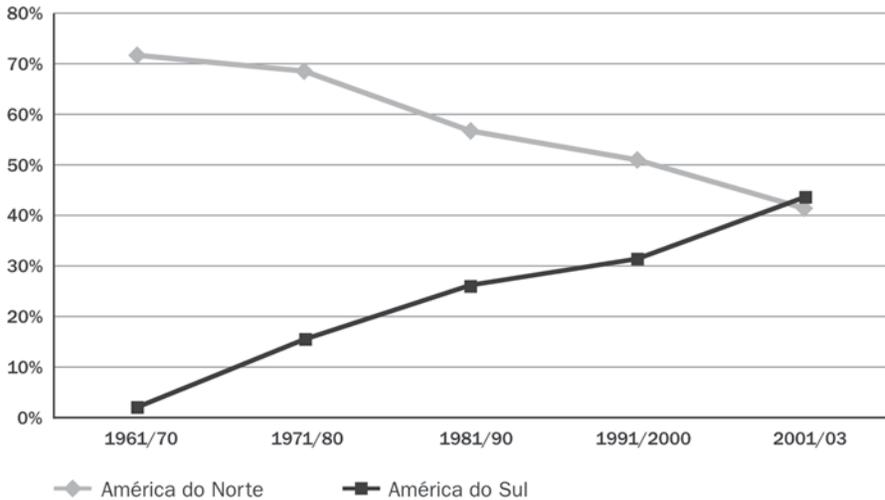


Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), boletim de julho de 2006.

O salto da década de 1990

GRÁFICO 2

Cultura da soja: participação na produção mundial por continente – 1961 a 2003



Fonte: Siqueira, 2004.

A expansão do plantio nos países do Cone Sul tornou-se vertiginosa a partir dos anos 1990, quando atingiu um ritmo de crescimento da ordem de 17,45% ao ano, contra 4,15% nos Estados Unidos. Ao proporcionar a entrada de moeda estrangeira como resultado das exportações – melhorando o saldo da balança comercial –, a soja foi uma pretensa tábua de salvação à qual os países do Cone Sul parecem ter se agarrado sem avaliar os desdobramentos futuros de tal caminho. Neste sentido é de extrema relevância analisar de que forma a região está se inserindo neste mercado mundial.

Numa avaliação dos principais produtores, Argentina e Bolívia ficam no topo do volume proporcional exportado (90% de sua produção) e o Brasil vem logo em seguida (71%). A Argentina é o país que mais consegue adicionar algum valor ao produto em seu próprio território, realizando 80% das vendas ao exterior na forma de farelo e óleo de soja, enquanto ocorre o inverso no Brasil, que exporta principalmente grãos (63% da produção), ou seja, sem realizar qualquer processo de industrialização.

Essa disparidade entre países que enfrentam barreiras comerciais internacionais semelhantes é explicada pelas distintas legislações nacionais.

O Brasil, por exemplo, adota uma lei que favorece a exportação do grão. A Lei Kandir (LC nº 87/1996) isenta as empresas exportadoras de produtos primários e semi-elaborados do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI, um imposto federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, imposto estadual), o que barateia o preço final do grão, comparativamente ao do farelo e ao do óleo de soja.

Entretanto, esta lei garante o repasse de verbas do governo federal para os estados a título de compensação das perdas provocadas pela renúncia fiscal. Assim sendo, toda a sociedade brasileira arca duas vezes com a medida: primeiro, quando o governo deixa de arrecadar; segundo, quando a União cobre o prejuízo dos estados. Isto sem falar das perdas decorrentes do não processamento do produto, porque depois da entrada em vigor desta lei, pela primeira vez, em 1996, o país passou a exportar mais grão do que farelo, quadro que ainda se mantém.

A industrialização do produto acrescentaria ganho à balança comercial do país, além de gerar mais empregos. Em 2005, uma tonelada de grãos rendia para o Brasil US\$ 238,00 no mercado internacional, contra US\$ 462,00 do óleo bruto. Apesar disso, o óleo representou menos de 7% das exportações do complexo soja brasileiro. Esses números demonstram caber ao Brasil ainda hoje o papel de “celeiro” do mundo, visão sobre a qual concorda Alberto Weisser, presidente da Bunge, uma das maiores processadoras do mercado de grãos, sediada em Nova York. Em 2005, ele declarou que investimentos em novas fábricas da multinacional estão sendo feitos prioritariamente na Ásia e no Leste Europeu. Ao Brasil cabe principalmente, segundo ele, o papel de “celeiro” para a abertura dessas novas fronteiras exploradas pela empresa.⁵ Assim, desde fins de 2005, a empresa vem fechando diversas unidades de esmagamento no Brasil.

Ou seja, o país destrói sua biodiversidade e a cultura das populações do campo para abastecer o mundo de produtos básicos, por intermédio de empresas que crescem na esteira do desmatamento e do fortalecimento da monocultura no Brasil.

A se manterem esses padrões de comércio internacional, países em desenvolvimento como o Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia tendem a abastecer a crescente demanda pelo produto no mundo, enquanto as nações desenvolvidas diminuem suas dispendiosas plantações de grãos, caso da União Européia, que eliminou boa parte da safra interna de girassol, canola e soja, por considerar economicamente mais vantajoso importar soja.

5 *Brasil alimenta expansão global da Bunge*. Valor Econômico – Agronegócios – Pág B14, 13/06/05.

Caso atípico é a China – principal importador de soja do mundo, seguido da União Européia e do Japão. Até o início dos anos 90, o gigante asiático plantava para abastecer seu consumo milenar do produto. De 1993/1994 a 2004/2005, sua demanda de farelo cresceu mais de 15% ao ano, mas o aumento da safra não acompanhou o ritmo da demanda, em parte devido à degradação ambiental do país, à contaminação de rios e lençóis freáticos, que vêm inviabilizando a expansão da agricultura interna. Entretanto, o governo chinês pôs em prática políticas de estímulo à compra do grão, estabelecendo barreiras à entrada de farelo e óleo, para que o processo de esmagamento fosse feito dentro do país.

Já a União Européia importa mais farelo do que grão e uma quantidade insignificante de óleo, pois a população prefere cozinhar com colza, girassol, entre outros. Com isso, a compra do grão abasteceria a região de uma quantidade de óleo sem mercado consumidor, porque no processo de esmagamento são gerados necessariamente cerca de 80% de farelo e 20% de óleo.

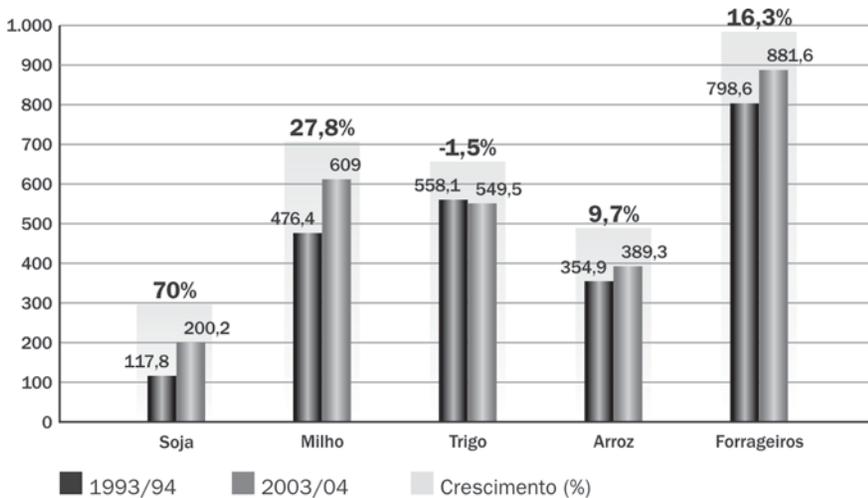
GRÁFICO 3

Comércio mundial de soja (2004/05 – % de participação por país)

Exportadores			
	Grão	Farelo	Óleo
Estados Unidos	46,1	14,4	6,6
Brasil	31,5	30,9	26,6
Argentina	14,6	43,1	51,9
Paraguai	4	1,1	1,4
Canadá	1,6	0,2	0,2
China	0,6	1,4	0,4
Bolívia	0,5	2,1	2,8
Outros	1,1	6,8	10
	Total = 100	Total = 100	Total = 100
Importadores			
	Grão	Farelo	Óleo
China	39,9	0,2	19,5
União Européia	23,8	48,2	0,5
Japão	6,6	3,3	0,5
México	5,6	2,4	1,7
Taiwan	3,5	0,2	0,4
Tailândia	2,3	3,9	0
Coréia do Sul	1,9	3,2	2,7
Indonésia	1,8	4,1	0,2
África, Norte	1,8	3,4	10
Canadá	0,7	2,5	1,2
Outros	12	28,6	63,3
	Total = 100	Total = 100	Total = 100

Fonte: USDA.

GRÁFICO 4

Produção mundial de grãos (milhões ton.)

Fonte: Pereira, 2004.

Globalização do consumo de carne

Várias pesquisas, como da FAO e também do IBGE, indicam que o consumo de carnes acompanha as variações de renda *per capita* da população. Quanto maior a renda, menor o consumo de cereais e tubérculos, e maior o de carnes, principalmente de aves, nos dias atuais. Além disso, haveria uma tendência à globalização dos hábitos alimentares (Mintz, 2001), um fenômeno que atribui *status* social ao consumidor de carne. No Japão, por exemplo, o consumo *per capita* anual de arroz caiu quase pela metade (de 107 kg para 65 kg) entre 1961 e 2000, mas o de carne foi multiplicado por oito no mesmo período (de 5 kg para 40 kg). Por sua vez, em 1990 o povo chinês já comia três vezes mais carne do que em 1961.

Enfim, para frear os impactos da sojicultura no Brasil é necessário rever o papel que o país está desempenhando no mercado internacional e, ainda, mudar os padrões de criação animal no mundo e os hábitos alimentares globalizados. Nesse sentido, organizações não-governamentais européias já discutem o lançamento de campanhas em prol da redução do consumo de proteína animal, enquanto outras avaliam formas de estímulo à produção de soja agroecológica. O Greenpeace ataca o mal pela raiz: suas campanhas realizadas em 2006 alertam que o público consumidor de carne européia está “comendo” a Amazônia.

TABELA 2

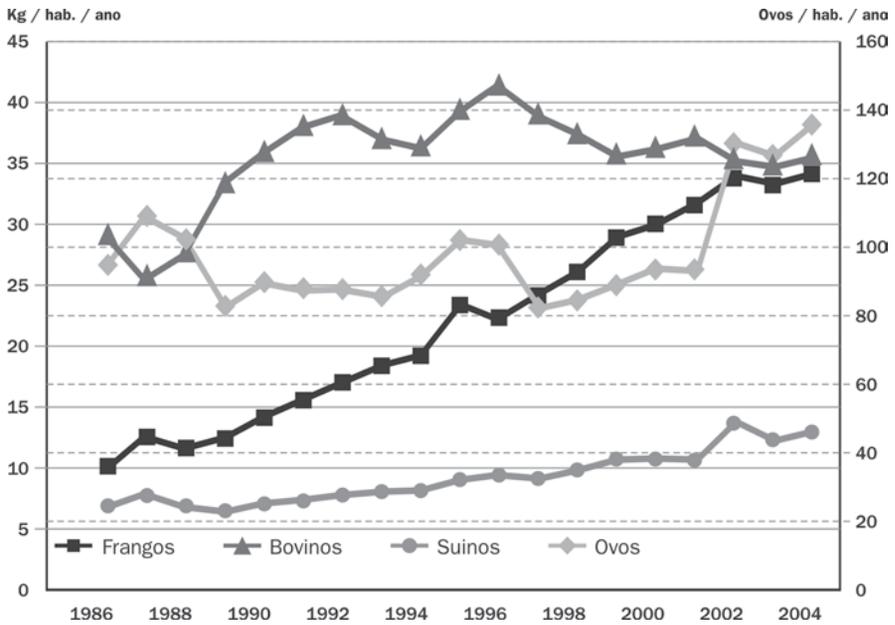
Consumo mundial de farelo de soja (milhões ton.)

País ou região	1994	2004	Cresc. anual (%)
Ásia	16,9	42,1	9,5
União Européia	22,7	32,1	3,3
Estados Unidos	22,9	28,4	2,2
China	5,1	21,5	15,5
América Latina	9,7	18,5	6,7
Outros	8,5	17,0	7,2
Total	80,7	138,1	5,52

Fonte: Pereira, 2004.

GRÁFICO 5

Avicultura de corte: situação atual



Fonte: UBA/ABIPECS/ABEF/CNPC⁶.

6 Ademir Francisco Giroto e Marcelo Miele, pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves, Área de Sócio-Economia. Estudos da Embrapa – Situação atual e tendências para a avicultura de corte nos próximos anos, disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=12024&tipo_tabela=produtos&categoria=frango_de_corte

TABELA 3

Estimativa de consumo para carnes de aves (mil ton.)

País/região	2004	2005	2010	2015	Cresc.
Rússia	1.781	1.769	2.186	2.551	43%
África do Norte e Oriente Médio	2.446	2.525	3.014	3.455	41%
Tailândia	830	876	1.034	1.165	40%
Arábia Saudita	905	903	1.073	1.220	35%
China	10.089	10.206	11.649	13.430	33%
Brasil	6.125	6.282	7.254	8.147	33%
México	2.878	2.911	3.336	3.717	29%
Coréia do Sul	528	564	623	673	28%
Canadá	1.072	1.105	1.227	1.335	25%
Estados Unidos*	14.807	15.745	16.981	17.644	19%
Europa Central e do Leste	1.768	1.824	1.960	2.058	16%
Hong Kong	233	235	245	252	8%
Japão	1.850	1.865	1.939	1.974	7%
União Européia	7.020	6.993	6.978	6.940	-1%

Fonte: USDA, 2004 (dado dos EUA, fonte: OCDE).

*Para os EUA a projeção é para até 2013⁷.

O que esperar do biodiesel da soja?

No Brasil, cerca de 58% dos grãos colhidos são esmagados. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), interessada em ampliar o consumo dos produtos oriundos das indústrias associadas (entre elas, ADM, Cargill, Bunge e Coinbra, do grupo Dreyfus), faz *lobby* junto ao governo federal para obter subsídios que permitam a utilização do óleo bruto da soja na obtenção de biodiesel.

A utilização do óleo de soja como biocombustível é, na verdade, uma excelente oportunidade que o empresariado do setor vislumbra para utilizar a capacidade de esmagamento atualmente ociosa. Segundo o presidente da comissão de biodiesel da Abiove, Juan Diego Ferrés, o setor tem uma capacidade ociosa de 10 milhões de toneladas/ano. Para ele, as empresas poderiam utilizar essa capacidade para produzir elas mesmas o combustível, ou então vender o óleo para refinadoras.⁸

⁷ idem nota 6, pág. 16.

⁸ *Cresce interesse das esmagadoras no biodiesel*. Gazeta Mercantil, 27/12/05.

O Programa Nacional do Biodiesel, que prevê a adição de 2% de biodiesel ao diesel até janeiro de 2008 e de 8% a partir de 2013, foi apresentado pelo governo federal como iniciativa destinada a gerar trabalho e renda para cem mil famílias de agricultores. O projeto possui de fato elevado potencial de criação de postos de trabalho, considerados os modelos que vêm sendo anunciados para os casos da mamona e do dendê. Mas mesmo para estes casos, as primeiras iniciativas vêm contemplando também agricultores de médio porte.

Sobre a geração de renda para estas famílias, não se pode esperar o mesmo. O modelo posto em prática é o da produção integrada, em que grandes empresas adquirem a matéria-prima do pequeno produtor, velho conhecido da agropecuária brasileira, como ocorre com o fumo, o frango, a soja e tantas outras culturas. Para o caso da soja, entretanto, dadas as características de seu modo de produção, sequer a questão dos postos de trabalho seria contemplada.

A possibilidade de produzir biodiesel a partir da soja ou outras oleaginosas já mobiliza os grandes empresários do agronegócio, de fazendeiros a representantes das companhias nacionais e multinacionais do segmento, inclusive aquelas que ainda não estão instaladas no Brasil. Segundo o jornal DCI, em julho de 2005 já chegavam ao Brasil, para primeiros contatos, executivos das alemãs CCC Machinery e Cimbria-Sket e da britânica Biodiesel Energy Trade Ltda., interessados em investir na atividade e iniciar o diálogo com governos estaduais e municipais a respeito da concessão de possíveis benefícios públicos para o setor, além da garantia de regularidade do fornecimento de matérias-primas.⁹

Além disso, empresários e fazendeiros de maior porte pleiteiam do governo federal a extensão à grande produção dos incentivos fiscais e tributários concedidos ao cultivo do biodiesel originário da agricultura familiar. O depoimento do presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é dramático:

“Nós não somos contra o apoio que se dá à agricultura familiar, entendemos que é necessário, mas não podemos aceitar que se criem castas privilegiadas para um ou outro segmento da cadeia produtiva.”¹⁰

Antônio Ernesto de Salvo, presidente da CNA

Grandes empresas do setor, como a ABC Inco Indústria e Comércio, ADM, Bunge e Coamo Agroindustrial Cooperativa, engrossam o coro afinado dos defensores da extensão das facilidades fiscais ao empresariado. Elas têm

9 *Biodiesel aguça o apetite de três multinacionais européias*. Jornal DCI, 08/07/05.

10 Humberto Azevedo. *Biodiesel já nasce polêmico*: disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/Biodiesel_granol.pdf

interesse em produzir biodiesel no Brasil, mas “aguardam a redefinição do sistema de cobrança tributária, que atualmente isenta 100% do PIS-Cofins apenas para biodiesel de óleo de palma e mamona da agricultura familiar das regiões Norte e Nordeste”¹¹. A Caramuru Alimentos diz estar pronta para entrar no segmento, informa seu vice-presidente, César Borges de Souza. “Investiremos no setor, desde que haja segurança na legislação que prevê a mistura obrigatória de biodiesel no diesel a partir de 2008”¹². Para Carlo Lovatelli, presidente da Abiove, a rainha do biodiesel será mesmo a soja. E para assumir essa tendência e cumprir a meta de 840 milhões de litros, ele vê a necessidade de aumentar em 5 milhões de hectares a área de plantio da soja.

O H-Bio: mais óleo de soja

Em maio de 2006, a Petrobras anunciou a substituição, a partir de 2007, de pelo menos 10% do diesel importado pelo H-Bio, um biodiesel produzido a partir do óleo de soja¹³. A idéia é utilizar nesta primeira fase do projeto 9,6% do óleo de soja refinado exportado pelo país, percentual que deve aumentar gradativamente, atingindo 15,5% em 2008-2009.

No dia 29 de julho de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou em Araucária, no Paraná, o programa de produção de diesel H-Bio. Segundo o jornal O Globo¹⁴, o Paraná, maior produtor de soja do país, foi escolhido para agradar aos empresários do agronegócio – que estavam insatisfeitos com o fato de o programa privilegiar os pequenos agricultores. Segundo o presidente Lula, os produtores agora terão um benefício semelhante ao dos plantadores de cana. Em 2006 e 2007, a Petrobras comprará 256 mil m³ de óleo de soja para produzir H-Bio, o que compensará as variações no mercado internacional:

“Quando produzimos soja em excesso o preço despenca no mercado internacional. Agora pode-se ter um mercado regulador. Se o preço não for conveniente, nós mexemos para fazer H-Bio.”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

11 Juan Diego Ferres, presidente da Comissão de Biodiesel da Abiove. *Cresce interesse das esmagadoras no biodiesel*. Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados – pág. 12, Chiara Quintão, 27/12/2005.

12 Idem.

13 A principal diferença entre o biodiesel e o H-Bio é que, no caso do biodiesel, o óleo, originado dos grãos de vegetais como mamona, girassol, soja ou dendê, é adicionado ao diesel nas distribuidoras, após passar por um processo químico em uma planta de processamento. Já no caso do H-Bio, o óleo vegetal entra no processo de refino do petróleo, juntamente com hidrogênio. O resultado desta mistura é um diesel equivalente ao comum, mas com quantidade reduzida de enxofre e, por isso, menos poluente.

14 *Lula diz que programa de diesel H-Bio beneficiará produtores de soja*. O Globo, 21/06/06.

O presidente admitiu que os grandes agricultores discordaram do projeto de biodiesel do governo, que deu prioridade à mamona, pinhão manso e girassol, beneficiando a agricultura de regiões pobres do país. Assegurou que o H-Bio terá um selo social, sem no entanto explicar como isto poderia ser possível.

O Programa Nacional do Biodiesel engatinha em direção à monocultura da soja, dos grandes latifúndios que a produzem e das empresas transnacionais que dominam sua cadeia de produção e comercialização. Além da aceleração dos impactos econômicos, sociais e ambientais característicos da produção de soja, podemos prever os seguintes problemas:

- Aumento dos preços do óleo de soja – item importante da cesta básica do brasileiro –, à semelhança do ocorrido recentemente com o álcool combustível, em função do aumento expressivo de suas exportações;
- maior controle dos preços dos produtos agrícolas e dos combustíveis pelas empresas transnacionais, a partir de sua vinculação com o petróleo, à semelhança do que ocorreu com o álcool combustível. ●

CAPÍTULO II

Histórico da expansão da soja no Brasil

Os países do Oriente são consumidores milenares de soja como produto final à mesa, principalmente nas formas de shoyo (molho), misso (sopa) e tofu (queijo). Até o início do século 20, a cultura existia basicamente na China, de onde é originária, e em outros países orientais que davam conta de seu próprio mercado. Foi quando os Estados Unidos optaram por plantá-la, a partir dos anos 1920, para obter ração animal e óleo de soja.

No Brasil, o cultivo comercial começou pelo Rio Grande do Sul na década de 1940. Como veremos mais adiante, os gaúchos estão presentes em várias fases da expansão da soja. Foram eles que levaram o grão para o Paraná e, décadas mais tarde, para o Centro-Oeste.

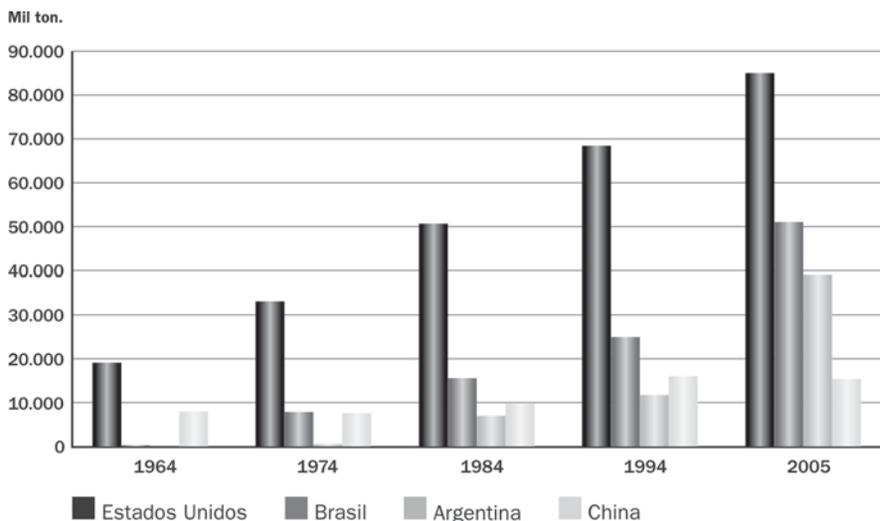
Entretanto, o produto apenas começou a ter expressão no Ocidente a partir do Plano Marshall, adotado pelo governo norte-americano em 1947, com o objetivo declarado de auxiliar a reconstrução dos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. Como parte do pacote de ajuda, os Estados Unidos impuseram o compromisso de que a Europa comprasse sua soja. Esta, em troca, protegeria sua produção de cereais. Portanto, o Plano Marshall – e também o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), negociado no mesmo ano, em âmbito mundial – permitiram que os norte-americanos consolidassem a cultura do uso da soja no mundo.

O acordo vingou até o início dos anos 1970, quando uma queda na oferta de soja norte-americana (por motivos climáticos) colocou a Europa e o Japão – a esta altura dependentes das importações dos Estados Unidos – em estado de alerta. O presidente Richard Nixon chegou a decretar embargo provisório das exportações de soja, visando regular o mercado interno. A principal saída encontrada foi o estímulo à produção de soja na América do Sul,

especialmente no Brasil e na Argentina, e anos mais tarde, também no Paraguai, na Bolívia e no Uruguai. Desde então, esse ciclo vem se expandindo aceleradamente.

GRÁFICO 6

Principais países produtores de soja



Fonte: Elaboração de Sérgio Schlesinger/FASE, com base em dados do USDA, extraído de "O grão que cresceu demais" (FASE, 2006).

O Brasil, de fato, respondeu positivamente a este estímulo que veio, inclusive, do Japão. Até a safra de 1976/1977, as lavouras de soja no país estavam concentradas na região Sul, que detinha 85% de uma produção que girava em torno de 10 milhões de toneladas (contra 53,4 milhões em 2006). A expansão para outros estados ocorreu principalmente com os próprios sulistas que migravam em busca de terras mais extensas e baratas, que lhes permitiriam multiplicar a produção. Assim, o mapa de produção da oleaginosa foi sendo duplamente alterado ao longo dos anos: pelo aumento do tamanho das propriedades e pela expansão geográfica. Atualmente, quase a metade da área plantada com soja no Brasil situa-se no Centro-Oeste, mas a região Sul segue logo atrás. Os principais estados produtores são, por ordem, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul, que responderam por aproximadamente 18,1 milhões de hectares da safra 2005/2006, o equivalente a 81,5% do total.

Políticas públicas impulsionam a soja no Brasil

Desde os anos 70 até os dias de hoje, essa expansão conta com o apoio de políticas públicas dos governos e países interessados. Ou seja, as áreas de plantio crescem graças a projetos custeados por toda a sociedade. Foi dessa maneira, por exemplo, que aconteceu a ocupação do Cerrado pela soja, a partir do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Prodecer), idealizado em 1974 e implementado em 1978, numa parceria entre o Japão e o governo militar brasileiro, com financiamento da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (Jica), e também de bancos privados do Japão.

O Prodecer, que durou até o ano de 2001 e teve como pilar a cultura da soja, decorre da estratégia japonesa de reduzir seu grau de dependência de alimentos provenientes dos Estados Unidos. Mas, em contrapartida, até 2014 o Brasil estará pagando os empréstimos concedidos pelo Japão no âmbito do programa. Trata-se, portanto, de uma pequena parcela da dívida externa brasileira. O Japão, por sua vez, atingiu o objetivo de diversificar suas fontes de abastecimento, o que contribuiu para a estabilidade de preços naquele país e no mercado internacional.

A estratégia do Japão é simples e já ocorreu no Brasil também com outros produtos, como o alumínio na região Norte. Através da oferta de créditos, os japoneses estimulam a ampliação da oferta de produtos de seu interesse no mercado mundial, fazendo com que o preço internacional diminua.

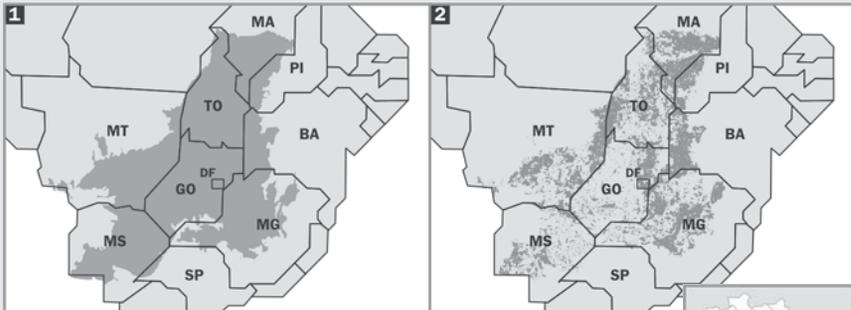
Uma nova fase do Prodecer está interrompida devido a pendências relativas aos valores dos empréstimos tomados pelos agricultores. Ao longo de todos esses anos, foram implantados no total 21 projetos que ocuparam 353.748 hectares em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e Maranhão. Não é muito se comparado à atual área plantada com soja em todos esses estados, mas o Prodecer exerceu papel central para que instituições como a Embrapa desenvolvessem tecnologias para a expansão agrícola no Cerrado, um bioma hoje ameaçado de extinção devido às sucessivas políticas de ocupação, entre elas a introdução do gado na virada entre os séculos 19 e 20. A população do Cerrado, uma das regiões mais ricas em biodiversidade do mundo, conhecida como “a caixa d’água do Brasil”, já enfrenta conseqüências, como assoreamento dos rios, contaminação de lençóis freáticos, mudanças no clima e desaparecimento da fauna e flora. Atualmente apenas 20% de sua superfície é original e destes, menos de 3% estão protegidos por unidades de conservação (SHIKI, 2000).

O Cerrado pode desaparecer

No que se refere à biodiversidade, estima-se que o Cerrado possua 10 mil espécies de plantas diferentes – muitas usadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, outras utilizadas para fins medicinais ou alimentícios. O bioma apresenta ainda 759 espécies de aves que se reproduzem na região; 180 espécies de répteis; 195 de mamíferos, sendo 30 tipos de morcegos catalogados na área, segundo dados de 2003 da WWF/Brasil.

Esta diversidade da fauna e da flora do Cerrado corre perigo. Estudos da ONG Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) indicam que o Cerrado deverá desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais, 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes está bastante alterada, podendo não mais servir à conservação da biodiversidade. A taxa anual de desmatamento no bioma é alarmante, chegando a 1,5% ou 3 milhões de ha/ano (CI-Brasil, 2004).

O Cerrado tem sido o bioma que mais transformações vem sofrendo nos últimos anos. As principais pressões são: a expansão da fronteira agrícola, o crescimento não planejado das áreas urbanas e a destruição da vegetação nativa para a produção de carvão vegetal. Junto com a biodiversidade estão desaparecendo as possibilidades de uso sustentável de muitos recursos, como plantas medicinais e espécies frutíferas abundantes no Cerrado, utilizadas por povos indígenas e comunidades tradicionais que convivem há séculos com o bioma. Tais comunidades têm desaparecido, na maioria das vezes, expulsas de seus territórios ancestrais, aumentando os bolsões de pobreza da periferia das cidades. (Castilho, 2005)



Fonte: Conservação Internacional

1. Área de distribuição original do Cerrado.
2. Principais remanescentes de vegetação nativa do Cerrado em 2002.

Apesar disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ainda hoje cita o bioma como de grande potencial para a expansão da fronteira agrícola.

O que diz o governo federal:

O Cerrado brasileiro tem potencial para atender a crescente demanda mundial de alimentos com competitividade:

- **Área total da região:** 204 milhões de hectares;
- **Área ocupada:** 57 milhões de hectares;
- **Área para preservação:** 77 milhões de hectares;
- **Fronteira agrícola:** 70 milhões de hectares (situação atual)¹⁵

Pelas contas do Ministério, ainda existiriam 70 milhões de hectares supostamente disponíveis para novos plantios no Cerrado – número superior à área já tomada atualmente pela agropecuária neste bioma (57 milhões de hectares, de acordo com os dados oficiais). Esse número manteria intacta apenas a área obrigatória de reserva legal definida pelo Código Florestal (35% do total)¹⁶.

Apesar dos impactos socioambientais, as políticas públicas federais e estaduais continuam a apostar no agronegócio da soja. Segundo o IBGE, “a potencialidade para o cultivo de grãos em grande escala encontra-se, principalmente, nas áreas de Cerrados da Amazônia Legal, aí incluídos o Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão, onde domina um clima com período seco definido e a topografia plana admite a mecanização ao mesmo tempo em que os solos apresentam características que respondem à moderna tecnologia empregada.”¹⁷

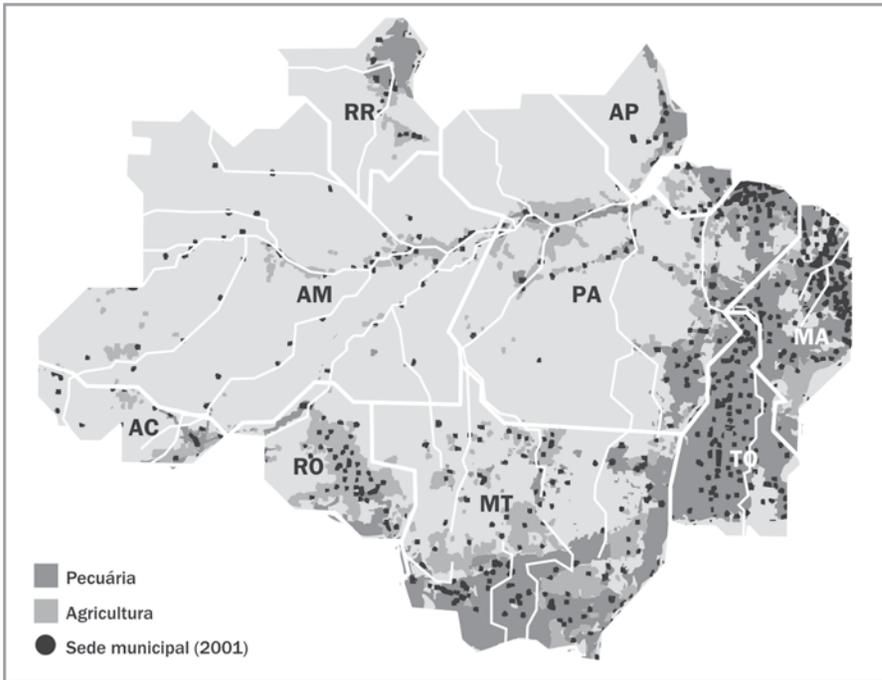
Portanto, as políticas de incentivo funcionam como uma espécie de mola propulsora para o avanço da soja sobre a Amazônia Legal, região que já responde por mais de um quinto da produção no país, principalmente através do cultivo em latifúndios.

15 Trecho extraído do site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 22/04/2006, em http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,982677&_dad=portal&_schema=PORTAL

16 De acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal), art. 16: As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: II – trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia).

17 http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm?c=6 (acesso: 14/09/2006).

MAPA 1



Fonte: <http://mapas.ibge.gov.br/amazonia/viewer.htm>

Políticas públicas na Amazônia

Mais recentemente, após instaladas em Paragominas, as grandes plantações de soja passaram a avançar sobre a região de Santarém, Marabá e Redenção, no Pará, graças também a incentivos concedidos pelos governos federal e estadual. Desde então, a população passou a enfrentar problemas que demonstram claramente até que ponto a monocultura da soja pode afetar não apenas o meio ambiente, mas também a geração de renda, o emprego e as condições de vida local, como reconhecem setores do próprio governo.

“(…) Acumulam-se, assim, evidências sinalizadoras de importantes mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário nessa região, muitas das quais associadas à introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural – via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros – assim como recaem sobre a geração de renda, emprego e condições de vida geral de sua população.”¹⁸

18 IBGE, *Mapa da Amazônia Legal – Fronteira Agrícola*, em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm?c=6 (acesso: 14/09/2006).

Intensivo em capital, este modelo afasta o agricultor familiar do campo e o empurra para a periferia das cidades em busca de trabalho. Trata-se, portanto, de um modelo de desenvolvimento excludente, que altera a cultura dessas localidades, como será avaliado no próximo capítulo “A tomada do território”.

“Na nossa opinião a soja não trouxe nem uma vantagem, nem um benefício à agricultura familiar, principalmente aquela que fazemos parte e defendemos. A gente viu esse ano [2005] que teve um grande desequilíbrio ambiental, nós estamos enfrentando um período de estiagem muito grande, e com certeza é com relação ao desmatamento desenfreado pelos grandes produtores de soja; desmataram grandes áreas dentro de três anos, foi muita devastação. O pequeno se iludiu, vendeu também suas terras, e acabou migrando para as periferias das cidades ou vilas pequenas, e hoje tá numa situação muito difícil, principalmente pra esses que vendeu suas terras, e a soja não trouxe, nem no âmbito da cidade, nem um benefício, porque é só um corredor; se colhe e se passa direto, não fica nada na cidade desses investimentos. Haja vista que um plantador de soja, ele planta muitos hectares de soja e emprega dois, três funcionários, enquanto que na agricultura familiar, a pessoa em um hectare de terra emprega dez até 15 funcionários, fora a família que trabalha, porque quem produz farinha, numa casa de farinha, em um pequeno espaço, com pouca coisa se trabalha, cinco, seis, sete, dez pessoas, e a soja não trouxe isso; sem contar com o desequilíbrio ambiental, que causou à nossa região... comunidades que sumiram, deixaram de existir, escolas que fecharam porque diminuíram a quantidade de moradores, aí diminuiu os alunos, e aí foi preciso fechar. Criou muitos, muitos problemas. Não tenho nada contra os plantadores de soja, mas infelizmente, isso é a realidade, aconteceu com nós. A gente sentiu isso na pele.”

Antonio Valdir, da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (PA)

“Nossa preocupação agora é o futuro dessa região, o futuro de todas as nossas nascentes que consumimos, que nós lavamos, bebemos. No interior você sabe que não existe uma água completamente tratada, bebemos da cacimba que lá nós chamamos, como é que vai ser a vida do nosso povo? De nós mesmos? Porque lá pode tá sendo contaminado o peixe, os animais, então isso é uma questão que nos preocupa aqui na região com a grande quantidade de agrotóxico que tá sendo jogado na área de soja.”

Venilson José Ferreira da Silva, presidente do Centro de Estudos e Formação de Trabalhadores Rurais do Baixo Amazonas (Ceftbam), Santarém (PA)

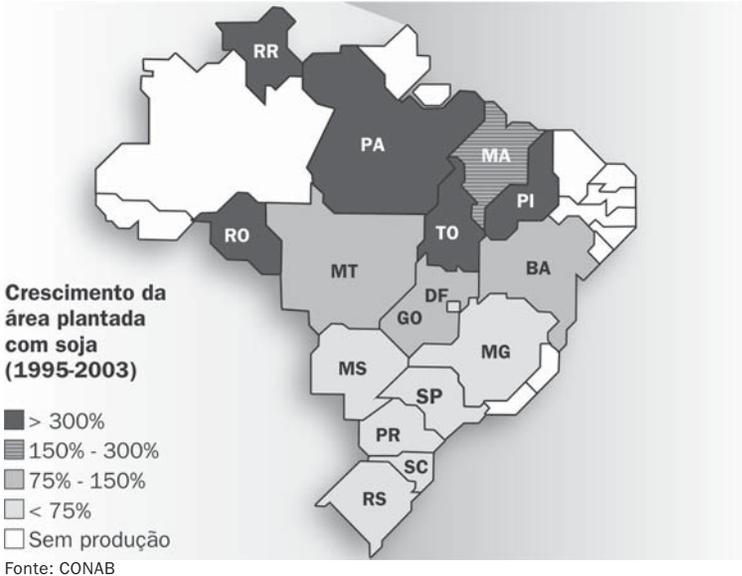
A implantação do cultivo da soja no sul do Pará nos remete à BR-163, que liga Santarém a Cuiabá (MT). A proximidade com a estrada é de extrema importância para facilitar o escoamento da produção; por isso obras de infraestrutura como esta funcionam como mais um fator de estímulo ao plantio. Assim, primeiramente a monocultura avançou sobre o entorno do trecho asfaltado da rodovia, que fica do lado do Mato Grosso. Nessa região, o principal exemplo é o município de Sorriso, que representa cerca de 4% de toda a

colheita nacional. Posteriormente é que se estendeu mais ao norte, chegando a Santarém, onde a Cargill construiu terminais graneleiros no porto da cidade e tem todo interesse no asfaltamento do restante da rodovia.

A BR-364, que liga Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO), também impulsiona o crescimento da sojicultura. Nessas áreas ocupadas sobretudo pelo latifúndio, a soja cresceu mais de 300% entre 1995 e 2003. Nas áreas tradicionais de plantio, na região Sul do Brasil, ainda prevalecem as pequenas propriedades.

MAPA 2

Ritmo da expansão da soja no Brasil, por Unidade da Federação



De 2000 a 2005, a produção da soja cresceu a uma taxa média de 11% ao ano e há potencial para que esse ritmo elevado seja mantido nos próximos anos, segundo a Abiove. A entidade aponta o crescimento para a área da Amazônia Legal, região que, embora já produza um quinto da soja nacional, teria “apenas” 2% de seu território ocupado pela agricultura¹⁹. O argumento da Abiove é que o Código Florestal permite o uso de 65% do Cerrado e de 20% da Amazônia. Portanto, acredita a Abiove, o Brasil ainda tem terra disponível. A Amazônia Legal possui 5,1 milhões de km² divididos em áreas de Cerrado e Floresta Amazônica.

19 Abiove. *Uma perspectiva sobre o crescimento do agronegócio da soja no Brasil*, disponível em www.abiove.com.br (o percentual é do Inpe 2002 e Conab 2005).

A Abiove prevê a ocupação de mais 80 mil km² (8 milhões de hectares) com soja nos próximos 15 anos no país. O volume adicional projetado significa cerca de 36% acima da área plantada na safra 2004/2005. A demanda tende a crescer tanto no mercado interno como no externo, devido à expectativa de ampliação do consumo mundial de carnes, principalmente de frango. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) estima um aumento de 33% do consumo de carne de frango no Brasil e na China – principal importador mundial de grão de soja – até o ano de 2015, em relação aos números de 2004. ●

TABELA 4

Evolução da área plantada, por região e unidade da federação – 1990 a 2005 – em mil hectares

REGIÃO/UF	1990/91	1994/95	2004/05	2005/06
Norte	6,3	21,4	521,9	517,5
Roraima	-	-	20,0	20,0
Rondônia	2,4	4,8	74,4	106,4
Amazonas	-	-	2,8	1,9
Pará	-	-	69,0	79,7
Tocantins	3,9	16,6	355,7	309,5
Nordeste	282,6	575,9	1.442,1	1.487,1
Maranhão	4,6	91,7	375,0	382,5
Piauí	-	13,6	197,1	232,0
Bahia	278,0	470,6	870,0	872,6
Centro-Oeste	2.946,2	4.559,8	10.857,0	10.353,6
Mato Grosso	1.100,0	2.295,4	6.105,2	5.891,5
Mato Grosso do Sul	1.013,1	1.097,9	2.030,8	1.919,1
Goiás	790,0	1.122,7	2.662,0	2.489,0
Distrito Federal	43,1	43,8	59,0	54,0
Sudeste	972,0	1.163,6	1.891,6	1.717,5
Minas Gerais	472,0	600,0	1.119,1	1.060,9
São Paulo	500,0	563,6	772,5	656,6
Sul	5.535,4	5.358,0	8.588,5	8.153,6
Paraná	1.996,0	2.120,6	4.148,4	3.928,5
Santa Catarina	300,0	222,4	350,0	339,5
Rio Grande do Sul	3.269,4	3.015,0	4.090,1	3.885,6
Total Brasil	9.742,5	11.678,7	23.301,1	22.229,3

Fonte: Conab, setembro de 2006

A tomada do território

“Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.”

A Carta, de Pero Vaz de Caminha²⁰

A preparação do terreno para o plantio da soja nas quatro regiões estudadas (Sorriso, Baixo Araguaia, Campos Lindos, Santarém e Belterra), vista sob a perspectiva histórica da ocupação do solo brasileiro, começa a acontecer muito antes da difusão de seu cultivo no mundo ocidental. Qualquer que fosse a utilização prevista para as terras, a expulsão dos povos indígenas e outras populações tradicionais, sobretudo dos agricultores familiares, foi sempre a primeira providência adotada. Essa prática acontece até os dias de hoje, sendo responsável por dezenas de conflitos.

Como consequência, em 2005, segundo a Comissão Pastoral da Terra, foram registrados, em seis estados (MT, TO, MA, PA, AM e RO) onde se localizam os atuais limites da fronteira agrícola do país, 346 conflitos no campo, envolvendo 48.628 famílias. A maioria dos conflitos verificados nestas regiões está associada ao agronegócio.

Riscando o solo e unindo fisicamente duas regiões aqui estudadas – Sorriso e Santarém –, foi construída nos anos 1970 a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que encontra-se hoje, em grande parte, em péssimo estado de conservação. Entretanto, sua recuperação e o asfaltamento do trecho que cruza o estado do Pará, tão desejados pelos produtores de soja do Mato Grosso, são, para muitos, motivo de preocupação.

20 Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>.

A simples possibilidade de que a obra venha a acontecer em breve já vem multiplicando a ocorrência de outros fatos marcantes, historicamente característicos de toda a região: a grilagem, os conflitos pela posse da terra, a devastação do meio ambiente, a contaminação dos solos e das águas, a expulsão de populações locais, a inviabilização de suas atividades tradicionais e o trabalho escravo.

Por estarem três dos municípios aqui analisados (Sorriso, Santarém e Belterra) localizados neste eixo rodoviário comum, apresentamos a seguir um breve histórico da ocupação da região cortada pela Cuiabá-Santarém, importante rota de expansão da agropecuária sobretudo a partir da década de 1970.

De Vargas a JK (1937 a 1961)

Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo federal passou a incentivar a ocupação dos imensos “vazios demográficos” no interior do país. O primeiro programa de ocupação foi denominado de “Marcha para o Oeste”, com a criação da Fundação Brasil Central, que tinha como objetivo mapear e criar núcleos populacionais em diversas áreas do Centro-Oeste.

O governo Vargas pretendia integrar essas terras ao processo produtivo nacional. Com isso, seria ao mesmo tempo possível aliviar as pressões sociais que já estavam ocorrendo no Nordeste, no Sudeste e no Sul. Foi colocada em prática uma lógica de ocupação da terra que, a partir daí, traria profundas modificações para a região onde se localiza hoje Sorriso – e que anos mais tarde iriam igualmente se reproduzir na região de Santarém, que passou a ser visualizada como o porto fluvial de exportação da produção agropecuária da região situada no noroeste do Mato Grosso, através do rio Amazonas.

Nesta época (1949), chega à região da bacia hidrográfica do Teles Pires a Expedição Roncador-Xingu, braço da Fundação Brasil Central encarregado de desbravar e preparar a colonização dos sertões dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, parte da política de interiorização preconizada pelo governo Vargas²¹. Ocorre neste período a expulsão do povo Kaiabi do território que, mais tarde, corresponderia ao do município de Sorriso, como será detalhado adiante.

Ao final dos anos 1950, a ocupação da Amazônia, posteriormente concretizada pelo caminho da BR-163, ganharia novo impulso com o governo Kubitschek, a construção de Brasília, a abertura da rodovia Belém-Brasília e

21 A origem da reocupação do território do atual estado de Mato Grosso está na descoberta, pelos bandeirantes, das minas de ouro nas margens do Rio Coxipó, em Cuiabá. Depois do primeiro surto de desenvolvimento com a exploração de ouro e minas de diamante, a região passou por um período de aproveitamento econômico diversificado. Além da mineração, Mato Grosso produzia açúcar, erva-mate, borracha e explorava a pecuária. (Alves Jr., 2003).

a idéia aí contida de “desbravar” o Brasil, “com a marcha rumo ao Oeste enunciada por Getúlio Vargas nos anos 40” (Jr. J., 2005).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o governo do estado do Mato Grosso promoveu uma grande venda de terras nas regiões norte e noroeste do estado, para que fossem colonizadas por particulares. Esta tentativa não viria a ter sucesso, pelo menos naquele período: ao invés do surgimento de novos núcleos urbanos e rurais, houve uma concentração de imensas extensões de terras nas mãos de grandes proprietários individuais. Na maioria dos casos, a propriedade dessas terras passa a ter caráter meramente especulativo.

Outra área atingida é o Baixo Araguaia, conforme detalhado no capítulo V.

A ditadura militar, a partir de 1964

Como observa Ariovaldo U. Oliveira (2005), “os governos militares pós-64 reprimiram os movimentos populares de lutas pelo acesso à terra, concentrando todo seu apoio nos investimentos privados, transformando capitalistas nacionais e internacionais em grandes latifundiários, por meio do programa de incentivos fiscais da Sudam para projetos agropecuários na Amazônia.” Não é por outra razão que a Amazônia abriga atualmente os maiores latifundiários da história da humanidade.

Arbex (2005) acrescenta que, segundo os ideólogos do regime, a construção dos eixos viários serviria também “para aplacar os conflitos agrários da região Nordeste, que se tornavam ainda mais agudos quando da ocorrência das secas, além de oferecer oportunidades para todos os que quisessem cultivar a terra e enfrentar o desafio da nova fronteira para *fazer a vida*”.

De fato, a lei 5.173, de 1966, que cria a Amazônia Legal e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), apresenta as seguintes justificativas:

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o estado do Maranhão, a região é, quanto às dimensões geográficas, quase quatro vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam sequer a densidade demográfica de um por km².

Além dessas características regionais, a Amazônia apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;

- *uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;*
- *o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas.*

Em 1967 foi criada também a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com sede em Brasília, que encampou a Fundação Brasil Central, passando a planejar a ocupação de áreas do estado do Mato Grosso por meio de diversos projetos de desenvolvimento. O planejamento estatal tinha por objetivo integrar a região ao processo produtivo do Sul e Sudeste do Brasil.

Foi nos anos 70 que se iniciou a abertura das rodovias BR-158, ligando Barra do Garças à divisa com o estado do Pará (passando pelo Baixo Araguaia); a BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém; e houve a reconstrução da BR-364, no trecho Cuiabá-Porto Velho. Para facilitar a colonização das áreas adjacentes a essas rodovias, foi editado o Decreto-Lei nº 1.164/71 que tornava as terras às margens das rodovias federais, na Amazônia Legal, numa faixa de 100 km, suscetíveis à desapropriação para fins de reforma agrária.

Uma vez implantada a infra-estrutura básica, as áreas de terras que já haviam sido vendidas valorizaram-se rapidamente, dando origem a diversos projetos de colonização privada e agropecuários, como o de Sorriso. O primeiro a ser desenvolvido pela Sudeco foi o Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco): "(...) foi o primeiro plano elaborado pela Sudeco, a partir da realização de diagnósticos e prognósticos para uma programação de ações a serem realizadas a longo e médio prazos, dentro das metas nacionais de expansão do mercado e de ampliação da produção de bens não-tradicionais como, por exemplo, minérios e soja, para exportação." (ABREU, 2001)

Para dar apoio a esse processo de ocupação, foram criados diversos outros programas que visavam igualmente estimular a ocupação da região, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). Juros subsidiados, doses elevadas de incentivos fiscais, em paralelo à construção da infra-estrutura viária pelo poder público, fizeram, como narra Ariovaldo U. Oliveira, com que o território capitalista na Amazônia fosse estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira.

O norte mato-grossense é exemplo dessa diferença histórica. Cada parte daquela região teve ou ainda tem “dono”: Sinop é de Ênio Pipino; Alta Floresta, de Ariosto da Riva; Matupá, dos Ometto; Juara, de Zé Paraná (Oliveira, 2005).

Assim, e até os dias de hoje, observa Maurício Torres (2005), “a ocupação da Amazônia desconsiderou também a presença centenária de um campesinato tradicional cuja terra e recursos concebidos como de uso comum estavam fundados em sistemas agroflorestais, nos quais se incluía a coleta de castanha e de seringa, a pesca e a caça. Os primeiros impactos da frente de expansão incidiram sobre estes grupos, quase exterminando-os ou expulsando-os mais para a frente (para a mata) ou para as cidades”.

Se no discurso geopolítico os militares falavam na “ocupação de espaços vazios”, na prática a tática de ocupação incentivava a agropecuária, atividade econômica que praticamente dispensa mão-de-obra e esvazia territórios. No limite, previa-se a criação de apenas 40 mil empregos em toda aquela região.

Torres (2005) assinala também que o critério de ocupação, mais do que quantitativo, foi qualitativo. Mais do que “quantos”, importava “quem” seriam os ocupantes da terra. Expulsando populações tradicionais, as novas atividades instauram o grande e moderno latifúndio, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. E acrescenta:

“Enquanto discursavam em favor dos pequenos, os militares acenavam aos grandes com a implantação de uma política de generosíssimos incentivos fiscais (Fundo de Investimentos Privados para o Desenvolvimento da Amazônia – Fidad), que poderiam chegar a 100% de dedução em Imposto de Renda, e de um amplo suporte de recursos financeiros. Daí decorre a adesão do grande capital nacional e estrangeiro à Operação Amazônia, e dessa adesão nascem os processos de expropriação das terras dos índios e dos camponeses, bem como dos recursos naturais.”

Em uma propaganda na revista *Realidade*, o governo de Goiás não se mostra constrangido sequer de alardear a mão-de-obra barata como uma vantagem a mais para o investidor²²:

VENDE-SE UM ESTADO RICO

“Terra virgem. Terra que precisa ser possuída. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo mais (...) Terra que engorda gado bom o ano inteiro. Terra pra você trabalhar toda a vida e ganhar sempre. Trabalhar, ganhar e viver no conforto. Quem busca lucro e paz, o negócio agora é Goiás. Matéria-prima farta. Mão-de-obra barata. (...) Crédito fácil e a longo prazo.

22 *Realidade*, ano VI, nº 67, Especial “Amazônia”. São Paulo, ed. Abril, out. 1971, p.277, in TORRES, 2005.

(...) Incentivos de toda ordem dos governos federal, estadual e municipal. Você que é pecuarista, industrial, agricultor e comerciante saiba: Goiás se oferece a você com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica para ganhar bons lucros. Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto.”

Confirma-se assim a análise de Ariovaldo Umbelino:

“Historicamente, a colonização no Brasil, particularmente na Amazônia, constituiu-se na alternativa utilizada pelas elites para, ao mesmo tempo, evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga e suprir de mão-de-obra seus projetos econômicos na fronteira.”

Foi justamente para dar apoio a este processo que foram implantadas políticas territoriais como o Programa de Integração Nacional, em 1971, que determinava a construção da rodovia Cuiabá-Santarém e programas de pólos de desenvolvimento. Estes programas eram postos em prática com recursos obtidos pelo governo federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou ao Banco Mundial.

No campo do centro-sul do Brasil, neste mesmo período, estavam em marcha as transformações nas relações de produção, a chamada modernização da agricultura, ou “Revolução Verde”, “gerando a necessidade histórica do novo processo migratório para os filhos de camponeses daquela região.” (Oliveira, 2005)

A partir deste período, observa-se uma aceleração na ocupação da Amazônia que se mantém até os dias atuais. Esta “rápida” e descontrolada ocupação, que do sul do país deslocou-se para o Centro-Oeste e fez de Sorriso a “capital da soja”, avança, sobretudo ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, em direção ao estado do Pará. É exatamente ao longo da área de influência desta rodovia que se verificam nos dias de hoje as maiores taxas de expansão da produção. E é o município de Santarém justamente o maior produtor de soja do estado do Pará.

A saída pelo mar através do Pará significaria 5 mil km a menos de navegação, já que o carregamento não precisaria ir até o Sul/Sudeste do país para depois tomar o rumo do mercado externo. Com o novo trajeto, calcula-se que seriam economizados cerca de US\$ 25 por tonelada de soja transportada, ou US\$ 150 milhões/ano.

O asfaltamento da BR-163 foi incluído no Plano Plurianual (PPA) do governo Lula, acirrando o interesse das principais esmagadoras de soja que, em parceria com os produtores, tentaram retomar o projeto de um consórcio com grandes empreiteiras para concorrer à licitação que seria aberta ainda

em 2005. A queda dos preços da soja no mercado internacional, neste mesmo período, e o alto endividamento dos produtores de soja do Centro-Oeste vêm adiando a efetivação da obra, que viria a ser a primeira Parceria Público-Privada (PPP) do atual governo.

Ao longo da Cuiabá-Santarém existem hoje 84 municípios e cerca de 2 milhões de habitantes. A expectativa dos produtores e comerciantes locais é de criar um novo pólo de desenvolvimento ao redor do eixo Cuiabá-Santarém, enriquecido também pelo escoamento da produção dos estados do Amapá, Roraima e até do Amazonas. No sonho dos empresários da região, esta prosperidade daria margem à independência desta porção de território e dividiria o Pará em dois, dando origem a um novo estado, o do Tapajós.

Se Sorriso apresenta hoje um panorama em que os conflitos pela posse da terra não assumem maior relevância, o contrário se passa no estado do Pará, aquele em que os números sobre a violência no campo apresentam-se sempre superiores aos dos demais estados do país. Processos distintos de povoamento (e despovoamento) destas regiões encontram-se nas raízes da história de sua ocupação, e serão objeto de atenção mais adiante.

A presença do terminal portuário da Cargill explica, por certo, a posição de destaque planejada para Santarém: o município passa a ser aquele mais bem localizado da região para a atividade exportadora, além de reduzir os custos de transporte da soja e da carne produzidas ao longo de toda a área de influência da rodovia.

No Baixo Araguaia (MT) e em Campos Lindos (TO), o poder público retirou indígenas e populações tradicionais e doou as terras para pessoas de bom relacionamento com os governantes, conforme relatado nos capítulos V e VII. ●

CAPÍTULO IV

Um outro olhar sobre Sorriso

“O trabalho é muito escasso, inclusive esse ano, nesses três, quatro anos últimos a gente vem sentido essa questão de escassez de vagas no mercado de trabalho. Até por conta disso, porque Sorriso é dos municípios mais velhos nessa questão da agricultura empresarial aqui, as áreas são todas praticamente abertas já, aí que ocorre a questão da exclusão, da grande exclusão, porque a grande propriedade tem normalmente quatro a cinco funcionários e o restante é através de implementos, de maquinários.”

Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sorriso (MT)

O município de Sorriso foi criado em 1986, em uma área que até então pertencia ao município de Nobres, na região norte do Mato Grosso, aquela que concentra a maior área contínua de soja cultivada no estado, em função, dentre outros fatores, de seu relevo plano e solos adequados a este cultivo. Com uma área de 9.350 km², está situado no Planalto dos Parecis, em zona de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.

O povo Kaiabi

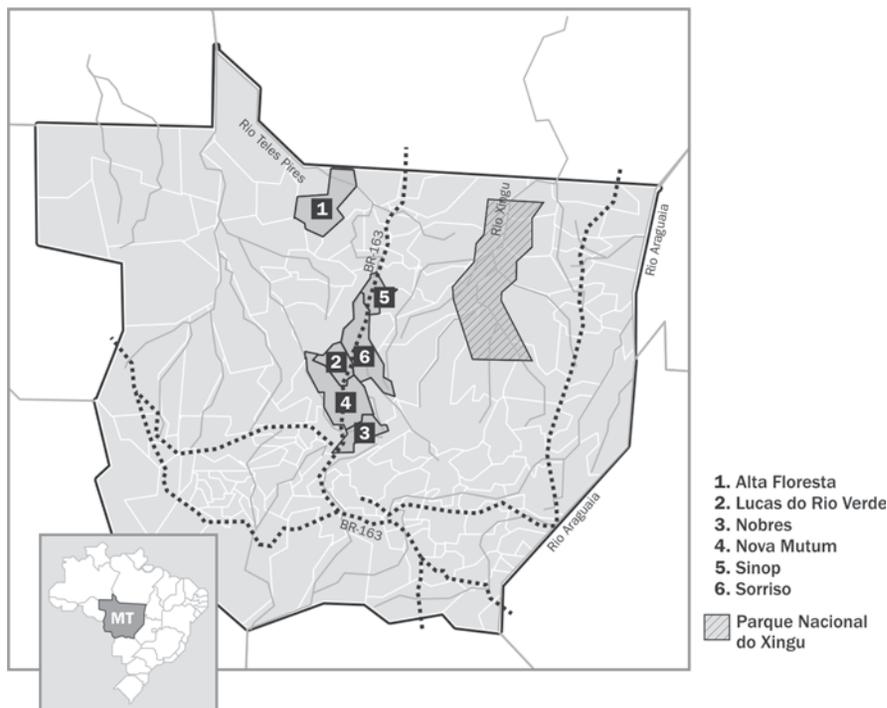
A área onde hoje está situado o município que produz o maior volume de soja no Brasil era originalmente território do povo Kaiabi. Os mais intensos conflitos entre os Kaiabi e seus ocupantes ocorreram no século 19, com as empresas seringalistas, e nos anos 1950. A partir deste período, como descreve Senra (1999)²³, “grande parte da região seria retalhada em glebas e alienada pelo governo do Mato Grosso para fins de colonização”.

O território tradicional Kaiabi abarcava boa parte do curso do rio Teles Pires e praticamente toda a extensão do rio dos Peixes, tendo por núcleo o rio Batelão. A partir dos anos 1950 (1951/52) iniciou-se um processo de

23 Klinton Senra. *Kaiabis*. Disponível em <http://pegue.com/indio/kaiabi.htm>

transferência do grupo, atentando contra a legislação vigente já à época, para o então Parque Nacional do Xingu (hoje Parque Indígena do Xingu). Atualmente espalhados em três áreas distintas, os cerca de mil Kaiabi que sobreviveram a este processo amargam um sentimento de perda, indistigável e profundo.

MAPA 3



A ocupação

A ocupação da área que deu origem ao município de Sorriso, bem como às cidades vizinhas, ocorreu pela migração de famílias do Sul, principalmente dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, motivadas pela possibilidade de adquirir terras de “boa qualidade” a preços reduzidos. Dentre estas famílias, estavam as de Nelson e Claudino Frâncio e Ivo Raiser que, anos mais tarde, juntamente com um grupo de parentes e amigos, iriam criar a Colonizadora Sorriso²⁴.

24 BORTOCELLO, Odila; DIAS, Elisa. *Resgate Histórico do Município de Sorriso*. Cuiabá, 2003.

É interessante observar que este processo de ocupação é posterior aos núcleos de colonização implantados mais ao norte do eixo da BR-163, como Sinop e Alta Floresta. Predominava, entre os colonos do Sul, a idéia de que as “terras de mata” eram mais férteis e apropriadas ao trabalho agrícola, o que não ocorria com as “terras do Cerrado”. Assim, uma grande faixa do Planalto do Parecis, que compreende atualmente os municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, só foi ocupada após a consolidação dos programas de colonização das áreas de floresta. Os colonos tinham como objetivo inicial o plantio de lavouras de café²⁵, o que demandava, segundo as experiências agrícolas na região Sul, solos férteis, profundos e bem drenados, característicos de área de mata.

Uma vez priorizadas as áreas para a colonização, mais ao norte da BR-163, esta longa faixa de terra só foi efetivamente ocupada pelos colonos oriundos do Sul do Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970. No entanto, estas áreas, em sua maior parte, já haviam sido tituladas por pessoas e empresas de diferentes estados brasileiros, neste mesmo período em que se dá a abertura da BR-163. Assim, para viabilizar o projeto de ocupação de Sorriso, a colonizadora comprava os títulos ou áreas já tituladas e fazia o loteamento.

“O território em que localiza-se hoje a cidade de Sorriso pertencia ao cidadão norte-americano Edmund Zanini. Suas terras tituladas, entre os rios Teles Pires e Lira, atingiam desde o encontro dos dois cursos d’água, ao norte, até o antigo porto Independência, no primeiro deles, muitos quilômetros ao sul. Em meados dos anos de 1970, Zanini iniciou uma série de negócios com os irmãos Frâncio (...), ao vender-lhes 10 mil hectares junto à barra dos dois rios”.²⁶

Segundo depoimentos, Edmund Zanini era proprietário de uma área de aproximadamente 150 mil hectares no município. Parte desta área foi vendida para a Colonizadora Sorriso, para loteamento. A partir de determinado momento, com a valorização das terras, houve desacordo sobre o preço da terra entre a Colonizadora e o “americano”, como é chamado no município. No entanto, a empresa continuou “colonizando” as terras pertencentes ao “americano”, gerando um dos maiores conflitos agrários do município.

Desse modo, segundo outra das pessoas entrevistadas²⁷, que trabalha no mercado local de terras, foram negociados pela colonizadora aproximadamente 350 mil hectares.

25 GUIMARÃES NETO, R. B. *A lenda do ouro verde*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2003.

26 *Sorriso 4 anos*. Revista comemorativa de 4 anos de emancipação do município. Sorriso, 1990.

27 A pedido dos próprios entrevistados em Sorriso, os seus nomes serão reservados, com o objetivo de evitar possíveis retaliações e outros prejuízos.

“Mas basicamente acontecia dessa forma, ele (colonizador) comprava vários títulos e ia loteando. E aí fazia um trabalho maciço no Sul do país, iniciou em Santa Catarina, ele escolhia as pessoas, uma certa característica, um certo perfil empreendedor, poder econômico, e trazia para cá. Motivava essas pessoas para serem empreendedores. Tinha uma grande capacidade de persuasão.”

Assim, o projeto de colonização é implantado em áreas de terceiros – que jamais estabeleceram qualquer atividade na região – adquiridas pela “colonizadora” e revendidas aos colonos do Sul. Quem passa a ocupar efetivamente estas áreas são, em sua maioria, pequenos e médios produtores rurais, que venderam suas posses no Sul para adquirir terras na Amazônia Legal, atraídos pelo baixo preço dos negócios.

Mas os proprietários anteriores mantêm a posse da terra que será posteriormente ocupada, conforme descrito a seguir. Deste confuso processo de apropriação do território, associado a procedimentos fraudulentos de titulação de propriedades e, mais tarde, à forte valorização das terras provocada pela produção da soja, originam-se conflitos, a maior parte não resolvida até hoje.

Os primeiros proprietários requereram os títulos das áreas diretamente do Estado, beneficiando-se das facilidades de acesso às terras públicas. Estas foram posteriormente renegociadas com os colonos do Sul, mediadas pela “colonizadora” ou adquiridas diretamente do proprietário.

Com a valorização que se seguiu, criou-se um litígio entre as partes. A Justiça impediu que a “colonizadora” seguisse revendendo as terras pertencentes ao norte-americano Edmund Zanini, todas elas hoje ocupadas pelo cultivo da soja. No entanto, de posse de uma procuração, a colonizadora prosseguiu com as vendas, acirrando os conflitos entre esta, o “americano” e os colonos que as adquiriram. Como relata uma das pessoas entrevistadas que acompanhou este caso mais de perto:

“O caso do Americano é muito famoso, houve morte, houve queima de cartório no Sul, tem uma ação na justiça, eu não sei quando vai acabar isso. A região [que pertence ao norte-americano] é o filé [referindo-se à boa qualidade da terra]. Essa ação não acabou ainda, de tal maneira, eu não sei como está hoje, mas por muito tempo o banco não aceitava essas terras como hipoteca. É um problema administrativo e social enorme. O Americano não quer desalojar esse povo, ele quer receber. Essa terra valorizou muito, ela não valia nada. Teve um filho desse Americano que morreu metralhado, têm umas histórias tenebrosas aí. Eu não gosto de falar porque é disse-me-disse, tenho medo de falar bobagem, mas é um monte de rolo (...). Os agricultores não querem pagar a terra novamente, que já pagaram para a colonizadora.”

Outro conflito de terras identificado no município ocorre entre pequenos produtores de soja e um proprietário “paulista” que adquiriu o título de uma área de 25 mil ha no distrito de Boa Esperança. Em meados dos anos 1990, o proprietário incentivou a ocupação da área por pequenos produtores com o objetivo de pressionar, posteriormente, sua desapropriação pelo Incra, a preços acima daqueles praticados no mercado. A rápida valorização da terra inviabilizou a desapropriação para fins de reforma agrária. O proprietário passou então a pressionar os ocupantes a comprá-la pelo preço de mercado ou desocupar a área, o que tem gerado instabilidade.

Os ocupantes, atualmente produtores de soja, denunciam a pressão que o proprietário vem exercendo para que a área seja desocupada. Além do processo judicial de reintegração de posse, relatam ameaças exercidas por pistoleiros a mando do proprietário. Um dos ocupantes faz o seguinte relato:

“Até 98 aqui era tudo mato, aí ele colocou o pessoal em cima para mexer a terra, ele pediu para o pessoal entrar, agora colocou pistoleiro para tirar nós de cima. Na época quando nós entramos aqui era coisa de seis a sete sacas por hectare²⁸, hoje se fala de 200 a 250 sacas. Nós entramos aqui do jeito que ele pediu, para nós entrar e trabalhar a terra, para depois ter uma negociação, porque na época era coisa de banana, ninguém queria isso aqui, ninguém queria mesmo. Isso de 1997 para 1998. Daí hoje se fala de 200 a 250 sacas por hectare e aí veio essa cobiça. Agora ele quer tomar a terra para poder passar pra frente de novo. Muitas fazendas grandes costeiam aqui os quatro cantos, estão de olho em cima.”

Sem terra em Sorriso

Em julho de 2004, o MST organizou o primeiro acampamento de trabalhadores rurais sem terra no município. Atualmente, 150 famílias estão acampadas em uma área cedida pela Associação de Pequenos Produtores de Alevinos, a 5 km da BR-163. Para o coordenador do acampamento e líder do MST, o acampamento é a única alternativa para “as milhares de famílias desempregadas” na cidade.

“Ao longo desses 17 anos que a gente vive no município de Sorriso, a gente vivenciou muitas fases, inclusive quando chegando [referindo-se aos anos de 1990 e 1991] havia uma certa facilidade no mercado de trabalho porque era um momento que o grande capital estava adentrando no município e por conta disso tinha uma oferta de trabalho grande, somente nesse momento que teve essa facilidade, a partir disso, de acordo com que as grandes propriedades conseguiram abrir suas áreas, pronto, meio que já veio fechando essa questão do mercado de trabalho.”

28 O preço da terra em Sorriso é atribuído em número de sacas por hectare, conforme descrito mais adiante.

Apesar do grande contingente de trabalhadores desempregados, que vem aumentando devido à redução da abertura de novas áreas e à intensificação da mecanização do trabalho agrícola, os coordenadores do movimento avaliam que seria muito difícil ocorrer desapropriação para fins de reforma agrária. Além da resistência dos proprietários locais, o preço da terra é muito elevado, fator impeditivo de aquisições por parte do Incra para esta finalidade. Como relata mais uma vez o coordenador do MST:

“Quando o movimento começava a se instalar no município, nós já tínhamos a visão de atuar dentro desses municípios aqui, que é o eixo pólo de produção, mas com o passar do tempo que a gente começou a buscar esse espaço na região, a gente percebeu que seria mais viável nós buscarmos em alguns municípios vizinhos, primeiro porque tinha uma oferta maior de terras, que são municípios não muito colonizados e municípios de terras mais apropriadas para agricultura familiar, que seriam os municípios de Sinop e de Claudia. Municípios que a questão da terra é mais favorável, a região já muda um pouco. A terra é melhor, são municípios que têm mais água, porque o cerradão aqui é escasso de água. E também por essa questão de que hoje algumas iniciativas que tivemos aqui no município de Sorriso, ela acabou sendo frustradas porque nós tivemos aqui alguns processos de aquisição que o Incra, por conta de o mercado de terra ser muito valorizado, não conseguiu concluir nenhum negócio nesse município até o momento.”

Assentamentos

O município possui três assentamentos de reforma agrária implantados:

- O projeto casulo “Chão do Amanhã”, onde estão assentadas 25 famílias em áreas médias de 2,5 ha por propriedade. Tem como atividade principal a produção de verduras para abastecer o mercado local, criação de gado de leite e frutas.
- O assentamento Poranga ou Jonas Pinheiro, criado pelo Incra em 2000, onde estão assentadas 215 famílias, localizado às margens da BR-163, distante 18 km da sede do município. Os lotes variam de 10 a 20 ha, dependendo da sua localização. Os principais produtos cultivados são os de subsistência.
- O assentamento Santa Rosa II, criado pelo Incra em 1999, em uma área de 15 mil ha, onde estão distribuídos 170 lotes. Está localizado no distrito de Boa Esperança, distante aproximadamente 140 km da sede do município. Os lotes possuem área média de 70 ha. Para os 80 lotes situados na parte superior do assentamento (“chapadão”), a única atividade é

a lavoura de soja. Já nos lotes localizados na parte de relevo acidentado, com solo arenoso, predominam lavouras diversificadas e criação de bovinos.

Estima-se que o cultivo de soja no assentamento seja de 5.500 ha. Como os lotes têm em média 70 ha, os assentados com mais recursos financeiros arrendam áreas vizinhas para ampliar a escala de produção, como relata o técnico local:

“A maioria desses produtores aqui eles plantam em média de dois a três lotes, uma área de 150 a 260, 400 hectares, dentro do assentamento. Esse ano (2005) foi um ano muito atípico, tem bastante produtor que ele plantava a própria propriedade, mas que devido à frustração que deu o ano passado, esse ano, o agricultor não conseguiu pagar as contas, teve que entregar maquinário. Teve outros produtores que as empresas que fizeram os pacotes para eles não cumpriu, chegou na última hora os caras disseram que não iam mais entregar os insumos, então tiveram que arrendar a área, ele não ia conseguir plantar.”

A não escrituração dos lotes impede que os assentados que cultivam soja tenham acesso ao crédito bancário, especialmente com juros favorecidos do Banco do Brasil. Resta-lhes o caminho da criação de vínculos de dependência com as empresas fornecedoras de insumos, como a Bunge, a Cargill e outras que realizam a compra antecipada da soja. Na ausência do título de propriedade da terra, é realizado um “contrato de gaveta”, onde a empresa fornecedora de insumos contratante não discrimina o conteúdo do contrato, ou seja, quais insumos e quando devem ser entregues, tendo, portanto, poder absoluto para decidir entregar ou não o produto. Como revela o técnico local:

“Os assentados fazem CPR [Cédula do Produtor Rural] de gaveta, porque não têm o documento da terra, pro produtor não tem benefício nenhum porque quem ganha é só a empresa. A empresa não coloca no contrato o que é o pedido, porque ele está devendo e se o cara executa, penhor em primeiro grau, não tem saída. Nesse ano que o pessoal fez a CPR do pedido, só que não consta nada, a empresa pulou fora, não vai entregar o produto, o produtor vai ficar sem plantar, vai ficar sem a renda do ano e a empresa saiu bonito, porque não consta o que ela está devendo.”

De um modo geral observa-se que, por uma questão de sobrevivência, os assentamentos tendem a reproduzir o modelo agrícola predominante, no caso de Sorriso as lavouras de soja. Quando as condições não são favoráveis, devido ao tamanho do lote, às condições de relevo ou a outros motivos, a atividade principal é a pecuária de leite e uma agricultura diversificada para consumo familiar.

O que é agricultura familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. A agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura. Por isso, a agricultura familiar é uma forma de geração de renda e de ocupação da população rural, que proporciona aumento de sua segurança alimentar e contribui também para o desenvolvimento de mercados locais, entre outros pontos positivos.

Conceito estabelecido pelo Decreto 3.991, de 30 de outubro de 2001, que define quais os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e que pode ser visto como uma definição legal desta categoria:

Art. 5º. Para os efeitos deste Decreto, são considerados beneficiários do Pronaf todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I** – não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais*, quantificados na legislação em vigor;
- II** – utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; (para o crédito isto está restrito atualmente a dois empregados)
- III** – obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;
- IV** – residam no próprio estabelecimento ou em local próximo.

Parágrafo único. São também beneficiários do Programa os aqüicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Fonte: Pronaf.

* Definido pelo Inbra para cada município, segundo a estrutura produtiva local.

A lógica da expansão geográfica e da concentração da terra

Como já foi assinalado, a expansão da soja a partir da região Sul em direção à região Centro-Oeste foi marcada pela concentração da produção em grandes propriedades. Os sojicultores do Sul muitas vezes trocavam sua pequena propriedade no estado de origem por terras mais extensas e baratas no Centro-Oeste. Propriedades mais extensas permitiam a utilização do maquinário moderno, desenvolvido para a produção em larga escala.

O município de Sorriso espelha bem esta característica. O Censo Agropecuário de 1995/96 já revelava que, ao contrário do que se passava na região Sul, apenas 0,3% da área recenseada no município correspondiam a estabelecimentos rurais de até cem hectares, enquanto que os estabelecimentos com área superior a mil hectares ocupavam uma proporção de 80%. Levantamentos mais recentes, efetuados pelas grandes empresas comercializadoras da soja, indicam que este percentual já atinge nos dias de hoje 85%.

Desmatamento em Sorriso

Em Sorriso, que concentra a maior área contínua de soja cultivada no estado do Mato Grosso, o desmatamento já ultrapassou o limite estabelecido no Código Florestal (65% para o Cerrado e 20% para a Floresta Amazônica). Essa constatação é feita quando utilizamos dois parâmetros distintos.

Segundo dados do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite (Prodes), 56% da cobertura vegetal original do município era de floresta, o que correspondia a 523 mil hectares, e 44% de Cerrado, ou seja, 411 mil ha²⁹. No total, a Área de Reserva Legal de Sorriso deveria ser de 561 mil ha (valor aproximado, pois necessitaria excluir a área da cidade, estradas e outras construções).

Em outro cenário, em que apenas 25% da vegetação nativa do município seria composta de mata e 75% de Cerrado, como apontado por Berti (2001), deveriam ser mantidos como Área de Reserva Legal 187 mil ha na área de mata e 245 mil ha no Cerrado, ou seja, um total de 432,4 mil ha.

Entretanto, a área total desmatada até 2001 foi de 593,8 mil ha, e, portanto, a “não-desmatada” seria de 341,2 mil ha, segundo dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, apresentados no relatório Dinâmica de Desmatamento do Estado do Mato Grosso.

Usando como referência a classificação de vegetação nativa definida pelo Prodes, o desmatamento não deveria ser superior a 374 mil ha, e

29 A área de mata foi definida pela diferença entre Total de Não Floresta e Total de Floresta mais Total Desmatado. Como na área de abrangência do município de Sorriso predominam dois tipos de vegetação (Cerrado e floresta), conclui-se que a área de Não Floresta refere-se ao Cerrado.

no cenário menos conservador não deveria ultrapassar 502 mil ha, isto sem considerar as Áreas de Preservação Permanente³⁰. Tanto no primeiro como no segundo cenário a área supera o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Uma das conseqüências do desmatamento, em geral seguido de plantios com uso de agrotóxicos, é a qualidade da água dos rios.

“A bacia do Teles Pires [em Sorriso] é a que recebe um impacto maior, mas como ela é gigantesca a gente não percebe isso. Então você vai observando o volume de água, os bancos que vão se formando... o fluxo de água é infinitamente menor. O problema é a água e o defensivo agrícola, porque se aplica e chove você compromete, se faz aplicação com vento ou muito próximo do curso de água que acontece à deriva você também contamina. Como resultado hoje a gente já tem um potencial muito menor que a gente tinha em relação aos peixes.”

Marly, coordenadora da Associação de Pesquisa Científica e Ambiental (ARPCA), Sorriso (MT)

Assim, reforçando o processo de concentração e ampliação da propriedade ocorrido na primeira etapa de ocupação da região pela soja, que ocorreu em Sorriso até meados dos anos 1990, verifica-se, a partir de então, um novo impulso concentrador. Como o território do município já se encontra praticamente todo ocupado pela atividade agropecuária, a lógica da expansão do Sul rumo ao Centro-Oeste se reproduz agora em caráter regional, sempre rumo ao Norte.

Deste modo, o agricultor capitalizado vende suas terras mais valorizadas, áreas bem localizadas, com boas condições físicas, próximas à infra-estrutura e preparadas para o plantio de soja, para adquirir áreas maiores, geralmente “terras brutas”, mais distantes da infra-estrutura (armazéns e asfalto), porém a preços menores. Isto lhe permite duplicar ou mesmo triplicar o tamanho da propriedade. Como foi relatado por uma liderança que atua com o tema ambiental no município:

“O grande problema é a facilidade da nossa terra aqui. Se por um lado é a facilidade para você plantar: o clima, o relevo que é excelente para o plantio da soja, ou qualquer outra coisa que seja, por outro lado o agricultor se torna concorrente dele mesmo (...). Vivendo a euforia que estava vivendo aí o mundo da soja, o grande produtor que tem aí 4, 5, 6 mil ha de terra, o vizinho dele tem um mil hectares muito bonito, que faz divisa com

30 Áreas protegidas por lei desde 1965 (lei 4.771), quando foi instituído o Código Florestal, cobertas ou não por vegetação nativa com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

a dele. O que acontece? Esse agricultor que tem 10 mil hectares, ele paga para esse que tem mil hectares de terra o dobro e até o triplo do que vale uma terra na região aí, no preço convencional. O que acontece? O agricultor não aguenta essa pressão, ele vende com preço até três vezes mais e vai a Vera, Sinop, essa região aqui, compra ao invés de mil, 3.000 hectares, e já no primeiro ano ele já derruba dois. Então esse que tinha dez passa a plantar 11 e aquele que tinha um passa a plantar dois.”

O mercado de terras

Medida em sacas, a soja é também uma espécie de moeda de troca, um verdadeiro indexador da economia local, utilizado nas transações imobiliárias e nos contratos de financiamento da produção, dentre outras finalidades. Assim, por exemplo, o hectare de terra lavrada, em condições já adequadas ao cultivo de soja, custa em média 250 sacas de soja. Dependendo das condições, pode chegar a até 350 sacas, divididas em cinco parcelas anuais. Como afirma um agente imobiliário:

“Hoje, perto da cidade, uma área 80% aberta, que é o permitido, vale em média 250 sacas de soja. Tem negócio mais alto, depende da situação (...). Pra amansar a terra vai alguns anos, pra acabar com as leiras, pra deixar homogeneizada, catar raiz, vai uns três anos aí soltando raiz. Para sistematizar bem o solo vai um tempo, pra poder mecanizar bem. Então as áreas mecanizadas, com alguns anos de plantio, nos dias de hoje chega a 250 sacas.”

Assim, por exemplo, em janeiro de 2004, no município de Sorriso, o preço de um hectare de terra agrícola (preparada para o cultivo de soja) correspondia, em média, a 260 sacas de soja. Já no município de Feliz Natal – zona de expansão da soja – em área de mata, era equivalente a 50 sacas de soja e em área de pastagens, no município de Tapurah, o equivalente a 60 sacas. No entanto, à medida que as lavouras de soja avançam e vão se consolidando em uma determinada região, o preço da terra tende a elevar-se, seja para as áreas de mata, de Cerrado, de pastagens ou mesmo para terras lavradas.

Esta dinâmica de expansão da soja e do seu mercado de terras exerce forte impacto sobre as pequenas e médias propriedades. A expansão em larga escala impõe obstáculos para a sobrevivência das pequenas propriedades. Para atingir os níveis atuais de produtividade (a média do município é de 60 sacas por hectare), o atual modelo agrícola exige padrão tecnológico sofisticado quanto ao uso de insumos, máquinas e equipamentos. As novas tecnologias exigem do produtor cada vez mais capital. São, na verdade, desenvolvidas para um modelo agrícola baseado na grande propriedade.

O pequeno produtor encontra dificuldades para acompanhar o mercado de inovações tecnológicas; torna-se necessário adquirir sempre novos e sofisticados pulverizadores, colheitadeiras, semeadeiras e tratores. Frente a esta situação, restam-lhe duas opções: arrendar terras vizinhas e, desse modo, ampliar a área cultivada, solução muito usual em áreas de assentamento, que permite otimizar os investimentos em tecnologias; ou vender o lote, o que permite ao pequeno produtor adquirir áreas maiores em regiões mais distantes, prática que tem sido muito utilizada como estratégia para ampliar a escala de produção, tanto por parte dos pequenos quanto dos médios e grandes produtores.

Soja e racismo: um sorriso amarelo

Aqueles brasileiros que se orgulham de viver num suposto país sem racismo devem exibir um sorriso amarelo ante à histórica discriminação étnico-racial do município. Ela começa com a remoção do povo Kaiabi, como já descrita: sua presença em área com tamanho potencial produtivo significava, para sucessivos governos, um “vazio demográfico” a ser desobstruído.

A discriminação prossegue até os dias de hoje, matizada, como de regra, por tons sociais e econômicos. E a BR-163 ocupa, neste processo de segregação, um papel relevante: o de separar fisicamente ricos e pobres. A Sorriso fotogênica, exibida em jornais e revistas, foi plantada na margem esquerda da rodovia, no sentido Cuiabá-Santarém. Aos negros e pobres foi reservada a margem direita.

A história da ocupação de Sorriso coincide com o período em que o governo brasileiro foi exercido por dois generais gaúchos, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Médici, já em 1969, sintomaticamente, proibiu a publicação de notícias que abordassem temas como índios, racismo e movimento negro. No processo de ocupação do norte do Mato Grosso, que se deu neste mesmo período, os mecanismos de controle na formação de novas cidades incluíam doses elevadas de componentes étnico-sociais:

“É muito revelador que nos primeiros momentos da abertura das novas áreas ditas de colonização as empresas erigiam barreiras físicas, construídas de madeira ou cimento, ou, também, utilizavam barreiras naturais como rios de difícil travessia (controlando as passagens), impedindo a entrada daqueles que não podiam se identificar ou que não eram bem-vindos. Estes mecanismos de exclusão direcionavam-se, sobretudo, a negros ou homens e mulheres que haviam se deslocado de áreas geográficas muito pobres do Brasil, como de determinadas partes do Nordeste. Neste caso, estigmatizavam os ‘nordestinos’, que eram associados a todos os homens pobres, perigosos e ‘sem rumo’. As diversas barreiras que eram ocupadas

por homens armados, encarregados da vigilância do local, passavam a funcionar também como barreiras étnicas. Inúmeros são os casos de violências registradas contra garimpeiros e trabalhadores sem terra pelos donos das colonizadoras.” (Guimarães Neto, 2003)

Quando da ocupação pelo branco da região onde hoje se situa Sorriso, a empresa colonizadora exercia o papel de selecionar “quem” poderia ou não e onde adquirir terras no município. O “colonizador” sugeria aos colonos não contratar trabalhadores negros para a atividade agrícola. Como relata um dos entrevistados:

“Arrumar serviço para o branco era fácil... para o negro era mais difícil. Era complicado aqui.”

Para acolher a população negra criou-se o bairro Bom Jesus, conclui o entrevistado:

“O falecido Claudino Frâncio, que era dono da Colonizadora Feliz, fez um bairro só para negros, ele era racista. Se os negros quisessem morar, tinha que ser lá. Ainda restam lá quatro, cinco famílias.”

A partir dos anos 1990, com o fim do garimpo de Peixoto de Azevedo, o município recebeu um fluxo de pessoas à procura de trabalho, cuja origem era o estado do Maranhão. Os “maranhenses”, como são chamados no município, como uma forma de distinção dos “gaúchos”, foram atraídos pela possibilidade do trabalho em abertura de novas áreas, contratados como “catadores de raízes”, bem como para a indústria madeireira. Assim, em 2000, os maranhenses representavam 4,9% da população, em um total de 1.712 pessoas. Esta foi uma mudança no padrão sócio-cultural do município, que acentuou ainda mais as desigualdades sociais e o preconceito:

“Este bairro [São Domingos] começou a se formar pelo povo, uma parte do povo do Paraná. Quando o povo do Paraná começou a chegar e era muito pobre, aí o prefeito achou que convinha doar estes terrenos para, já no começo, acomodar esse povo. Cortou esse loteamento e deu esse loteamento de graça. Quando o povo do Paraná e do Rio Grande do Sul chegou também, naquela época já tinha muita gente pobre também, aí quando o governo fechou o garimpo e começou a descer o povo de Peixoto de Azevedo, o povo do Paraná ficou com medo porque diziam que o povo de Peixoto era um povo bravo demais. Aí eles começaram a recuar e o povo de Peixoto começou a chegar. Quem morava aqui começou a vender as casas, o povo de Peixoto chegou com um dinheirinho... aí os brancos daqui começou a mudar, a ir para outros bairros, o Bela Vista, o Carolina, e o povo começou a recuar.”

O problema do desemprego se agrava com a redução da abertura de novas áreas e a diminuição do estoque de madeiras. Em entrevista, uma das lideranças do município relata:

“A primeira leva de migrantes desnorreados que tivemos aqui foi na época do governo Collor, quando desmantelou os garimpos e o pessoal aqui do norte começou a descer para Sinop e vieram muitos para Sorriso também. Foi quando começou o grande crescimento do bairro São Domingos (...). Esses primeiros que vieram, eles se deram bem em Sorriso porque era uma época que estava se abrindo a colonização, então tinha muito trabalho de catação de raiz (...) e hoje o nosso 600 mil ha para a agricultura da soja já está todo ele ocupado. (...) Os donos de fazenda, os donos de comércio, os chacareiros, que tem aqui na cidade, são todos oriundos do Sul. Também as primeiras levadas de mão-de-obra para construção civil também são do Sul. E desses três estados hoje aqui são considerados gaúchos, tanto faz você ser paranaense, catarina ou gaúcho, para a grande maioria aqui você é gaúcho, mesmo não sendo mas é. Passou a ser um qualificativo para as pessoas que ninguém mais se sente menosprezado por ser chamado de gaúcho. (...) Hoje se vê que o povo nordestino, ele é sem sombra de dúvidas hostilizado, embora se vê que muitos deles foram embora. Há um tempo atrás era grande o número de nordestinos andando pela rua, especialmente maranhenses.”

Esta migração de nordestinos, associada ao desemprego estrutural causado pela sofisticada mecanização da atividade agrícola e pelo esgotamento das terras disponíveis, gerou conflitos com a população local até então predominante, originária da região Sul. No bairro pobre de São Domingos, esta difícil convivência é assim narrada por um morador sulista:

“Outra coisa que a gente percebe aí, principalmente com criança. Nós, os sulistas, desde pequeno é sempre bem agasalhada, bem vestida, com calçado, e se você observar a maioria desses nordestinos que tem aqui hoje, criança com sete, oito, dez anos de idade anda pelado por volta de casa, tá descalços, não está nem aí para a situação. Então tem um conflito muito grande de cultura também. A cidade vive esse dilema. Nas escolas as professoras se vêem em ‘papo de aranha’ para atender esse pessoal. Vão para a escola descalço, desnutrido, não tem uma educação assim que eles têm que seguir uma norma. Se em casa eles vivem solto, eles acham que na escola também deve ser assim. Aí as professoras têm um dilema muito grande, porque os alunos filhos das pessoas que vêm do sul têm essa norma, essa regra de obediência, lógico que têm as suas exceções, né? Aí a coisa vai acontecer muito lá nesse bairro [São Domingos] onde a maioria é nordestino, né? Daí acaba sobrepondo a maneira deles viverem, aí que o bicho pega, né? Para o poder público atender esse público aí, a assistente social tem que se munir de psicólogos, de professores especializados e a bronca, a reclamação é muito grande. Embora eles se esforcem muito, mas para entender essa lógica do nordestino não é fácil.”

Ironicamente, os poucos trabalhadores que hoje conseguem emprego são aqueles que apresentam melhor desempenho em cursos realizados na sede do Centro de Tradições Gaúchas de Sorriso. No ano de 2004, por

exemplo, como informa “O Reporter”³¹, com sede no Mato Grosso, 120 trabalhadores rurais do município de Sorriso participaram do curso de qualificação para operadores de máquinas e implementos agrícolas, do projeto “Parceria Rural”, realizado por órgãos dos governos municipal, estadual e federal, em parceria com o sindicato patronal e diversas empresas do setor. Estes parceiros são responsáveis pelo fornecimento das máquinas para aulas práticas e pelos instrutores.

“A escassez de mão-de-obra qualificada nesta área é tão tremenda que o produtor está à caça do trabalhador qualificado. Daí a iniciativa do governo do Mato Grosso em implementar este projeto, que está sendo destaque no Brasil”, ressalta Terezinha Maggi, secretária de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do Estado do Mato Grosso.

O capital agroindustrial da soja, aliado ao governo em seus diversos níveis, determina assim, com a utilização de recursos públicos, a ocupação do território rural e urbano, os padrões culturais dominantes e a utilização da mão-de-obra. Caso isso não seja possível, resta ao homem do campo a outra margem da Cuiabá-Santarém.

“Quem são esses novos personagens do Centro-Oeste brasileiro, trazendo para cá toda a influência de uma cultura europeizada que colonizou o Sul brasileiro?”

Quem são, afinal, os ‘polacos’, esses homens de pele clara, cabelos e sobrelhas alourados, enfrentando o inédito (para eles) calor dos trópicos e formando verdadeiras cidades amarelas de grandes olhos azuis?

Definir o perfil do colono em Mato Grosso não é tarefa fácil, muito menos explicar os motivos que o trazem a um lugar tão diferente de suas origens, tão distante de suas tradições. Não é fácil, porque cada projeto de colonização tem a sua característica, cada colonizadora tem o seu público. Há, grosso modo, dois tipos de colono: o que tinha capital no Sul e resolveu investir em Mato Grosso e o que nada tinha como alternativa a não ser abandonar os sonhos do passado e buscar novos rumos para a sobrevivência de sua família.

(...) Todos os cantos de Mato Grosso estão sendo ‘invadidos’ por esses estranhos personagens – estranhos para o caboclo nativo, de cabelo e pele escuros –, os ‘europeus’ da nova época que ganham espaços e implantam aqui a sua cultura. Não há choque de culturas, principalmente porque a que vem de fora é infinitamente mais forte, embora igualmente rica, por estar há séculos sendo cultivada, organizada sobre tradições antropológicamente enraizadas na história de seus avoengos.

31 <http://reporternews.com.br/listar.php?id=7245>.

É por isso, por exemplo, que existem pelo interior de Mato Grosso dezenas de centros de tradição gaúcha, que em qualquer das novas cidades já são ponto de referência para qualquer iniciativa. Em todos os aspectos, enfim, os sulistas se organizam. Gaúchos e paranaenses já têm times de futebol formados, disputando as categorias inferiores do futebol mato-grossense. E a torcida é forte: início do ano, o Internacional de Porto Alegre jogou em Cuiabá, contra o Operário, e a torcida gaúcha conseguiu lotar mais da metade do estádio de 35 mil lugares. Há torcidas organizadas do Grêmio Porto-Alegrense em Sorriso e Sinop. Nas demais áreas ocorre o mesmo, como em Alta Floresta, onde o repórter da televisão local aparece aos domingos apresentando duplas sertanejas típicas do Sul, microfone numa mão e cuia de chimarrão, bombacha e chapéu crioulo. São paranaenses, catarinenses e gaúchos ocupando espaço na geopolítica amazônica. É Mato Grosso de pé vermelho, tomando mate e dançando vanerão”³² ●

32 *Mato Grosso S/A*, p.15-16. *Colonização: paraíso e purgatório no inferno verde*, ano I, nº 3, maio-jun, s/ano, in Oliveira, 2005.

CAPÍTULO V

Baixo Araguaia: cem anos de equívocos

“Eu não sou contra o progresso. Agora, o progresso para quem? Se para uma minoria só, eu sou contra. Se à custa da própria terra e da água, e se não calculam o futuro...”

Dom Pedro Casaldáliga³³

“Porque eles falam assim, ‘o grande vem e traz o progresso para a região’. Eu sou contra assim, depende do progresso, porque vim para a região, para o município e fazer igual a eles aí, tirar do solo tudinho, arrancar as árvores, arrancar tudinho e só deixar o agrotóxico, o deserto aí. Porque as famílias deles não vêm aqui não, ela fica em São Paulo, fica em Cuiabá e aqui eles só mexem com peão aqui. Quem está aqui que se lasca, eles jogam veneno e pronto.”

Antonio Silvano, assentado de Liberdade, Canabrava do Norte (MT)

A região do Baixo Araguaia, também conhecida como Norte Araguaia, situada no nordeste do estado do Mato Grosso, é uma das recentes frentes de expansão do agronegócio brasileiro, tendo a sojicultura como atividade agrícola principal. Ao todo a região abrange 14 municípios: Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciára, Novo Santo Antonio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada e Vila Rica, que no conjunto ocupam 9,4 % do território do estado.

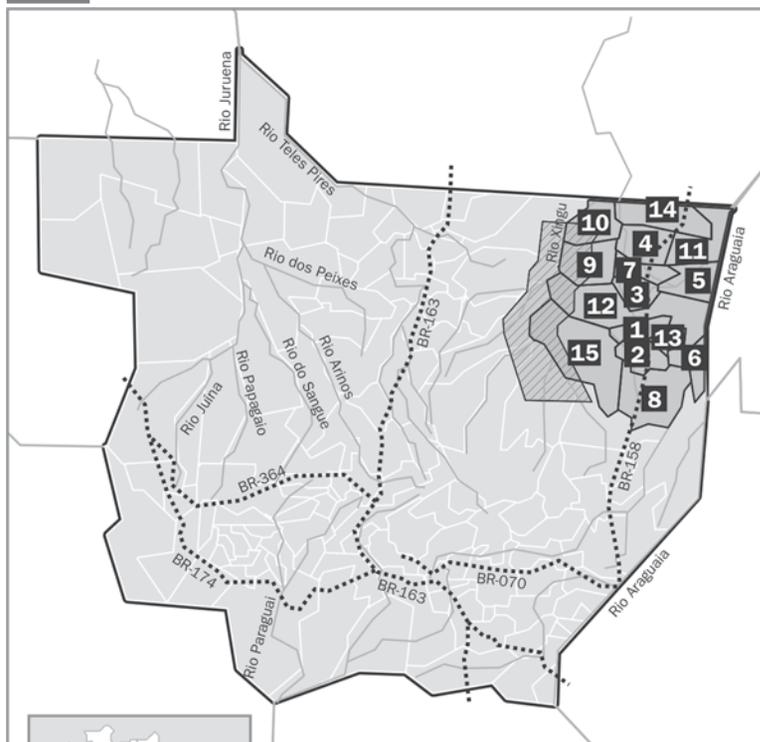
No passado, o Baixo Araguaia era habitat dos povos Xavante, Tapirapé, Karajá, entre outros que hoje habitam o Parque Nacional do Araguaia (TO) ou o Parque Indígena do Xingu (MT). No início do século 20, a região começou a receber grupos de camponeses que se deslocavam do Norte e Nordeste do

³³ Primeiro prelado da cidade de São Félix do Araguaia, adepto da Teologia da Libertação, ameaçado de morte diversas vezes.

país em busca de terras. Muitos migrantes saíam a pé do Piauí, Maranhão, entre outros estados, em busca das chamadas Bandeiras Verdes (áreas de mata virgem, de terras livres e férteis, à beira dos grandes rios).

Na seqüência, outro processo de ocupação ocorreu na segunda metade do século 20 com o programa “Marcha para o Oeste”. Foi o primeiro movimento promovido pelo governo federal objetivando a ocupação e colonização das terras mato-grossenses. Este programa “tinha como meta fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo” (Siqueira, 2002).

MAPA 4



- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| 1. Alto Boa Vista | 10. Santa Cruz do Xingu |
| 2. Bom Jesus do Araguaia | 11. Santa Terezinha |
| 3. Canabrava do Norte | 12. São Félix do Araguaia |
| 4. Confresa | 13. Serra Nova Dourada |
| 5. Luciára | 14. Vila Rica |
| 6. Novo Santo Antonio | 15. Querência |
| 7. Porto Alegre do Norte | |
| 8. Ribeirão Cascalheira | |
| 9. São José do Xingu | Parque Nacional do Xingu |

Entre as atividades executadas estava a Expedição Roncador-Xingu, que teve por objetivo desencadear um novo movimento de colonização. Os principais instrumentos para atrair pessoas interessadas na região foram a fundação de cidades, a construção de estradas e a oferta de terras a preços reduzidos.

“Há cerca de 40 mil processos em andamento no Departamento de Terras do Estado [MT], o que significa estar sendo o estado inteiro, por assim dizer, loteado e vendido a prestações. Os preços contrastam violentamente com os que vigoram entre nós [SP], e pode-se adquirir terras devolutas nas regiões das Dúvidas, na Barra do Garças, do Bugre, em Diamantino, em Aripuanã, por mais ou menos 25 cruzeiros o alqueire paulista! Paga-se o corretor, o despachante, paga-se o engenheiro que deve fazer a medição e fica-se latifundiário de um instante para o outro com menos de dois contos de réis.”³⁴

A retirada dos povos indígenas que habitavam a vasta região do Vale do Araguaia e do Xingu foi tida na época como necessária à viabilidade do projeto, que tinha como eixo econômico a pecuária. Com este objetivo a Expedição Roncador-Xingu contou com a participação dos irmãos Villas-Bôas, que desempenharam papel importante na criação do Parque Indígena do Xingu, para onde foram transferidas 14 etnias da região. E as terras dos indígenas foram doadas pelo poder público.

“São os grandes loteamentos promovidos em 1959 pelo Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso, que alienou, em um só golpe, milhares de hectares em favor de proprietários bem relacionados com o poder público e que nunca estiveram nos terrenos com que foram agraciados. Somente em três municípios do nordeste do Mato Grosso, em favor de particulares, foram assim expropriados posses, sítios, vilas e patrimônios de moradores regionais, um posto indígena, quatro aldeias indígenas e as terras que os Karajá e Tapirapé ocupam comprovadamente há pelo menos um século e meio, e os regionais há pelo menos 50 anos.”³⁵

Conflitos gerados pela política de Estado

O terceiro ciclo de ocupação ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1960, estimulado também pelos programas de colonização e de incentivos à implantação de grandes projetos agropecuários. Foram atraídas famílias de diferentes estados brasileiros, motivadas pela possibilidade de acesso à terra. Por outro lado, os programas de incentivos fiscais, controlados pela

34 Jornal O Estado de São Paulo, 1954. Citado por SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

35 TORAL, 1994 – ISA, 1996:662/663, citado por UMBELINO, Ariovaldo. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Livre Docente.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), foram responsáveis pela implantação de grandes propriedades agropecuárias, com o predomínio da criação extensiva de gado de corte.

Dentre os projetos financiados estava a Agropecuária Suiá-Missu, que ficou conhecida como um dos maiores latifúndios do Brasil, com mais de um milhão de hectares, instalada em áreas pertencentes ao povo Xavante. À medida que a formação das pastagens avançava, as antigas aldeias eram deslocadas, ficando para trás suas roças, casas, cemitérios e outras referências, motivo de tensão e conflito entre a agropecuária e os índios. A solução encontrada pelos proprietários, em acordo com o extinto Serviço de Proteção ao Índio, foi a transferência dos Xavantes, em 1967, para a Missão Salesiana de São Marcos e outras áreas como a de Sangradouro, Prabubure e Couto Magalhães. Em 2004, por decisão judicial, a fazenda – hoje Terra Indígena Marãiwatsede – foi devolvida aos índios Xavantes, mas os conflitos continuam devido à permanência de posseiros, madeireiros e fazendeiros na área.

O incentivo à implantação de latifúndios gerou muitos outros conflitos na região, envolvendo não só povos indígenas, mas também posseiros, fazendeiros e grileiros. O Estado se ausentou da legalização das terras dos pequenos posseiros que haviam migrado ao longo do século 20, deixando as famílias vulneráveis à atuação de grileiros.

“Como foi esta região a porteira do latifúndio financiada pela Sudam, contestar o latifúndio, contestar o trabalho escravo, denunciar fazendas, denunciar polícias era contestar o poder central. Por outra parte, quem podia contestar era só a igreja, porque não tinha sindicato, não tinha associação, o povo não tinha acesso aos meios de comunicação (...). Às vezes me perguntam: ‘melhorou?’. Olha, só faltaria né. Agora, continua sendo uma situação precária. Enquanto não acontecer uma reforma agrária que signifique uma infra-estrutura de estrada, de escoamento, de preço do produto, de saúde, de educação, de lazer; uma infra-estrutura para o campo, que significa a vida digna no campo. Hoje muitos ainda estão no campo porque não teriam chances em outro lugar.”

Dom Pedro Casaldáliga

A legalização das posses ocorreu somente a partir de meados dos anos 1980 com a criação dos projetos de assentamento, mas a instabilidade social gerada pelos conflitos agrários não deixou de existir, apenas tomou uma nova feição com a introdução da cultura da soja na região. De 1985 a 2005, no Baixo Araguaia e no município vizinho de Querência, o governo federal criou 56 projetos de assentamentos, em uma área de 1.147.501 hectares, com capacidade de assentar 13.903 famílias.

Ciclo da soja

O quarto ciclo de ocupação se deu nos anos 2000, com o início dos plantios das lavouras de soja, que se expandiram para vários municípios, após sua consolidação em Querência, cidade mato-grossense vizinha ao Baixo Araguaia e onde o plantio desta oleaginosa é a principal atividade econômica. Este movimento provocou a valorização das terras da região e gerou novos conflitos agrários entre os interessados em adquirir áreas para cultivar soja e posseiros, assentados e povos indígenas.

“Para mim, continua sendo o latifúndio extensivo, depredador, imediatista, sem mão-de-obra significativa, com um agravante, o gado não pedia veneno, o arroz pedia muito menos, agora soja pede pelo menos cinco a seis vezes por ano, o algodão 12 vezes por ano, e além do mais, o gado não pelava a terra, a soja pela a terra, não só o desmatamento, é a terra arrasada.”

Dom Pedro Casaldáliga

Mesmo com a introdução dos latifúndios de soja, a principal atividade econômica na microrregião continua sendo a criação de bovinos. No período de 1990 a 2004, o número total de animais passou de 878 mil cabeças para 2,45 milhões, representando uma taxa média anual de crescimento de 12,1% ao ano.

TABELA 5

Soja – Área plantada (ha)

	Região do Baixo Araguaia	Querência*
1990	3.804	–
1993	–	5.100
1995	–	6.691
1998	120	12.000
2000	588	14.400
2001	1.130	21.200
2002	11.770	27.000
2003	23.752	48.330
2004	47.320	80.000
2005	104.650	115.716

Fonte: IBGE. Levantamento Sistemático da Produção.

* Pertence à Microrregião Canarana

A soja, segunda atividade do Baixo Araguaia, ocupa uma área de 104 mil hectares, segundo dados de 2005. O crescimento foi vertiginoso nos últimos

anos: de 11.770 hectares, em 2002, as lavouras passaram a ocupar 104 mil ha, em 2005. A produção está concentrada nos seguintes municípios: Bom Jesus do Araguaia (25 mil ha), São Félix do Araguaia (18.650 ha), Ribeirão Cascalheira (15 mil ha) e Canabrava do Norte (12 mil ha), além dos municípios de Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu e Santa Terezinha.

O arroz, com 82,5 mil hectares cultivados, é a terceira atividade de maior expressão econômica local. O seu cultivo é tradicional na região, contribuindo para abastecer os mercados do Maranhão e de Goiás. Já a área cultivada com milho é de 20 mil ha (ao contrário de outras regiões produtoras de soja, no Baixo Araguaia as condições climáticas não são favoráveis ao cultivo de milho como segunda safra – safrinha). A área cultivada com mandioca é de 12.500 hectares, uma atividade praticada principalmente entre pequenos produtores assentados.

A partir de 2006, devido à queda de preço da oleaginosa, verifica-se uma redução da curva de crescimento da área plantada com soja na região. Os proprietários que têm como atividade principal a criação de gado ou plantio de arroz têm mantido essas atividades e reduzido os investimentos nas lavouras de soja.

TABELA 6

Principais atividades agropecuárias do Baixo Araguaia, série histórica 1998 a 2005

	Bovino	Soja	Arroz	Milho	Mandioca	Cana	Banana	Feijão
1998	1.511.240	120	14.475	19.014	9.040	4.003	6.476	400
1999	1.578.883	50	20.852	21.788	5.520	4.283	10.226	550
2000	1.795.559	588	23.512	22.920	8.420	4.482	14.376	200
2001	1.741.978	1.130	27.116	26.130	13.596	5.000	12.472	600
2002	1.998.732	11.770	24.661	22.988	14.330	4.692	1.864	10
2003	2.266.646	23.752	24.190	24.723	4.500	4.492	5.168	20
2004	2.475.373	47.320	60.060	18.783	8.702	4.932	4.576	80
2005	*	104.650	82.845	19.793	12.450	6.020	1.152	70

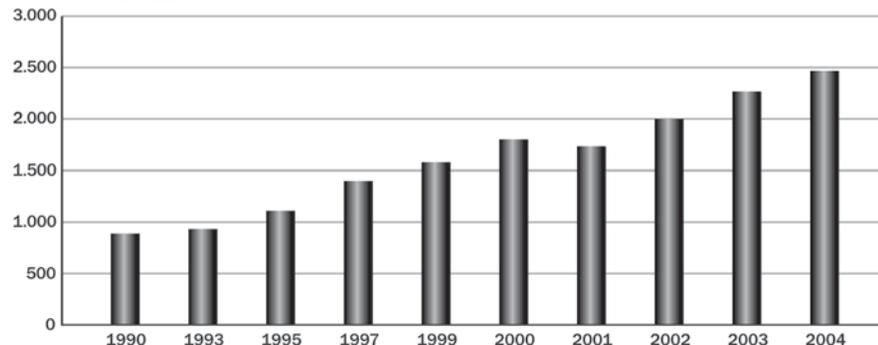
Fonte: IBGE. Levantamento da Produção Municipal.

* Dado não informado pelo IBGE.

GRÁFICO 7

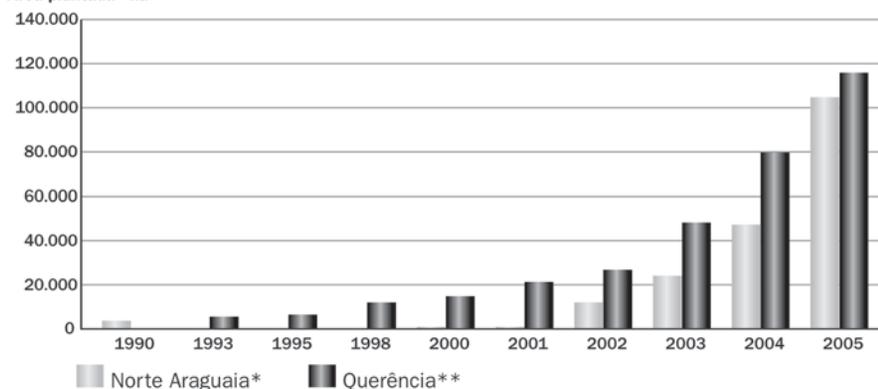
Produção de bovinos – Norte Araguaia – MT

Rebanho - mil animais



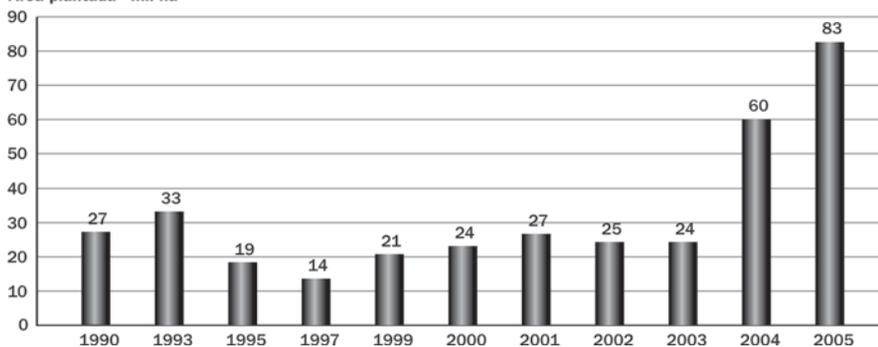
Produção de soja na Microrregião do Norte Araguaia e no município de Querência

Área plantada - ha



Produção de Arroz – Norte Araguaia – MT

Área plantada - mil ha



Fonte: Elaboração de Antonio João Castrillon Fernandez, a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE.

O mercado de terras

Infelizmente, não é possível mapear com exatidão a estrutura fundiária do Baixo Araguaia devido à falta de informações recentes. Os últimos dados disponíveis são do Censo Agropecuário de 1996, ou seja, não computam as mudanças verificadas com o *boom* da soja. Mesmo assim, o Censo ajuda a caracterizar o padrão recorrente de apropriação de terras e de recursos naturais por meio da concentração indiscriminada de terras. Dos 7.649 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 6,27 milhões de hectares de terra, 47% possuíam até 100 ha e ocupavam apenas 3,2% da área. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 5.000 ha representavam 3,1% do total cadastrado e controlavam 72,8% da área.

TABELA 7

Estrutura Fundiária do Baixo Araguaia (1996)

	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Hectares	%
até 100 ha	3.421	44,7	201.493,2	3,2
100 a 500 ha	3.389	44,3	546.909,7	8,7
500 a 1.000 ha	265	3,5	176.479,4	2,8
1.000 a 5.000 ha	340	4,4	780.384,9	12,4
mais 5.000 ha	234	3,1	4.567.909,9	72,8
Total	7.649	100,0	6.273.174,2	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1996.

Dois elementos aparecem como relevantes para caracterizar o processo de apropriação das terras no Baixo Araguaia. O primeiro refere-se à acentuada polarização entre pequenos e grandes produtores, visto que a região abriga tanto latifundiários como pequenos produtores, posseiros, assentados e sem terras. O segundo elemento é a instabilidade social criada pelos mecanismos ilegais de apropriação das terras, como venda de títulos falsos, grilagem de terras públicas e ocupação de terras pertencentes a populações indígenas. Tais práticas têm sido responsáveis pelos intensos conflitos entre diferentes segmentos sociais, muitas vezes com o uso da violência. É neste ambiente de relativa instabilidade das relações sociais no campo que a soja foi introduzida na região.

“A notícia que nós temos é que são diversos títulos sobrepostos. Havia há uns anos atrás um cartório em Barra do Garça que vendia esses títulos; aí vendia para mais de dois, três proprietários, para os pretensos proprie-

tários. O exemplo que a gente ainda tem é a fazenda Portal da Amazônia, que fica aqui próximo a Vila Rica, segundo as informações que temos é que são três títulos, três proprietários. Essa fazenda está em litígio até hoje porque não se sabe quem é o verdadeiro dono.”

Zezinho, coordenador da CPT de Porto Alegre do Norte (MT)

Contribui para essas negociações a existência de grandes fazendas estabelecidas na região há décadas. Assim, a aquisição de terras hoje em dia recai principalmente sobre as áreas dos assentados e de pequenos e médios posseiros. Além da pressão exercida através da oferta de dinheiro, às vezes acompanhada de ameaças, há também problemas causados pelo desmatamento e uso de agrotóxicos nas fazendas do entorno.

Os projetos de assentamentos, por sua vez, não tiveram por objetivo promover mudança na estrutura fundiária da região, mas buscaram eliminar focos de tensão social ou simplesmente regularizar a situação de antigos posseiros. Entretanto, eles não foram acompanhados de um programa de desenvolvimento agrícola, o que deixou muitos assentados em situação precária, enfrentando todo tipo de problema, entre eles a falta de infra-estrutura de estradas, escolas, saúde, armazéns, mercados, assistência técnica e financiamentos.

“O melhor é agricultura, mas eu estou passando para gado porque não dá mais, mesmo aqueles que têm um tratorzinho, que já conseguiu um tratorzinho, não está fácil não. Chega no final da safinha, porque é pequena, você não consegue pagar os custos e repor aquilo que investiu. Tirar o que investiu e melhorar mais a terra, você não pode só ir sugando, tem que ir melhorando mais a terra. (...) As políticas são voltadas para o grande aqui, os assentados eles ficam à margem, então eles não têm nenhuma política realmente pensada para desenvolver esses assentamentos. Para fazer com que esses assentamentos cresçam, produzam, abertura de mercado.”

João Carlos, catarinense que migrou para o Mato Grosso com a família há 20 anos. Hoje é assentado do PA Coutinho União, no município de Querência (MT)

Nos assentamentos, em alguns casos, cerca de 80% das famílias venderam suas terras. Este é o caso do assentamento Liberdade, em Canabrava do Norte, um dos que mais sofreram o impacto da comercialização dos lotes.

“Do PA [Projeto de Assentamento] Liberdade, que pega os municípios de Porto Alegre e Canabrava, dos cerca dos 20% que foram assentados hoje já não existe, hoje são duas, três fazendas de plantio de soja e algodão. Esse assentamento foi criado com 38 mil hectares, desses 38, se chegou, num primeiro momento a ser assentado foi uns 20% dele, o resto os fazendeiros permaneceram, aquele que não permaneceu passou para frente, mas o outro continuou com pecuária, soja e algodão. Desses 20%, aí que vem o

problema, eu acho que 80% também já passaram de volta a fazendeiros, principalmente de Goiás que vieram para cá. Muitas pessoas venderam os lotes pressionadas pela pulverização nas lavouras; eles falavam que estavam as galinhas, que o gado estava tendo problemas no pêlo, aí se viram obrigados a vender suas posses que eram próximas das lavouras de algodão e soja. Esse foi um dos motivos que as pessoas desse PA desfizem dos seus lotes, os córregos onde o gado deles tomava água certamente ficaram contaminados com pulverização de defensivos agrícola. E também esse caso dos pequenos animais, eles contam que encontraram por diversas vezes animais silvestres mortos, após a pulverização nessa região.”

Zezinho, coordenador da CPT de Porto Alegre do Norte (MT)

“O que aconteceu aqui nas áreas de assentamento do Inkra é que várias pessoas venderam os seus lotes para esses produtores de soja. Então aqui nos assentamentos Maná, Liberdade e Canabrava, mesmo naqueles que tinham sido assentados, deixaram de ser área de assentamento de reforma agrária, e voltaram a ser fazendas de produção de soja. Porque, a soja, claro, no discurso daqueles que ganham dinheiro com ela, é o progresso, e aquele pequeno, que antes era apenas um criador, que vê o cara com colheitadeira, tratores, caminhão graneleiro, ele acha que um dia pode ser aquilo. E acha que aquilo que é o certo, e acha que no seu sistema de pequeno criador, que pouco dá para ele sobreviver, ele acha que tem que dar oportunidade para aqueles que já têm aquela situação. Então cede, e cederam, inclusive a gente sabe que muitas posses foram cedidas a preços ínfimos, são preços irrisórios. Então, onde era áreas de assentamento virou médias fazendas. Virou aí 200 alqueires, 180, 60 alqueires, porque as posses aqui têm de dez alqueires até 20. Então o cara vai comprando e forma uma fazenda significativa na região. Não são aquelas de mil, 2.000, 3.000 alqueires, mas são fazendas significativas. Porque essa região está quase toda ela cortada por projetos de reforma agrária, só que hoje você vê poucos. No município de Confresa, que hoje é tido como um dos maiores do Brasil na questão dos assentamentos, hoje são pequenas fazendas, em relação ao que era antes, porque tem pessoas que têm dez lotes, vinte lotes, então formou-se fazendas de novo. (...) São irregulares, mas o Inkra não tira, isso que é o problema.”

Idem

Antonio Silvino, do PA Liberdade, relata as estratégias utilizadas por um dos compradores de lotes dentro do assentamento, em atitude semelhante à praticada em Sorriso.

“(…) Ele comprava lote do parceiro, comprava aqui, bem no meio, era projeto dele, comprava um bem no meio e falava para o cara assim: ‘olha, se você não nos vender, nós vamos desmatar todinho aqui, jogar veneno, matar o seu gado; ou você vende para nós ou você vai morrer junto com os animais’. Aí o cara ia fazer o quê? Pegava e vendia o lote. Isso aconteceu no Posto da Mata. Ele é atravessador, comprava para os grandes. Plantador de soja colocava ele para comprar para passar para eles, né, e pagava a dinheiro, não tinha cheque não, era a dinheiro mesmo. Ele chegava, fazia

pressão no parceleiro e falava: 'eu pago em dinheiro', o cara via o dinheiro (...), ele pegava e vendia para ele. Pelo que eu fiquei sabendo, ele sumiu. Teve uma denúncia e a Polícia Federal mandou chamar ele e ele sumiu.”

Muitas outras áreas que passaram por reforma agrária enfrentam hoje problemas semelhantes.

“Principalmente no Pingo d'Água o pessoal sulista que empobreceu terminou comprando direito de posses no Pingo D'Água, alguns que têm um certo capital maior compraram duas, três posses, em nome de laranjas, derrubaram e estão plantando soja. Então, há um avanço singular da soja e com isso uma desarticulação muito grande do assentamento do Pingo D'Água. Porque o Pingo D'Água fica espremido entre a cidade e as grandes fazendas de plantação de soja que fica depois do assentamento que vão fazer divisa com o Parque Nacional do Xingu. (...) Foram dois fatores. O fator primeiro foi o empobrecimento do sulista. O fator segundo foi um certo capital que dava para ir comprar o direito da terra com um preço baixo e investir com a sobra do capital que muitos deles tiveram.”

Padre Samuel, em relato sobre o assentamento do Pingo D'Água, localizado em Querência (MT)

Após o ano de 2001 – que coincide com a valorização das terras em função da soja e com a expectativa de asfaltamento da BR-158 –, um grupo de pessoas passou a atuar também em áreas de posses ou de disputa judicial, visando a arrecadação dessas terras, que posteriormente seriam transformadas em plantios de soja, pecuária ou transferidas para terceiros. O que facilita esse tipo de ação é a existência de vários títulos sobre uma mesma área ou a presença de posseiros em “áreas brancas”, que são áreas devolutas situadas entre fazendas. A estratégia é muito bem definida: inicialmente insere-se dentro da área de posse um grupo de pessoas de sua confiança, que é chamado de “grupo motor”, responsável por gerar um conflito interno. O conflito é o precedente esperado para uma ação judicial de despejos, envolvendo todas as famílias da área. Os mais resistentes são retirados através da compra dos lotes.

“Essa foi a última investida do seu 'fulano' que ele comprou [referindo à fazenda Portal Amazônia, localizada no município de Vila Rica], ele comprou um desses títulos de um desses proprietários, aí veio para limpar a área. A notícia que nós temos que é via o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Confresa, havia um grupo em Confresa, que era o 'grupo motor', para provocar um levante na área que motivasse o pedido de uma liminar. Ele comprava de uns dois ou três, daquelas pessoas que estão usando, pegava um grupo de pessoas que moram em Confresa e levava lá para dentro. Essas pessoas começavam..., claro de uma forma muito bem acordada, a criar problemas internos entre eles mesmos. (...) Não, não eram posseiros, eram pessoas pagas à parte para se passar por posseiros, ir lá para dentro e aí provocar um problema, entre aspás, né. A partir desse

problema que vinha um outro funcionário do seu Gilberto, dizendo querer tirar aquela pessoa, dizendo que ele já tinha comprado aquela posse, e aí recorria ao judiciário pedindo uma liminar de despejo daquela pessoa, só que todos eles eram combinados com funcionários do Senhor Gilberto. Porque aí ele tendo uma liminar para tirar aqueles, a polícia vinha e tirava todos, inclusive os antigos. Essa era uma forma que ele estava usando para limpar a área. Aqui ele limpou na região de Vila Rica umas três fazendas usando essa forma. Ele compra das pessoas mais resistentes, depois com um grupo de pessoas que foi criado por pessoas dele mesmo em Confresa, eles botavam lá dentro para criar um problema interno que justificasse a emissão de uma liminar. Ele comprava um título daqueles voadores que tinham antigamente.”

Maria José, diretora do Centro de Direitos Humanos de São Félix do Araguaia (MT)

Esse mesmo grupo tem atuado dentro da Gleba Suiá Missu, atualmente ocupada por posseiros e fazendeiros, embora pertença aos Xavantes. O senhor conhecido como Gilberto, representante do Sr. Jurandir Ribeiro, se diz proprietário da área e age no sentido de retirar as famílias de posseiros, propondo pagar as indenizações pelos serviços.

Conflitos deste gênero se espalham pela região.

“Hoje o maior plantador de soja está dentro da terra da União, a Agrisa. A área já foi demarcada todinha, ela é da União, e ali eles já plantaram soja, já colheram e já plantaram o milho. A maior lavoura que tem hoje dentro do município da Canabrava é dentro da terra da União. Eles apareceram aí, foram plantando, foram comprando as terrinhas dos... já era uma área grande, aí os parceiros que ainda tinham nas mãos deles, eles pressionaram, jogaram veneno. Porque aqui eles pressionam assim também, eles obrigam o parceiro vender porque eles ficam jogando veneno, jogam de avião. Inclusive esse ano mesmo eles deram o combate ali, ficou amarelinho no outro vizinho lá. Outra lavoura grande que tinha, está na briga com a justiça também, na RS. Os posseiros estão completando dois anos que vieram para cá e o Incra tirou eles lá da Urubu Branco e trouxe para cá. Era outro plantio de soja muito grande aí. A fazenda fica no mesmo PA Liberdade, é vizinho nosso aqui. Lá tem 60 famílias. Eles não plantaram o ano passado, o ano retrasado eles plantaram. Eles trouxeram o pessoal e jogou aí, a polícia veio, veio com dois ônibus de polícia e puseram eles todinho para fora, aí eles ficaram do lado de fora, bateram neles, foram humilhados e ainda hoje são humilhados lá.”

Morador do assentamento Liberdade, Canabrava do Norte (MT)

O problema posterior à venda é que a pecuária e a sojicultura, as duas principais atividades praticadas pelos fazendeiros, são as que menos geram emprego no campo. Assim, ao deixar o assentamento ou uma área de posse, a família migra para outras áreas de ocupação; ou compra lotes em outras áreas, ou se muda para o centro urbano da localidade ou de outros municípios.

Ou seja, a venda dos lotes repercute diretamente na qualidade de vida das famílias e atinge toda a sociedade à medida que provoca mais êxodo rural, desemprego e pobreza no país.

Atualmente, a pecuária de corte é a principal atividade econômica dos assentamentos, embora os lotes sejam considerados de tamanho insuficiente para a criação de animais de forma extensiva, padrão utilizado nas grandes fazendas. Muitas vezes a qualidade da terra é outro fator a estimular a venda dos lotes.

“Há uma mobilidade muito grande, nós não temos essa relação das pessoas que já saíram e das que já chegaram. Eles colocam que a causa é que na terra eles não têm condições de sobreviver. Primeiro porque o aspecto econômico para investir na terra é muito pequeno. A terra é fraca, ela precisa ser corrigida, então precisa de todo um trabalho a ela para dar acesso a essa produção. Depois eles colocam essa questão do maquinário; trabalhar com essa perspectiva da enxada, no manual, é difícil para quem trabalha aqui. E também o que muitos colocam é que a questão das políticas agrícolas que não são favoráveis, chegam os Pronaf’s e eles não têm o direito de dizer como fazer porque já vêm direcionado, é para fazer isso, e aqui predomina o gado. Aqui tem muitos lavoureiros que têm lotes, está quieto, mas você sabe que eles têm lotes, esperando o momento certo. Tem uma ganância por terras, mais e mais. Aqui não tem muita pressão para vender lotes porque a oferta é muito grande. O povo aqui já é um facilitador disso.”

Irmã Maria José, que desenvolve trabalho pastoral no assentamento Coutinho União, Querência (MT)

“É falta de um incentivo do Inbra, do próprio governo de incentivar os parceiros na terra, que eles vendem e vão embora para a rua. Nós não temos estradas aqui, é como você viu, nós não temos estradas. Outro problema aqui é o que eles dizem, não tem energia, não tem estrada, planta as coisas como é que vai levar para a rua para vender? Aí eles vão assim desgostando. Outros é porque vê o dinheiro mesmo, é muito dinheiro, vamos supor, um ano atrás eles vendiam um lote aí era R\$ 100 mil, era muito dinheiro, eles saíam daqui e compravam outro ali e hoje vários deles que já venderam aqui, hoje já não têm nada mais.”

Antonio Silvino, de Canabrava do Norte (MT)

Mesmo com todos esses problemas, para muitas famílias os assentamentos são vistos como a melhor opção de vida.

“Na nossa região 80% dos pequenos produtores estão dentro dos assentamentos, porque nós temos aqui hoje o assentamento Mãe Maria, Dom Pedro, Bandeirantes [pega parte de Alto da Boa Vista], Carnaúba, Azulona Gameleira, Xavantinho, Lago de Pedra, Olaria e agora mais dois assentamentos que vão ser criados pelo programa Nossa Terra Nossa Gente do governo do estado que é Tia Irene e Zeca da Doca. Eu falo 80% pelo número de assentamentos que tem no município, são bastante assentamentos. Que nem eu falei, a soja ainda não tem ela exclusiva na nossa região, ela

está chegando. A pecuária, normalmente, a pecuária, numa fazenda aí que tem 5.000 bois, ela vai ter três funcionários, quatro, no máximo quatro vaqueiros, ali o tratorista e o cerqueiro. Então, praticamente na nossa região o pessoal é obrigado aos assentamentos, 80% é assentado.”

Divino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Félix do Araguaia (MT)

“O pessoal chegou, achou a fazenda que arrendaram pequena e aí saíram propondo a comprar e o pessoal foi vendendo mesmo, muitas famílias venderam, e hoje estão arrependidas porque acabou o dinheiro, eles vieram para a rua, acabou o dinheiro e agora não têm como pegar outra terra. Uns vieram para a cidade, outros voltaram para o Pará, Tocantins. (...) A situação piorou, a fome, muita fome, né. Porque o pessoal lá tendo a terra lá, mesmo não produzindo para vender, mas ele está produzindo para se alimentar, né. Se vendeu a terra acabou, não tem como.”

Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Alegre do Norte (MT)

“Aqui na nossa região, tirando Querência, a parte com soja que já foi plantado, acho que já foi plantado duas ou três vezes, é saindo de Cascalheira indo até ali onde se chama de Fazenda Guanabara, tem uma fazenda que eles chamam de Malú, mas o nome da fazenda é outro, Malú é só o nome que o pessoal conhece, que planta soja. Aqui para o nosso lado eu não diria ainda que a soja já está estabelecida. O que ocorre aqui neste momento é isso, o adquirir a terra, a gente está ainda nesse processo que eles chegam para adquirir a terra. Fora dessa região de Ribeirão Cascalheira não existe aqui perto da gente plantações, existe esse tipo de pressão. Por exemplo, aqui no Posto da Mata, foi no Posto da Mata que chegou aquele grupo liderado por Gilbertão, que começou comprar a terra dos ocupantes não índios na área exatamente indígenas, e eles sabem disso, eles sabem porque na escritura que eles mostram está escrito lá que a área é indígena e está em litígio. Ele tem uma escritura de venda da própria Agip [empresa que adquiriu a fazenda]. O que eles estão alegando? Na realidade a Suiá-Missu é uma fazenda imensa de um milhão de hectares na época que ela foi grande, tanto que aquela parte que sai do Posto da Mata que vem para cá, ali fazia parte da Suiá-Missu e foi desapropriada, é onde é o assentamento Mãe Maria. Os invasores questionam que a área que os índios estão não pegou toda a Suiá-Missu, então a Agip vendeu essa parte para eles, está lá são 168 mil ha, então é a mesma área, aqui no cartório tem o registro. Com essa escritura começaram a pressionar os ocupantes que estão lá, indenizavam ou passavam para eles um outro lote mais para cima e já tirou muita gente com esse método.”

Maria José, diretora do Centro de Direitos Humanos de São Félix do Araguaia (MT), caracterizando a relação entre as lavouras de soja e a apropriação de terras

“Aqui não existe mais grandes fazendas que estão aí, por exemplo, a fazenda São João, o que eles têm de mata, eles já não podem mais derrubar, as beiras de córregos, rios e nascente, isso eles têm que cuidar, não podem

mais derrubar senão eles vendem com multa. Não há assim na nossa região grandes fazendas mais, a não ser essas já formadas. Aí uma forma de estar fazendo isso, uma fazenda, de forma pacífica, é comprar de pequenos posseiros. Houve aqui um esquema de venda dessas posses, quando as pessoas derrubaram nos primeiros anos e fizeram as pastagens e quiseram imitar o esquema do grande fazendeiro com uma área de terra dessa aí de 20 alqueires, tem limites para a criação de gado. Você derruba, derruba, aí você não tem mais pastagem e quando chega o próximo verão, quando seca aqui, aí precisa de uma área muito maior para esse pouco de gado e num lote desses você não mantém mais de 20, 30 cabeças de gado. Aí quem derrubou e plantou só o capim, com 30 cabeças de gado não vive, ele tem que ter de 80, 100 para cima para ter algum lucro. Então, imitar o modelo do fazendeiro, e o modelo que muitos imitaram aqui foi derrubar tudo, deixar limpo, não deixar nenhuma árvore, só pastagem, para que o gado não tenha um lugar para descansar. Dizendo ele que o gado tem que comer, comer, comer. Se ele tem uma árvore ele para, deita e ruma, então ele não engorda. Aí muita gente derrubou a mata seguindo esse esquema, plantando capim. Então muita gente acabou seguindo esse modelo, ficando com poucas terras, pouco espaço para eles fazer outros serviços.”

Eliseu, membro da prelaia de Canabrava do Norte (MT)

Infra-estrutura para o agronegócio

O Baixo Araguaia possui uma grande extensão de terra privilegiada, situada entre o Vale do Xingu, onde está localizado o Parque Indígena do Xingu, e o vale do rio Araguaia, com características adequadas ao cultivo mecanizado em larga escala. Os solos são classificados como latossolos, profundos, bem drenados, predominando relevo plano a suavemente ondulado. A região apresenta boas alternativas para o escoamento da produção, fator que atraiu muitos compradores de terras. A produção é transportada pela BR-158 até o Porto Franco, no rio Tocantins, depois segue por ferrovia até o Porto de Itaqui, no Maranhão.

Esta logística tenderia a reduzir os custos de transporte até o porto. No entanto, segundo os produtores, estes possíveis ganhos são perdidos devido às péssimas condições de tráfego do trecho entre o município de Ribeirão Cascalheira e a divisa com o estado do Pará. Atualmente, o preço da saca de soja nos municípios do Baixo Araguaia é semelhante ao de Sorriso, que tem como principal eixo de escoamento os portos do Sudeste e Sul.

Os aspectos favoráveis aos grandes produtores já atraem, inclusive, estrangeiros. No município de Querência foi identificado um grupo de cinco agricultores norte-americanos, que no seu conjunto cultivam aproximadamente 7.000 hectares de soja. Segundo relato do Secretário Municipal de

Agricultura, a presença dos agricultores norte-americanos na região é explicada pelo preço da terra, muito mais atrativo quando comparado ao de seu país de origem. Soma-se a isto a possibilidade de financiamento a juros mais baixos do que os praticados no mercado local. As mudanças na política agrícola dos Estados Unidos, com um possível fim dos subsídios, definem um cenário futuro de incertezas. Frente a esse quadro, os cerrados brasileiros acenam como uma alternativa para os agricultores norte-americanos que procuram ampliar suas atividades.

Como é de praxe em áreas de expansão do agronegócio, as empresas Bunge e Cargill possuem armazéns situados ao longo da BR-158 e BR-080. A Bunge é a empresa com maior número de silos na região, sete no total, estrategicamente situados para adquirir maior volume de soja. Estas empresas também são responsáveis pelo financiamento das safras. Segundo estimativa local, o total dos financiamentos de custeio de safras chega a 70%.

Desmatamento e impactos ambientais acentuados

Após todos esses ciclos de ocupação, a região convive com impactos ambientais há décadas, primeiro devido principalmente à introdução da pecuária extensiva e mais recentemente com o avanço da soja. Apesar do curto período em que o plantio de soja se estabeleceu de forma mais sistematizada na região, nos anos 2000, já é possível identificar os danos.

“Onde a gente está sentindo assim um impacto muito forte é no município de Bom Jesus, que é uma fazenda muito grande de gado que transformou tudo aquilo em soja. É um impacto muito grande. No próprio corgo³⁶ da cidade houve contaminação, e aí os agricultores ficam um pouco apreensivos porque as pragas, com o uso intensivo dos venenos, as pragas correm tudo para as plantações do pequeno produtor, porque lá não tem veneno. Então, se você propõe fazer uma agricultura diferenciada sem o uso de agrotóxico, se o vizinho está usando, se ele não usar também corre o risco de a praga vir comer as plantas dele tudo, porque ele produziu um desequilíbrio muito forte aqui na região. Mas ainda há, na maioria da região, um certo cinturão que separa essa monocultura [soja, algodão, arroz] de onde está localizado o agricultor familiar. (...) Você tem uma faixa intermediária de mata ou uma fazenda de pecuária no intervalo, na maioria dos casos não tem um contato direto com as plantações de soja e se tiver também está enrolado.”

**Tadeu Escamo, coordenador do programa Gestar,
do Ministério do Meio Ambiente**

36 O mesmo que córrego.

TABELA 8

Desflorestamento nos municípios do Baixo Araguaia e Querência – em hectares

Municípios	2001	2002	2003	2004
Alto Boa Vista	7.360	3.610	5.650	6.000
Bom Jesus do Araguaia	11.780	8.520	10.580	7.510
Canabrava do Norte	9.530	1.090	2.950	3.660
Confresa	29.530	36.010	8.650	12.800
Luciára	550	50	530	130
Novo Santo Antônio	1.630	500	3.560	1.480
Porto Alegre do Norte	5.370	3.810	2.780	2.710
Querência	22.100	42.170	44.790	45.800
Ribeirão Cascalheira	6.410	8.030	1.790	8.130
Santa Cruz do Xingu	3.490	8.150	8.210	1.030
Santa Terezinha	21.860	21.970	11.490	11.620
São Félix do Araguaia	12.220	6.740	15.070	22.470
São José do Xingu	7.930	19.690	—	—
Serra Nova Dourada	1.420	950	—	490
Vila Rica	27.010	32.790	27.370	22.420
Total	168.190	194.080	143.420	146.250

Fonte: Prodes (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>).

O índice de desmatamento, embora já supere em muito o permitido pela legislação, continua a crescer de forma acelerada. Querência, São Félix do Araguaia e Vila Rica lideram a destruição. Segundo dados do Prodes, Querência já ocupou 75% de suas matas (este percentual exclui a área pertencente ao Parque Indígena do Xingu, que totaliza cerca de 620 mil ha – 40% do município, segundo a prefeitura). O desmatamento de Querência já teria atingido 467 mil ha e se manteve em ritmo de crescimento médio de cerca de 40 mil ha por ano, entre 2002 e 2004.

O Código Florestal Brasileiro define em 80% a área de reserva legal mais as áreas de preservação permanentes; portanto, no município de Querência o desmatamento de floresta é muito superior ao permitido pela legislação federal em vigor.

Não existem dados disponíveis que quantifiquem a derrubada das matas ciliares, que compõem as Áreas de Preservação Permanente. Esta é uma das preocupações dos povos que habitam o Parque Indígena do Xingu, uma vez que as nascentes dos afluentes do rio Xingu estão fora do parque e são atingidas pelas lavouras de soja.

Outro problema recorrente refere-se ao uso de agrotóxicos e contaminação dos recursos hídricos. O problema se torna mais grave quando os desmatamentos não respeitam as matas ciliares, que atuam como barreiras naturais impedindo a lixiviação e o transporte superficial dos resíduos químicos para rios e córregos.

“Outra que dá problema também é esse corgo aqui. Ali para cima eles desmataram de um lado e do outro e joga veneno e vem todinho para dentro do córrego, contamina tudo. Agora não dá para ver, mas com o tempo você vai sentindo, porque todo enxurro que dá vai tudo para dentro do córrego. Além de aterrar o corgo, contamina o corgo. O peixe diminuiu muito, de primeiro você pegava cada piauzão assim, agora você vai lá e não pega nada. Os animais também sumiram tudo, o que sobra ainda é nessa mata minha aqui, porque eles vêm para beber aqui na lagoa que eu tenho, é um veado, uma anta, paca, ariranha; pouquinho também, o resto está desaparecendo tudo. Se não tiver ajuda das pessoas lá de fora para nós, no futuro aqui tudo vai virar deserto, porque as terra daqui são muito fraca, em algumas partes são boas, mas em outras é muito fraca.”

**Antonio Silvino, morador do Assentamento
Liberdade, Canabrava do Norte (MT)**

Outro sério problema detectado refere-se à contaminação de pessoas e residências no perímetro urbano. Algumas fazendas produtoras de soja fazem limite com a sede do município e não tomam as devidas precauções na hora das aplicações aéreas de veneno. Uma pequena deriva é o suficiente para contaminar áreas fora do limite das propriedades.

“Bem aqui nesse quintal, dentro dessa casa bem aqui. Ele acha que jogaram o veneno lá e caiu aqui porque o mato murcho. No setor que eu moro ali, no setor novo, já aconteceu isso do mato morrer (...) na época em que eles estavam jogando veneno. Porque eles vêm de avião lá e passa e volta quase por cima assim [referindo-se à cidade] e quando eles viram para lá eles soltam o trem [veneno], o vento pega e esparrama, é perigoso demais. Já foi denunciado sobre isso aí, e o problema daquele esgoto que eles fizeram no meio da lavoura para o veneno cair, eles acham que com um ano e pouco está até contaminando a água do rio Tapirapé, acabando com os peixes. Porque o rio fica raso no verão. A água que abastece a cidade é do rio. Isso que a gente já fez queixa por causa da valeta que eles têm lá, que saiu da fazenda e morre na fazenda mesmo, naquela valeta ali. Mas o que que a gente pensa, ele infiltra naquela valeta, a água some e vai sair lá dentro do rio, mesmo que o veneno fique na terra lá, mas a gente não sabe se a água que cai no rio é envenenada.”

**Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Porto Alegre do Norte (MT)**

“Os animais que estavam no mato, os peixes que estavam no rio, as árvores que estavam de pé que sustentam o rio. Porque o clima aqui, há 20 anos atrás, aqui chovia todos os dias e hoje você vê, é minguando, de acordo que o desmatamento está andando está minguando a chuva, e muito mesmo.”

**Antonio Silvino, assentado da PA Liberdade,
Canabrava do Norte (MT)**

“Você tem que pensar em sua família, no seu filho que tem que estudar. Vou ir para a cidade grande, quem tem o estudo sobrevive e quem não tem vai ficar nas favelas. E aqui no mato não, aqui você tem uma galinha, planta para comer, tem o rio ali, pega um peixe, planta uma melancia, e lá na cidade tudo se compra, se tem dinheiro compra, e se não tem?”

**Antonio Silvino, do PA Liberdade,
Canabrava do Norte (MT) ●**

Santarém e Belterra: a “fronteira” da vez

“O Silvino ficou lá resistindo, não vai vender a terra, ele disse: ‘não vou’; e aí todo mundo foi vendendo, a comunidade que ele estava extinguiu-se, o pessoal veio todo pra Santarém; são trabalhadores rurais que vivem urbanamente sem emprego, e as pessoas não têm estudos suficientes e mesmo as que têm trabalho, não serve. Então vão encher as periferias das cidades e nós, a maioria vem do interior atrás de uma escola melhor e acaba ficando desempregado (...).”

Edson Azevedo, do Instituto Manancial, de Santarém (PA)

A incorporação da região de Santarém ao agronegócio exportador pode ser associada ao ano de 1637 ou 1638, marcados pela chegada às praias do rio Tapajós do português Pedro Teixeira e de suas tropas, e a conseqüente integração desta região à “dinâmica mercantil colonial, característica do credo econômico de Portugal, nos séculos XVI a XVIII” (Leroy, 1991). Ao contrário do ocorrido em Sorriso, a história da ocupação e da luta pela terra na região de Santarém conheceu diversos ciclos econômicos e distintas ondas de povoamento que explicam, por certo, a tradição de resistência de seus povos aos sucessivos processos de invasão e destruição dos recursos naturais e de sua cultura tradicional.

Como descreve Jean-Pierre Leroy, a Amazônia estaria inscrita neste sistema pela via do extrativismo, com base na conquista, no controle militar e na mão-de-obra escrava. “Os jesuítas, presentes na aldeia dos Tapajós – hoje Santarém – desde 1661, opuseram-se energicamente à escravidão indígena e, em contrapartida, aprovaram a africana.” No século 18, fazendas produtoras de cana-de-açúcar, cacau e gado instalaram-se e com elas chegaram à região escravos negros.

Com a crise do cacau do século 19, o Pará viveu um período de empobrecimento. A miséria e a opressão exercida por portugueses e grandes fazendeiros fez eclodir, em 1835, a Revolta da Cabanagem, guerra civil travada até 1845 com o intuito de implantar no Pará um regime revolucionário. O movimento uniu brancos pobres e sem perspectiva de ascensão social, caboclos, mulatos, negros libertos voltados para a atividade produtiva e extrativa, foreiros de fazendeiros ou de comerciantes, índios em servidão nas “roças comuns” ou fábricas nacionais.

A grande seca ocorrida no Nordeste no final do século 19 determinaria um novo ciclo de povoamento da região, desta vez estimulado também pelo ciclo da borracha no Pará. O governo paraense tomou a iniciativa de criar estabelecimentos agrícolas para os retirantes, mas o governo federal estava mais interessado em exportar borracha, a partir do desenvolvimento da indústria automobilística nos países desenvolvidos, e é para este setor que são então direcionados os recursos públicos.

À semelhança do que se passa hoje com a soja, a exploração da borracha assinalava a integração da Amazônia ao circuito do comércio mundial de *commodities* agrícolas e industriais. Além de dominar o comércio internacional da borracha, a Inglaterra, assim como fazem as multinacionais de alimentos dos dias de hoje, controlava também seu transporte e venda ao mercado consumidor, além de financiar as grandes casas comerciais de Belém que, por sua vez, financiavam casas menores e os proprietários dos seringais.

Até o final do século 19, a região do Baixo Amazonas manteve-se como a principal zona de extração da borracha. E Santarém era o centro que comandava todo o comércio, financiador das expedições exploradoras e descobridoras (Leroy, 1991). A região foi cenário também, sob o comando do próprio Henry Ford, de experiências norte-americanas de plantio racional de seringais, que não viriam a obter sucesso, sobretudo em função de pragas que destruíam a plantação.

A partir dos anos 1960, a ditadura militar e seus projetos, como a rodovia Cuiabá-Santarém e as estratégias de ocupação dos supostos espaços vazios, iriam acrescentar novos aspectos econômicos, sociais e culturais. Acelerando as transformações e impondo um novo modelo de ocupação do território, este período daria início a um ciclo de disputas pela posse e uso da terra, que fazem do estado do Pará aquele que apresenta os maiores índices de violência no campo em todo o Brasil.

O Programa Polamazônia, criado em 1974 e implantado em 15 áreas da região amazônica, dentre as quais o Pólo Tapajós, iria estimular, através de

incentivos fiscais e creditícios, a criação e expansão de empreendimentos privados envolvendo áreas como extrativismo, mineração, agricultura, pecuária e agroindústria, “de modo a aumentar a capacidade de produção mercantil, em geral, e de exportação, em particular” (Ianni, 1979). É neste mesmo período que a atividade pecuária, inicialmente em pequenas propriedades e mais tarde nas grandes fazendas, começa a se destacar na região.

Como assinala Jean-Pierre Leroy, “os colonos da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, que nunca tinham recebido muito apoio, veriam minguar ainda mais os recursos que lhes haviam sido destinados”.

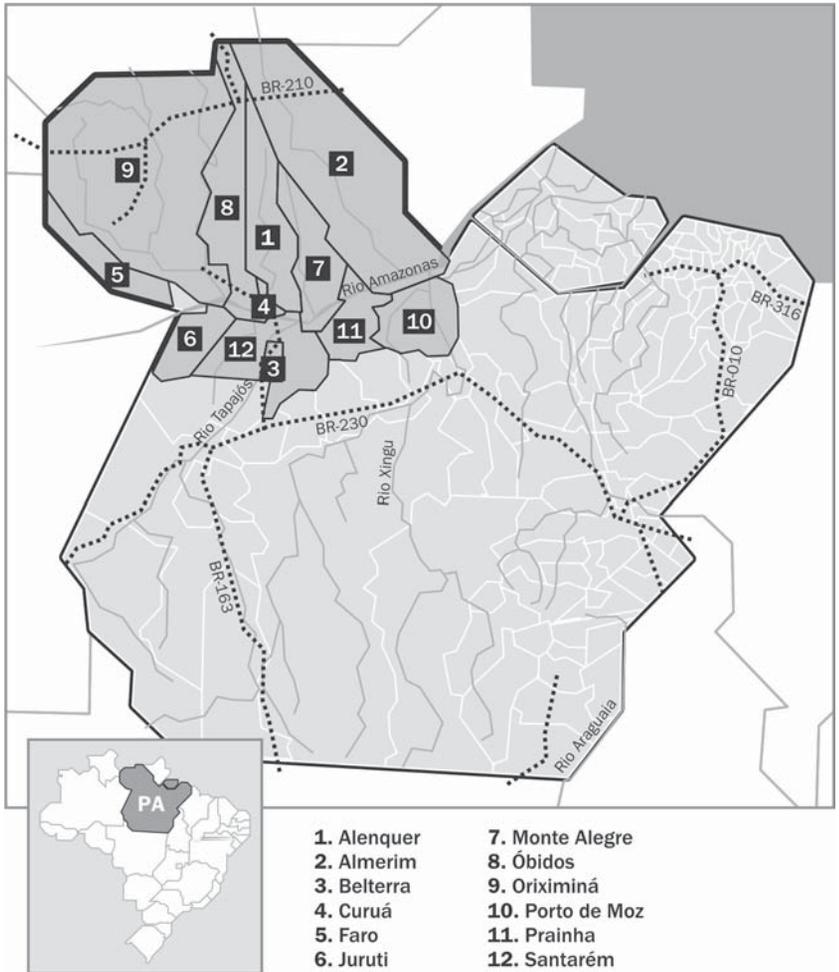
“O enraizamento dos caboclos e nordestinos do planalto já é bastante antigo. Faz parte da história de Santarém. Já os camponeses das estradas, se tinham individualmente um passado, não tinham uma história como grupo social. Talvez o amplo horizonte de suas andanças e a necessidade imperiosa de criar raízes, pois chegavam ao ‘fim da linha’, fizessem com que passassem a se destacar dentro do movimento dos trabalhadores rurais de Santarém. Em poucas centenas de quilômetros de estradas e vicinais, formavam a síntese do campesinato brasileiro. Com eles, completava-se a fisionomia da população e do espaço rural santareno.” (Leroy, 1991)

Ao contrário do que se passa em Sorriso, a história de Santarém e Belterra faz com que os conflitos gerados pela introdução dos vastos campos de soja não se limitem àqueles referentes à titulação e uso da terra. Mais que isso, e apesar das muitas derrotas ante o poder econômico, a região apresenta um grau de organização e resistência de seus trabalhadores rurais raramente alcançado em qualquer outra região do Brasil.

Santarém e Belterra, hoje

Na Amazônia Legal, somente o Acre e o Amapá estão livres do cultivo desta oleaginosa. Na safra 2005/2006, a área plantada com soja manteve o ritmo anual de crescimento no estado do Pará (15,5%). Nosso estudo teve como alvo os municípios de Santarém e Belterra por sua importância como principais pólos de produção de soja no Pará, detendo 44% da safra do estado em 2004. Estes municípios estão localizados na mesorregião do Baixo Amazonas, que é composta pelas microrregiões de Santarém e Almerim. A primeira possui dez municípios (Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Santarém) e a segunda dois (Almerim e Porto de Moz). Em termos populacionais, Santarém é o terceiro município paraense, com 4% da população do estado, segundo o Censo Demográfico de 2000.

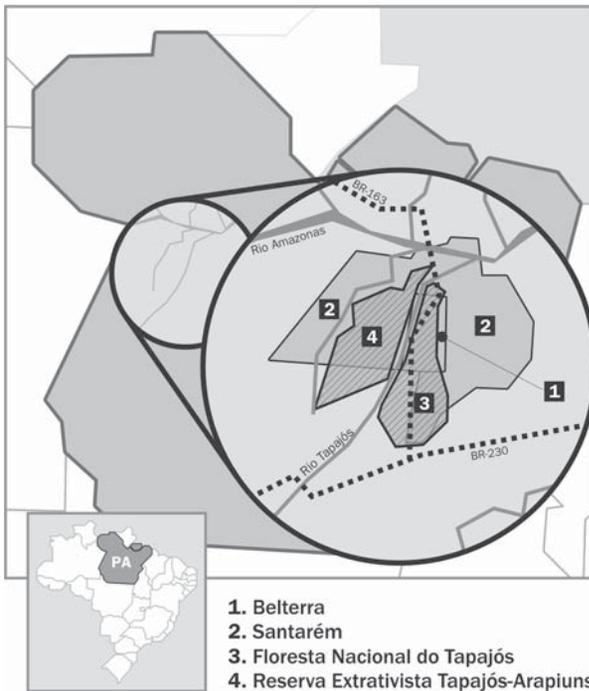
MAPA 5



Por sua vez, Santarém e Belterra fazem parte de uma das últimas fronteiras de reservas florestais do Pará, com grandes Unidades de Conservação, como a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. São também importantes pólos agrícolas e produtores de frutas, com 4,6% do total dos estabelecimentos agropecuários do Pará, tendo à frente a produção familiar diversificada e consolidada há décadas, também ameaçada pelo avanço da monocultura da soja neste território³⁷.

37 O município de Belterra foi emancipado somente em 1995. No último Censo Agropecuário (1996), foi registrado como integrante do município de Santarém.

MAPA 6



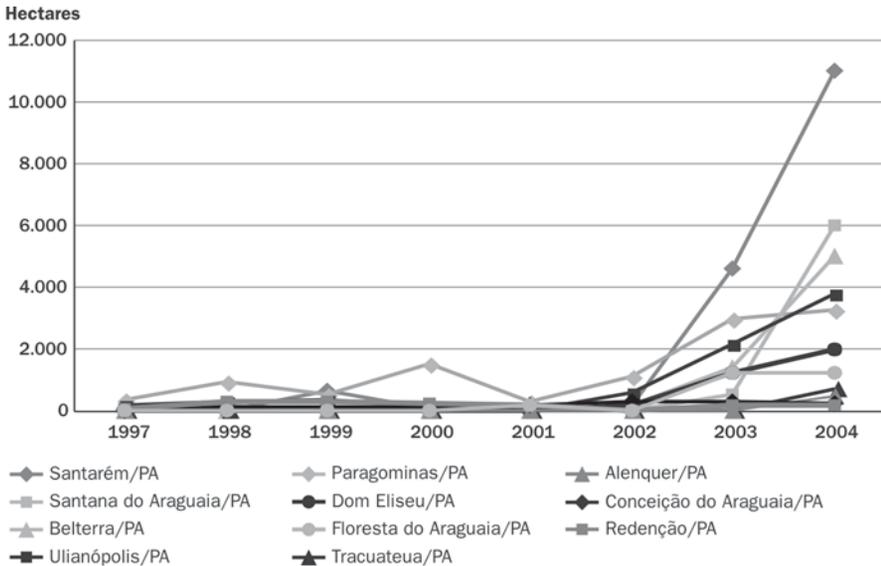
A soja começou a ser plantada no Pará a partir de 1997. A área plantada no estado era de 575 ha, destacando-se os municípios de Paragominas e de Ulianópolis, no nordeste paraense. Em 1998, os municípios de Redenção e Conceição Araguaia, no sul do estado, passaram a incorporar o plantio. É nesse período também que a soja chega ao município de Santarém.

Conhecidos localmente como “sojeiros” ou “gaúchos”, a maioria dos produtores de soja de Santarém e Belterra é oriunda do Centro-Sul do Brasil, tendo chegado à região a partir do incentivo da própria prefeitura de Santarém que, em 1997, encomendou à Embrapa um estudo de zoneamento econômico agrícola. Este estudo apontou a viabilidade da produção de soja na região e a prefeitura passou a divulgá-lo em outros estados, sobretudo no Mato Grosso, para atrair os produtores.

Contudo, é a partir de 2002 que ocorre a grande expansão da área plantada e da quantidade produzida com a monocultura da soja, tornando o município de Santarém o mais importante do Pará. Em Belterra, a soja começa a ser produzida apenas em 2002; e já em 2003 sofre grande expansão, fazendo do município o terceiro maior produtor de soja paraense.

GRÁFICO 8

Evolução da área plantada com soja, principais Municípios paraenses, 1997 a 2004



A expansão da monocultura de soja no Pará contou com incentivos dos governos, que forneceram tecnologia, financiamento e infra-estrutura. O governo paraense e instituições federais, como a Embrapa/Amazônia Oriental, forneceram as bases tecnológicas para seu desenvolvimento. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado fazendas de soja e processadoras de grãos em Santarém.

No site do governo do estado do Pará pode-se observar a estratégia de implantação do monocultivo, no final da década de 90, incentivando a produção e disponibilizando créditos aos interessados em investir na soja. Para o desenvolvimento do monocultivo no Pará o governo contou com o apoio do Prodecer, com investimentos da ordem de US\$ 70 milhões. O governo do Pará indica a disponibilidade de 6,2 milhões de hectares para a soja no estado e a parceria com a Embrapa, através dos pólos de pesquisa experimental. As pesquisas recomendaram a cultura no estado em função da sua produtividade acima da média nacional, e das possibilidades de correção de solos degradados³⁸. O argumento do governo estadual é de que o cultivo da soja seria implantado em áreas alteradas e desmatadas. Entretanto, no caso

38 Fonte: <http://www.cdpara.pa.gov.br/economia/agropec/soja2.html>

do oeste paraense, a expansão tem ocorrido em áreas dos sítios diversificados da produção familiar, com florestas primárias e secundárias³⁹.

Santarém e Belterra respondem, respectivamente, por 64,8% e 29,4% do total da área plantada com soja na mesorregião do Baixo Amazonas. Em 2004 já havia plantio de soja em metade destes municípios, onde os monocultivos mecanizados de soja se dão em rotação com o arroz. Com a queda do preço do arroz, tem-se utilizado, mais recentemente, o milho.

TABELA 9

Evolução da área plantada com soja no Baixo Amazonas, por microrregiões e municípios, 1997 a 2004

Municípios	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Participação no Baixo Amazonas em 2004 (%)
Microrregião de Santarém									
Alenquer	0	150	0	0	0	0	0	475	2,8
Beltterra	0	0	0	0	0	150	1.400	5.000	29,4
Curuá	0	0	0	0	0	0	400	400	2,4
Santarém	50	0	620	50	25	200	4.600	11.000	64,8
Monte Alegre	0	0	0	0	0	0	0	100	0,6
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Juruti	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Óbidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Oriximiná	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Praíha	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Microrregião de Almerim									
Almerim	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Porto de Moz	0	0	0	0	0	0	0	10	0,1
Total	50	150	620	50	25	350	6.400	16.985	100,0

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.

Assim, se a participação no conjunto da produção brasileira de soja ainda é pouco expressiva, o que desperta a atenção neste caso é a velocidade com que o plantio avança na região, em plena Floresta Amazônica, e suas conseqüências.

39 COHENCA, Daniel. *A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004*, Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras. 2005

Violência e intimidações

Segundo a Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comprovadamente, das mortes decorrentes de conflitos agrários no Brasil, 37,5% ocorreram na região Norte e destas 67% no Pará, em 2004. Em Santarém, nos últimos anos, se acirram conflitos armados entre posseiros e pistoleiros, sumiço de trabalhadores no meio da floresta, grilagem de terras, ameaças de morte, invasão de propriedades de pequenos agricultores, queima de casas e bens, extravios de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais pertencentes à União e ao estado do Pará. Uma característica no processo de implantação da soja nessa região é a pressão sobre os posseiros para que desistam dos direitos adquiridos ao longo dos anos.

“Nessa questão das ameaças da violência, por exemplo, aconteceu um fato na Gleba Pacoval, que tem 25 famílias da agricultura familiar, que eram possuidoras da terra. Então, 25 casas foram queimadas, roçadas. Tudo que eles tinham de benfeitorias foram destruídos (...) O que é a realidade hoje? Tantas lideranças assassinadas, as viúvas hoje são ameaçadas de morte. E quantas lideranças continuaram morrendo? Porque a lei que tem é: ‘Olha quem fala morre’. E aí como vai ser o nosso povo tudo de boca fechada sem falar, com medo. E os programas que existem... Aí nos temos companheiros de área que estão sob programa de testemunha. Então, eu digo: em vez de ser os bandidos que sejam punidos é a liderança que tem que ficar escondida, que tem de ficar isolada da sociedade?”

Mulher, líder sindical em Santarém, ameaçada de morte

“Geralmente quem fica lá na propriedade diretamente são as mulheres, que sofrem com consequência da saúde porque é muito agrotóxico que eles usam; os venenos que atingem as plantações, mesmo as do lado da casa que não pode, quer dizer, as mulheres sofrem com o trabalho doméstico, com o trabalho da horta, não têm condições de fazer um trabalho como viviam antes. E a outra coisa que atinge a nós mais também é uma questão da soja, é porque nós mulheres geralmente estamos denunciando, no município de Oriximiná nós denunciemos, eu, a Eucimeri e a Socorro, são companheiras da Associação de Mulheres da seção dos remanescentes, e fomos responder processo na justiça por causa disso, então estamos respondendo processo, porque levaram a gente diante do fórum da justiça, tivemos que provar através de jornais, então três companheiros estamos respondendo processo em Oriximiná, porque denunciemos sojeiros pro Ministério Público Federal junto com dois vereadores, que estavam abrindo caminho, estradas pra que pudessem se implantar, tivemos provas e fomos denunciar, então por isso fomos atingidas diretamente.”

Izaurina, da região de Santarém (PA)

Injustiça ambiental: ameaça à produção familiar

A partir de 2001, ocorreu um aumento expressivo da produção e da área plantada com soja nos municípios de Santarém e Belterra, varrendo do mapa sítios diversificados e centenários da produção familiar. A paisagem de parte das principais rodovias, Santarém-Cuiabá e Santarém Curuá-Uma, assim como a estrada estadual Santarém-Jabuti, foi transformada em campos monótonos de monocultivo extensivo de soja. Igarapés importantes já sumiram ou estão em processo de assoreamento, animais silvestres também estão desaparecendo ou invadindo os quintais dos camponeses que resistem em vender suas terras. A população, sobretudo a rural, tem sua saúde afetada pelos agrotóxicos.

“Existe o desaparecimento de vários igarapés importantes, inclusive são cursos d’água bastante importante pra pecuária e também para a sobrevivência das famílias que habitavam às margens desses igarapés. Nós temos exemplos aqui do Igarapé do Cedro, na Santarém-Cuiabá, no km 130, que era o maior igarapé de nossa região, e que nesses últimos anos ele veio reduzindo o volume de água quantitativamente e qualitativamente, porque toda a área de nascentes de mananciais está dentro de uma grande propriedade que foi usada para plantio de soja. O igarapé secou completamente; nós temos hoje 10 km de leito seco de igarapé, e nós estamos monitorando o que tem ainda de água, mas é ainda um volume de água muito pequeno, apresenta não mais a cor original da água, que era uma água clara, azulada. Hoje é uma água barrenta, com a presença de muito produto fermentado dentro dela, principalmente talhas, folhas, madeiras, pois quando os tratoristas derrubam a mata ciliar, na maioria das vezes eles jogam toda a parte da floresta fora, madeira, dentro do leito dos igarapés, aterrando completamente a área onde eles nasciam.”

**Edson Azevedo, do Instituto Manancial,
Santarém (PA)**

“Tem um igarapé bem aqui que se chama... do Felipe, se vocês passarem lá não tem mais, vocês podem olhar lá e vê só o rastro, ele sumiu mesmo. Foi mecanizado e ele ainda corria água, perto do Natal ainda corria água, agora não corre mais. Por causa da soja, desmatou toda a cabeceira dele, não tem mais hoje.”

Depoimento anônimo, Santarém (PA)

Os relatos expressam que a soja parece ser mais nefasta do que outras formas de produção extensiva porque utiliza muito agrotóxicos, principalmente herbicidas. A forma como os herbicidas são utilizados e o incômodo sofrido pela população rural vizinha dos plantios de soja tem sido a principal denúncia da maioria dos entrevistados. Todos dizem que não é possível ser vizinho de sojeiro.

No município de Santarém, a maioria dos depoimentos de agricultores e lideranças sindicais é marcada pela preocupação com a transferência de terras de produtores familiares aos sojicultores, que tem resultado no esvaziamento e desaparecimento de diversas vilas.

“Em relação à convivência, antes era uma comunidade, a gente ia pra igreja, brincava e conversava com os vizinhos e depois ficou só a gente lá. A gente já tem os filhos adolescentes e vivem lá dentro do mato onde não passa ninguém, e o transporte também é muito difícil.”

Marina Pimentel, que vendeu sua terra em Belterra e mora atualmente no município de Santarém (PA)

“Igarapé do Manuel [na região de Mogi dos Campos], Tracuí do Garrafão [Curuauna]; aqui na Santarém Jabuti e na Santarém-Cuiabá têm várias comunidades, só que eu não me lembro o nome, tem de três comunidade seguidas que deixaram de existir. São Raimundo do Merataua é uma.”

Antonio Valdir, da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (PA)

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com o apoio de diversas organizações locais⁴⁰, realizou uma grande campanha – “Terra é fonte de subsistência da família: Não abra mão de sua terra” – para impedir a continuidade do processo de venda de terras. Entretanto, a transferência de terras já havia sido iniciada e a campanha não conseguiu evitar a formação de grandes campos mecanizados de soja nas margens das rodovias, substituindo vilarejos de migrantes nordestinos.

Antônio Evaristo Ferreira, o “seu Mineiro”, da localidade de Boa Fé, em Santarém, onde mora há 23 anos, é um dos fruticultores da região, dentre as 106 famílias que ali residem, onde predomina a produção do maracujá. Segundo ele, que acumula também a vivência do período da expansão da soja no estado do Paraná, a pressão pela venda das terras começou em torno do ano 2000:

“Eles chegaram há uns cinco anos atrás. Foi aí que apertou mais, começou a plantar mais e comprando terra ao redor, com a luta pra eles não entrarem aqui. Eu me prontifiquei a não vender a minha e falava pros outros pra não venderem. ‘Não vendem que vocês vão sofrer’, comecei a contar exemplos do Paraná, lá eles pegavam as pessoas, empregavam na empresa deles, aí depois que eles já estavam empregados eles falavam: ‘bom você tá ganhando dez salários mínimos’, porque eram dez que trabalhavam em casa, eles falavam que não precisamos mais da terra, aí

40 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Organização das Associações da Reserva Arapiuns Tapajora, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (Acosper), Projeto Saúde e Alegria.

vendiam a terra, e depois falavam que iam pagar os juros da terra. Aí já ia pra 20 salários mínimos, aí a pessoa cria o olho grande no dinheiro. E com o tempo eles chutavam o pessoal, desempregava, aí a terra já era deles, e o emprego já ficava com o filho e casava e outro saía, aí já dividia aquilo não era mais 20, aí pronto. Muita gente lá no Paraná caiu nessa, inclusive em volta de nós lá no Paraná teve várias famílias, ficar de bôia-fria, isso nós vimos lá. Então isso tudo a gente tinha como exemplo, então a gente colocava e conseguia juntar um grupo, nas reuniões do sindicato que acontecia de três em três meses. A primeira coisa que a gente debatia é não vender sua terra, e a gente até conseguia, eles não entravam muito aqui não."

**Antônio Evaristo Ferreira, o "seu Mineiro",
da localidade de Boa Fé, em Santarém (PA)**

No planalto santareno, o processo de ocupação tem se dado, principalmente, através da compra de terras de produtores familiares, geralmente migrantes nordestinos. Existem uns poucos casos de arrendamento de médios produtores de gado. Um processo aparentemente legal, mas que contém elementos de violência e crueldade. Vítimas da poluição do ar, contaminação da água pela utilização de agrotóxicos, ataque de pragas e animais, mudança no microclima, medo e insegurança de agressões, redução de animais silvestres, perda ou mudança de vizinhança, redução de serviços e equipamentos públicos, estes produtores são obrigados a vender suas terras. Assim, nas diferentes localidades, tentativas de resistência não tiveram sucesso. São diversas as narrativas de produtores familiares que, iludidos em relação às possibilidades que o dinheiro recebido pela venda da terra lhes traria, terminaram por vendê-la. E diversas, também, as estratégias utilizadas para a tomada do território.

"Eles começam assim mesmo, chegam falando que não são egoístas, que querem só um pedacinho de terra pra plantar. Aí eles compram aquele pedacinho de terra, aí fala pro vizinho: 'mas quando tu for vender...', às vezes até ajuda, financeiramente, ou mesmo ajuda a fazer um roçadinho, 'eu vou arar pra você', aí ele vai... e quando tá pra vender ele diz: 'me dá preferência agora, você quer vender, me dá preferência'; aí a pessoa já tem aquela amizade, a pessoa vende, ele começa assim muito pequeno."

Depoimento anônimo

"O nosso produtor não estava acostumado a falar em grande quantidade de dinheiro, quando eles chegaram pra cá e começaram a falar em mil, um hectare em terreno que o cara vendia o mundo por mil reais, por 2.000 reais, aí o pessoal cresceu muito com isso, vendia um hectare de terra por 2.000, se cresceram muito e achavam que aquele dinheiro iria resolver o problema. Só fez aumentar, porque não estavam preparados para lidar com dinheiro, a pessoa que não tá acostumada com dinheiro, quando pega uma grande quantia, não sabe o que faz, não tem um projeto e acaba comprando uma coisa ou outra. Eu conheço uma família que vendeu os

terrenos deles, aí era uma família grande, aí acabaram comprando nove motos, pra cada filho uma moto, então ele pegou o dinheiro e jogou no mato, se desfez da propriedade dele, e hoje as motos estão velhas, sucateadas, e estão sem a terra e estão sem nada.”

Antonio Valdir, da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (PA)

“Eles compraram de um lado e outro da estrada, a pessoa ficou lá no fundo, aí eles proibiam a pessoa de passar, porque a propriedade era deles de um lado e de outro, e eles plantam até na estrada e as pessoas ficam sem estrada. Essa aí é uma coisa que eles usam muito. Fizeram isso aqui no Jabuti, lá na Baixa D’água fizeram assim também. Teve um que proibiu as pessoas que moravam no outro lado de passar por dentro da propriedade. Tinham que dar uma volta muito grande.”

Idem

“Se eu tô plantando maracujá, laranja, tangerina e eles plantam do meu lado e por trás do meu terreno, aí eles começam a passar veneno no arroz deles e na soja e me prejudicam, eu digo que o veneno que eles usam diminui a produção de frutas, porque um deles disse pra mim: ‘se ele não quer vender, eu compro dos 13 depois uso um veneno lá que ele não vai colher nada lá e vende pra mim’, ele falou bem aqui, igual nós estamos aqui sentados.”

Idem

“Quando eu tava lá, nosso medo era de ficar muito isolado, porque já estava, dava uma tristeza, chegava na estrada olhava pro lado, nenhum vizinho, nenhuma pessoa andando. O ônibus que era o que vinha pra cidade, não ia mais lá porque era pouca gente, não recompensava mais entrar, a gente brigava. Às vezes, quando a gente ia daqui de Santarém e voltava ele entrava pra deixar a gente. Mas pra pegar... Aí, lá no planalto, tem aquela lama, choveu é lama. Como é que a gente ia levar os produtos, a farinha, a melancia, até pegar o ônibus? Aí nós conseguimos uma carroça pra nós, outros também. Aí, essas dificuldades iam acontecendo. Aí, tudo isso ia desanimando, e nem podia sair de casa porque era um fedor no dia de pulverizar. Porque a gente quando pulveriza mesmo com inseticida caseiro é no final da tarde. Eles não, é de dia porque é muita área.”

Depoimento anônimo

“Você mora naquela terra onde seu avô morou, onde seu bisavô morou, onde seu pai morou e agora você tá morando, mas documento no Incra, em cartório, você não tem, porque eu morava ali. Naquele tempo todo mundo sabia dali da redondeza que aquilo era meu, então não precisava de documento pra dizer que era meu. Todo mundo conhecia e respeitava. Então essa cultura é muito forte. E aí é o maior prejuízo, porque quem vem, você tá aqui na terra mas você não tem documento, o que acontece aqui, esse pessoal que vem do Mato Grosso chega minando aquela terra, não tem dono. Então isso ajuda muito as pessoas a grilarem terra porque agora se você fazer uma pesquisa, eu acho que agora tá sendo feito

assentamentos pra tentar legalizar essas comunidades que estão na margem do Tapajós, que a maioria não tem documento. Nem homem nem mulher porque é essa a cultura. Aquela terra era minha há anos, todo mundo respeitava, era sua, era do seu pai, era tua, então não precisava de documento.”

**Tânia, do Movimento de Mulheres Domésticas de Santarém (PA),
que deixou o campo e hoje mora na cidade**

“E têm comunidades que o maior problema é assim, porque você vende e o outro vende e alguns agricultores ficam imprensados aqui, e chega o momento em que eles são obrigados a vender. De certa forma é uma expulsão bem calma. Porque você está acostumado com a agricultura familiar e lá ele cria galinha, porco, carneiro e plantas. Onde se planta soja o veneno é muito alto. Como exemplo, na comunidade [de Tracuá, em Belterra] ele tinha uma criação de porcos, acabou. Tinha uma criação de galinha caipira, acabou, ele tinha um plano de criar abelhas, acabou. Por quê? Vinte metros, do outro lado, tinha uma grande plantação de soja. Todo bichinho que saía daqui com sintoma de envenenamento a galinha dele comia, o porco, e iam morrendo. Ele se obrigou a vender a terra dele e vendeu barato e está em outro local, porque não teve mais como suportar. A área dele já era pequena. A abelha que ele ia criar ia lá na flor da soja e ficava envenenada. As crianças que iam para a sala de aula, no momento que jogavam veneno, era insuportável a contaminação com crianças.”

Venilson José Ferreira da Silva, presidente do Ceftbam

“Nós saímos pela pressão da expansão da soja, que eles foram comprando os terrenos nos nossos arredores, sobrou só nós naquele pedaço. Então foi impossível conviver com aquilo, não com as pessoas, mas com o manejo de trabalhar. Eles trabalham durante o dia e, à noite, vêm pra cidade e vão pra um lugar seguro e a gente fica lá, sentindo aquele mau cheiro, então não tinha como. Várias doenças apareceram que a gente não conhecia antes como, por exemplo, o que a gente conhece por sarna em animais: galinha, cachorro, é, aparecia uma mosca miúda que feria a gente, muito mesmo. Na estrada assim a gente não podia andar, tinha de ser de bicicleta, e rápido, porque elas atacavam nós. Antes nunca apareceu. No nosso maracujá tinha uma plantação boa, mas atacou uma doença, e a gente não conseguiu controlar. Nunca antes tinha, porque desmatam e os insetos vão pra onde tem alguma coisa.”

**Silvino, ex-agricultor familiar de Santarém (PA), um dos últimos
de sua comunidade a vender as terras para os sojeiros**

No final de 2003, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém (STTR) contabilizou a saída de 500 famílias do campo e, atualmente, calcula-se que esse número tenha triplicado. As comunidades do Paca e do Prata já desapareceram. A comunidade Boa Esperança, importante na produção de farinha de mandioca, também está em processo de desaparecimento, assim como Açaizal, que tinha 45 famílias e atualmente tem apenas sete.

Esse processo de aquisição de terras no planalto santareno, mais próximo à sede do município e ao longo das rodovias, se diferencia do que ocorre nas áreas de várzea, no oeste do município. Nessas áreas, onde se localiza a produção extrativista de origem paraense, o Sindicato denuncia a pressão do agronegócio sobre a terra com grilagem, expulsão de famílias e queima de casas e roçados, como ocorreu na Gleba Nova Olinda.

Sem terra em Santarém

A expansão da soja em Santarém e Belterra, da mesma maneira que ocorre em Sorriso, vem produzindo enormes contingentes de novos sem-terra. São muitos, também, os depoimentos sobre o destino daqueles que venderam ou se viram expulsos de suas terras. Seu destino pode vir a ser a periferia de cidades da Amazônia, como Santarém, ou um assentamento destinado à reforma agrária. As condições mínimas antes asseguradas pela vida em comunidades rurais, em ambos os casos, deixam simplesmente de existir.

“Mesmo que ele plante em uma nova propriedade ela vai levar dez anos para produzir o primeiro fruto, então há um desabastecimento do mercado, em função disso também há um empobrecimento da família. As famílias que estavam localizadas às margens das rodovias, que já são trafegáveis hoje, elas estão indo para assentamentos, que não têm estrada, não têm escolas, aí é um outro fator que temos observado com grande frequência, que a maioria das escolas nessas comunidades que têm assentamento estão fechando, elas não têm mais alunos, porque as famílias foram embora, então isso tem causado um problema social muito sério aqui na região.”

Edson Azevedo, do Instituto Manancial, Santarém (PA)

“Santarém tá perdendo a identidade cultural dela, porque a maioria das pessoas que tá vindo de fora é pra ganhar dinheiro e não se importa o que vai ser daqui pra frente pra eles, o importante é ganhar, é ir embora. E aqui quem vai ficar com o prejuízo é a população, e aí você vê que Santarém tem característica de cidade grande, mas nas coisas piores: mortes, gangues, violência no trânsito e as coisas que uma cidade grande oferece de melhor não, porque ela só tem coisa ruim. Você não tem hospital que abranja toda a cidade, se você tiver um câncer vai ter que ir a Belém pra se cuidar. A educação também não é de boa qualidade, aquilo que a cidade grande tem de bom não vem pra Santarém, mas as coisas ruins vêm, isso dá uma angústia, perde a identidade cultural porque você tem uma cultura aqui que antes, há quase cinco anos atrás, quase todos vocês conheciam Santarém, agora não, muitas pessoas não conhecem mais e não têm mais vínculo contigo, é cada um na sua. E isso a gente perde totalmente.”

Idem

Insegurança alimentar

A expansão da soja nesses municípios pode estar ameaçando a segurança alimentar da população, pois vem ocorrendo um processo de queda do cultivo de produtos importantes na dieta alimentar, como feijão, milho e algumas frutas. Essa queda, bem acima da média estadual, regional e nacional, tem ocorrido no mesmo período em que o monocultivo da soja se expande nesses municípios.

GRÁFICO 9

Quantidade produzida de soja, feijão, milho, limão e laranja (Toneladas), Município de Santarém, 2000 a 2004

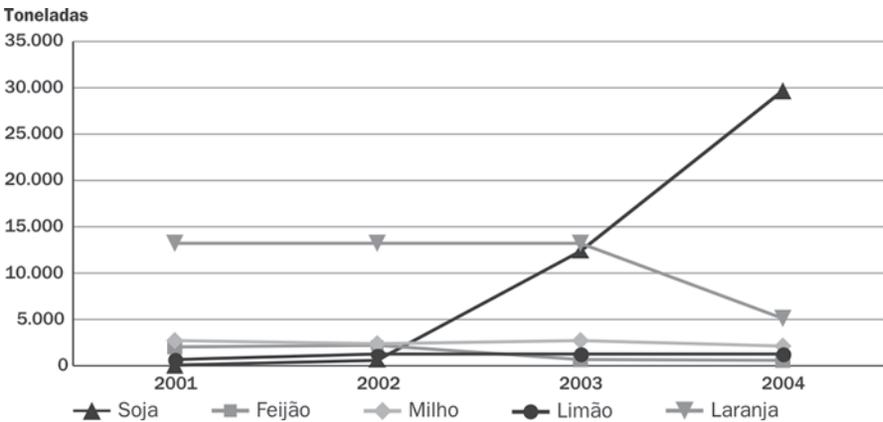
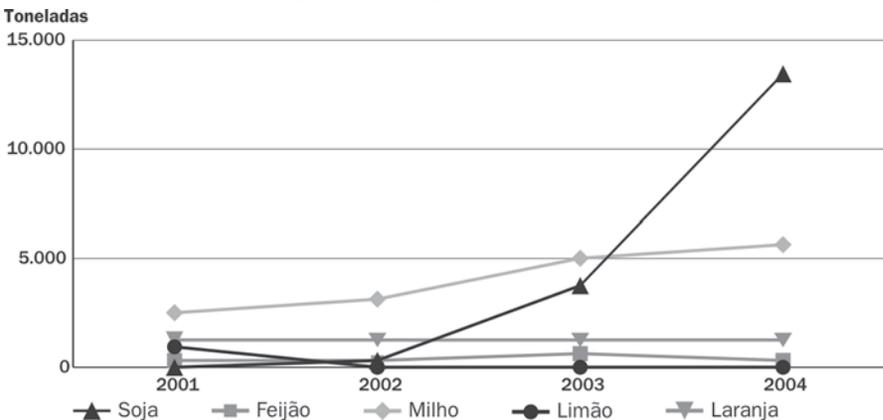


GRÁFICO 10

Quantidade produzida de soja, feijão, milho, limão e laranja, Município de Belterra (Toneladas), 2000 a 2004



“(…) e se nós trabalhadores, as entidades de classe, as organizações não se unir para somar forças, para que ache formas de barrar essa evolução do plantio de soja e ter um avanço na agricultura familiar, a gente não sabe aonde vai parar, porque tanto vai continuar sofrendo os trabalhadores lá no campo com as dificuldades, como vai sofrer os trabalhadores da cidade por falta de alimentação, porque sabemos que o trabalhador rural é quem trabalha para sustentar todo mundo, os pobres, os ricos, os honestos e os ladrões, somos nós que os mantemos alimentados.”

Delegada sindical de Santarém no seminário de apresentação da pesquisa às lideranças locais, junho de 2005

“Nós temos hoje dentro do eixo da Santarém-Cuiabá, envolvendo as comunidades desde o Tabocabal até o km 77 da Cuiabá, nós observamos propriedade de cem hectares, o pessoal andou vendendo suas propriedades para o pessoal da soja, foi substituindo o sistema de agricultura por uma agricultura extensiva e isso tem causado um impacto muito grande na economia local, porque apesar de nós termos propriedades da agricultura familiar, que são propriedades pequenas de até cem hectares, essas propriedades são estruturadas numa produção que são principalmente produtos cítricos: a laranja, o limão e outras frutas. Ela produzia jaca, mandioca, então existe uma gama de produção que sustenta a propriedade, que sustenta a família, mas não consideramos uma propriedade, um núcleo de produção, mas uma pequena empresa ali dentro onde a família sobrevive daquilo ali. Com a venda dessas propriedades pra soja, todas essas fruteiras que existem na área são derrubadas, são arrancadas, laranjeiras, jaqueiras. O produtor quando sai de lá, ele tem dois caminhos, ou ele vem pra cidade por um período até onde o dinheiro da venda da propriedade sustenta aqui, ou ele migra para assentamentos do Incra, que é o que mais acontece aqui nessa região. E chegando lá na propriedade ele começa um novo ciclo de desmatamento, e há um impacto na agricultura familiar, porque ela passa a plantar novamente a laranja, mas ela vai levar cinco, seis anos para produzir. Uma jaqueira que é derrubada em uma propriedade, mesmo que ele plante em uma nova propriedade, ela vai levar dez anos para produzir o primeiro fruto, então há um desabastecimento do mercado; nisso também há um empobrecimento da família.”

Edson Azevedo, do Instituto Manancial, de Santarém (PA)

“Esse Brasil foi criado para ser capitalista, todo o modo de desenvolvimento do país não foi nunca pensado para a população, foi meio ambiente e capitalismo. Nunca foi um projeto, por exemplo, vamos olhar a Amazônia começando pelo homem, não foi, vamos começar a trabalhar a Amazônia, começando pelo quê? Pelo minério, pelo que tem de riqueza dentro dela, mas a população não foi contada nisso não, é como se a população jamais existisse naquele local. É por isso que sofremos esse tipo de consequência, porque nós temos um sistema governamental voltado para o capitalismo. A gente vai brigar, brigar, brigar e enquanto nós estivermos brigando com os governantes, ninguém vai... nós temos que brigar contra o sistema.

As ONGs, os movimentos têm que brigar contra o sistema, porque enquanto não chegarmos no sistema, ninguém vai conseguir parar a questão capitalista. Foi enraizado, foi amarrado, foi atracado, algemado não tem como (risos).”

**Depoimento anônimo de uma
mulher de Santarém (PA)**

“Nós tivemos uma diminuição principalmente de frutas, laranja, porque grandes laranjais foram dizimados; a gente tem como exemplo a região de uma comunidade de nome Ramal da Moça, que ela era um dos grandes produtores de laranja, na Santarém-Curuaunã, logo após a Boa Esperança, e nós tivemos lá, e ficamos surpreso com o laranjal que tinha lá, tudo virado com a raiz pra cima, para plantar soja. Esse povo de lá, todo ano trazia grande quantidade de laranja, e esse ano (2005) não veio quase nada de lá, e teve outras culturas que foram bastante afetadas, teve fazenda de gado que toda virou plantação de soja. (...) a manga foi destruída... grandes mangueirais. Eu conheço comunidade aqui próximo, Boeira (na região de Mojui), lá existiam grandes mangueirais e hoje não existe mais.”

**Antonio Valdir, da Associação dos Produtores
Rurais de Santarém (PA) ●**

CAPÍTULO VII

Campos (outrota) Lindos

“Que desenvolvimento é este que envenena a água dos córregos e ribeirões, acaba com os peixes, as frutas? O desenvolvimento para os fazendeiros é um matar de cada dia da vida dos trabalhadores.”

Zé Nemésio, camponês de Campos Lindos (TO)

O município de Campos Lindos, maior produtor de soja do estado do Tocantins, apresenta mais uma história exemplar para quem deseja compreender porque o Brasil é até hoje um dos países com os piores índices de desigualdade social e econômica do mundo. As origens do município, fundado em 1993, nos remetem ao século passado, quando essas terras pertenciam aos índios Xavantes, que já haviam sido expulsos das áreas vizinhas por habitantes de Balsas e Riachão, no estado do Maranhão. Campos Lindos situa-se no nordeste do Tocantins, fazendo divisa com o Maranhão.

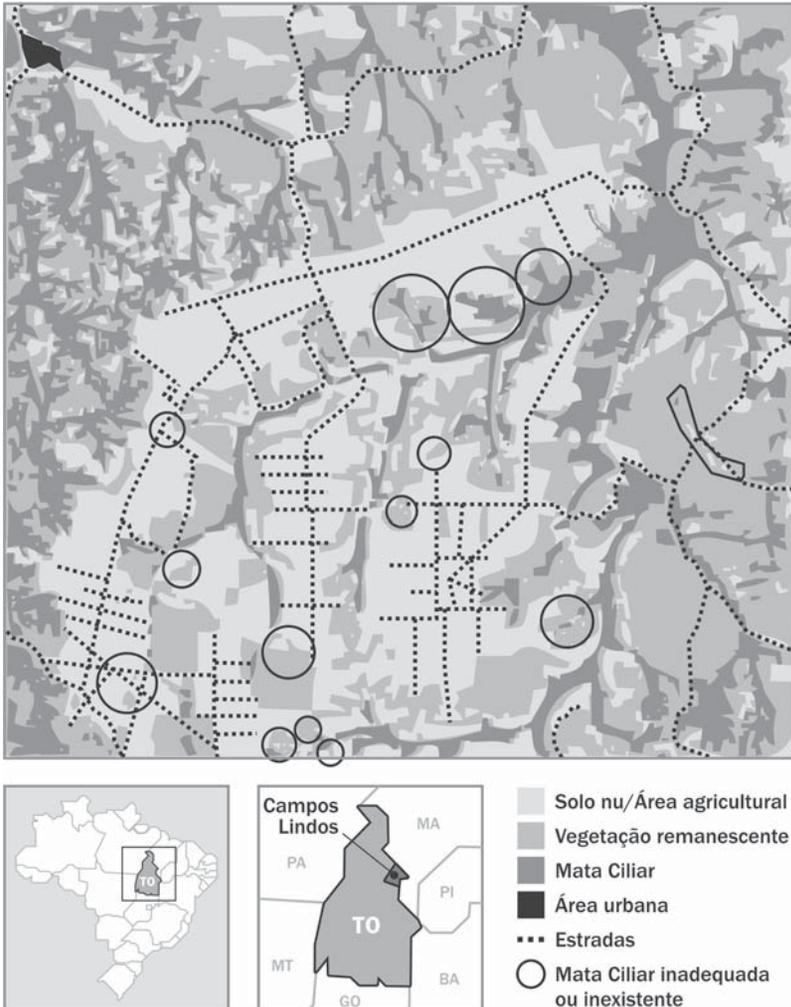
No início dos anos 1990, o governador do recém-criado estado do Tocantins, Siqueira Campos, esteve na região e propalou a notícia da fundação de um novo município, que teria o nome de Campos Lindos: Campos em homenagem a ele, governador, e Lindos por causa do distrito de Monte Lindo. Assim, o povoado de Porto Cordeiro, passagem de tropeiros que iam carregados de sal em direção a Balsas e Riachão, passou a chamar-se Campos Lindos e, anos mais tarde, seria conhecido como o celeiro da soja no estado.

Desde sua criação, Campos Lindos tem uma realidade marcada, por um lado, pelos grandes empresários da soja, e, por outro, pelos pequenos agricultores, posseiros e sem-terra, massacrados pela expansão do agronegócio. Não existe sequer uma estrada asfaltada em toda essa região.

O município teve os primeiros experimentos de produção da soja ainda nos anos 80. Porém seu cultivo massivo ocorreu no final dos anos 1990, a partir do Decreto 436/97, do governo do estado, que desapropriou para fins de utilidade pública 105 mil hectares de terras do Loteamento Santa Catarina,

localizado na chamada Serra do Centro. Os beneficiários não foram os agricultores que moravam nessas terras – muitos dos quais havia mais de cinco décadas –, e sim empresários do Sul e Sudeste do país, que receberam essas áreas de ‘presente’ do poder público estadual.

MAPA 6



Este ‘presente’ custou mais de R\$ 1 milhão ao Tocantins, que em 2001 indenizou os pretensos proprietários dessas terras – basicamente 27 pessoas, a maioria nunca vista na região, que receberam o pagamento referente a

99,98 dos 105 mil hectares desapropriados, a um custo de R\$ 10,31/ha. O então governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos⁴¹, dividiu o Loteamento Santa Catarina e doou lotes a pessoas aliadas ao governo e residentes em outros estados (São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, do próprio Tocantins e também de Portugal). Entre os beneficiados estão o ex-presidente da Infraero Adyr da Silva; o ex-ministro da agricultura Dejandir Dalpasquale; e a então presidente da Federação da Agricultura no Estado do Tocantins (Faet), deputada federal Kátia Abreu (PFL/TO).⁴²

“O governo do estado desapropriou 105 mil ha de terra na Serra do Centro e trouxe os colonos de outros países e colocou aqui. Foi um projeto diferente dos Prodecer que tem por aí, porque os Prodecer vêm financiamento junto. O governo trouxe os empresários e colocou eles aí sem financiamento, sem nada. Ele [o ex-governador Siqueira Campos] só passou a terra. O governo fez a doação dessas terras aos empresários e eles realmente plantaram. Com isso cresceu a produção da soja. Aumentou a área plantada de 10 mil para 30 mil ha. O projeto inicial falava-se em fruticultura, mas com a abertura das áreas o pessoal só plantou soja. E os empresários que vieram tinham *know-how* na soja. Começaram a plantar soja e o projeto da fruta ficou para trás e virou só monocultura de soja. O *boom* mesmo foi quando a soja estava com preço bom e todo mundo ganhou dinheiro [safra de 2003-2004] (...) Antes da desapropriação das terras já havia plantio de soja. A soja entrou em 1984. O Maranhão começou primeiro (...) São 36 [na verdade são 47] proprietários de soja, a maioria de fora (GO, SP, MG, Portugal).”

Jessé Pires Caetano, prefeito de Campos Lindos (2005-2008)

Denominado Projeto Agrícola Campos Lindos, o hoje pólo produtor da Serra do Centro possui fazendas que variam de 300 a 4.000 hectares. Avalia-se que existam atualmente na localidade aproximadamente 41 mil hectares de soja, 3.000 hectares de arroz e 1.200 hectares de milho. No período 1997-2004, a área plantada com soja em todo o município aumentou de 450 para 45 mil ha, enquanto a produção passou de 1.491 para 121 mil toneladas. Não é a toa que uma vagem de soja está presente na logomarca da prefeitura. Prédios públicos e até as crianças, ao vestirem seus uniformes escolares, fazem propaganda da soja.

Como ocorre em outras partes do Brasil, empresas multinacionais como Cargill, Bunge, Multigreen e Agreco estão instaladas no município, fornecendo aos produtores crédito fácil e mercado garantido. A Cargill e a Bunge chegaram à Serra do Centro em 2003, e em 90 dias construíram suas unidades,

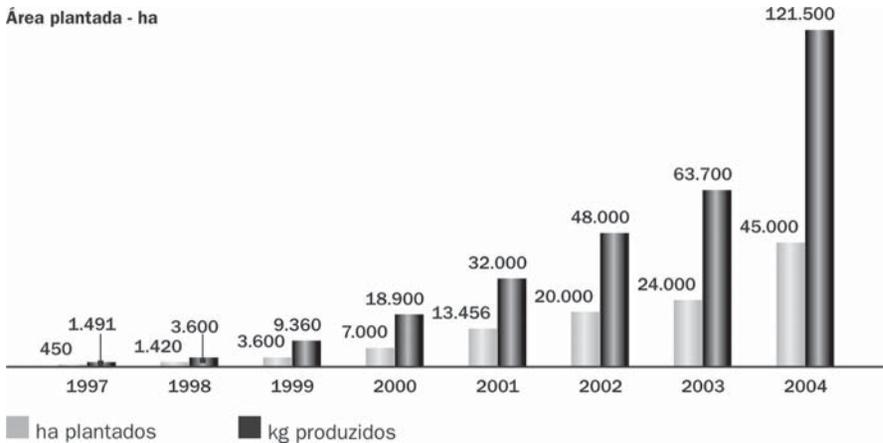
41 Disputava novamente o governo do estado nas eleições 2006.

42 *Negócios entre amigos*, Revista Época, edição 147, 12 mar 2001, p. 70.

hoje responsáveis pela compra da maior parte da produção de soja local, inclusive a proveniente de fazendas envolvidas com grilagem de terras, desmatamento ilegal em áreas protegidas e trabalho escravo, como a Pau Brasil e Santos Dumont. As empresas do setor ainda se responsabilizam pela secagem e pelo carregamento da carga até os locais de escoamento. Noventa por cento da safra colhida são escoadas pelo Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão, de onde partem em direção aos mercados norte-americano e europeu. Dos 10% restantes, uma parcela mínima vai para as granjas do Nordeste e a outra parte para a multinacional norte-americana Bunge.

GRÁFICO 11

Área plantada e produção de soja no município de Campos Lindos entre 1997 e 2004



Investimentos desiguais

Um dos principais projetos públicos é o Corredor Multimodal Centro-Norte, concebido no âmbito do Programa Avança Brasil, no primeiro mandato do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O objetivo deste projeto é a integração de três modalidades de transporte: ferroviário, rodoviário e hidroviário, visando facilitar e reduzir os custos de escoamento da produção de grãos da região Centro-Norte do país para o mercado externo, via Atlântico Norte.

No Tocantins, fazem parte do corredor as seguintes obras: Ferrovia Norte-Sul, Hidrovia Araguaia-Tocantins (embargada pelo Ministério Público Federal), Eclusa da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães/Lajeado (rio Tocantins) e a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis (TO). Atualmente, a Ferrovia dispõe de 230 km finalizados, dos quais 215 km estão em operação (Açailândia – Porto Franco, no Maranhão), conectados à Estrada de Ferro Carajás, permitindo o acesso ao Porto de Itaquí. No Tocantins, foram finalizados 38 km entre Aguiarnópolis e Darcinópolis. O trecho seguinte, Ribeirão Darcinópolis – Babaçulândia (58 km), está em fase de construção.

Também como de praxe em um país desigual como o Brasil, os investimentos públicos, bancados por toda a sociedade, proporcionam riqueza apenas para uma minoria privilegiada. A mesma atenção do Estado não acontece em prol dos agricultores familiares.

“Dizem que Campos Lindos é uma riqueza só, mas como é possível? Para onde vai a riqueza da soja? Por aqui não fica. Se ela fica, está no bolso de alguém. O futuro para nós está muito difícil.”

**Adão Macaxeira, ex-posseso da Fazenda Sussuarana,
Campos Lindos (TO)**

Nem mesmo o prefeito elogia este modelo econômico.

“A soja não emprega muita gente, mas movimenta o comércio da cidade. Não existem benefícios em curto prazo. A cidade está crescendo desordenadamente. Há um problema com a estrada para o escoamento da produção, uma vez que a carga é pesada... A soja não paga ICMS e o governo, que deveria repassar recursos para o município, não o faz.”

Jessé Pires Caetano, prefeito de Campos Lindos (TO)

Segundo o prefeito, os cultivos da cana-de-açúcar e do eucalipto devem ser os destaques do Cerrado no futuro, e não a soja – o que pode significar a manutenção deste quadro geral, visto que essas duas culturas também vêm crescendo no país a partir de latifúndios, em sistemas de monocultura, com impactos sociais, ambientais e culturais.

Perdas e danos para a agricultura familiar

Apesar do crescimento do latifúndio em Campos Lindos, a agricultura camponesa continua a exercer papel fundamental na economia da região por garantir a sobrevivência da maior parte da população rural. A roça e a criação de algumas aves e bovinos são as principais fontes de renda das famílias residentes. Mesmo nos casos em que as famílias possuem outras formas de sustento, como a diárias nas fazendas, por exemplo, o cultivo em roças é responsável pela obtenção de parte considerável dos itens da dieta local.

O sistema de produção desenvolvido antes da chegada da soja baseava-se no extrativismo de bacuri, buriti, buritirana, caju, pequi (produção de sabão de coada), bacaba, mangaba, piaçava (produção de óleo) e mel; na 'roça de toco' produzindo arroz, milho, mandioca, feijão de corda, fava, abóbora, melancia, banana, abacate, abacaxi, algodão; na criação de suínos e aves; na caça de animais silvestres (veado, catitu, anta, ema, siriema, cutia, tatu, perdiz); e na pesca, quando os peixes ainda existiam em abundância. Este sistema de produção garantia a segurança alimentar das famílias, com uma dieta de alta diversificação, e ainda podia gerar renda proveniente da comercialização do excedente na feira.

Atualmente já não é possível manter esse sistema. A criação de gado à solta ou no refrigério, de forma coletiva, é um exemplo de como um traço importante e significativo da produção camponesa vai se perdendo no tempo, como relata Antônio Bandeira, da comunidade rural Passagem do Centro:

“... tinha a vantagem de criar gado, porco, solto, ninguém impedia nada, dividia com o vizinho. (...) Criar à solta ou no refrigério é assim: se você tem uma área de chapada e lá na serra, duas ou três léguas, tem um veredão, no verão aqui tá tudo seco, vai queima as baixadas e o gado passa o verão lá, se volta a chover o gado volta pra fazenda. Assim se chama o refrigério. Acabou, não tem como criar o gado à solta.”

Já é evidente o impacto da inserção de Campos Lindos nos novos moldes de produção, que relegou o camponês – com suas plantações, seus projetos e ideais – a um desenraizamento do solo rural. Com o agravante de, muitas vezes, este processo ser acompanhado de conflitos e violência. Muitos agricultores familiares perderam os meios de produção e a possibilidade de acesso à terra; foram privados dos meios essenciais de sobrevivência e hoje amontoam-se nas periferias da cidade, sem qualquer alternativa de trabalho que não seja o temporário e os afazeres domésticos e braçais.

Os que continuam no campo também sentem a perda da qualidade de vida. A maioria dos posseiros está ilhada, desestimulada e impotente para ajudar a conter a devastação da área que sempre proveu sua subsistência. Outros ainda acreditam que a resistência é possível e necessária.

Por enquanto, não há qualquer projeto de assentamento de reforma agrária; apenas a possibilidade aventada pela Secretaria de Agricultura do estado de criar um assentamento utilizando o crédito fundiário. Mas, a exemplo do que ocorre em outras áreas de expansão do agronegócio, como no Baixo Araguaia, assentamentos não bastam para resolver o problema, se não vierem acompanhados de um programa abrangente de apoio a essas famílias.

FOTO: MARIANA CASTILHO



“A vida era de muita riqueza e fartura, todo mundo fazia roça e plantava de um tudo: arroz, mandioca, milho. Criava as criação porque naquela época não tinha impidemia. Tinha muita caça: tinha muito veado do campo, o catingueiro, tinha o porcão [o queixada], tinha muita anta, tinha muita ema.... tudo tinha neste tempo. Tinha o caititu, muita paca, muito tatu. Meu pai criou nós na carne da caça. Não tinha gado. Só a roça e as criação era galinha e pato, mas nós não morria de fome (...) Tinha muita fruta, porque as árvore tinha muita... Tinha o pequi primeiramente, o bacuri. Tudo tinha com fartura. Era pra donde saía. Pra donde saía topava. Tinha o coco [babaçu]... Depois de casada, nos primeiros anos

criava porco, tinha muita caça, o marido criava gado solto. Depois que chegou essa impestiação aí, criamos num cercadinho, tem poquinho. Quando era criado solto tinha muito. Nós tudo tinha gado, mas depois quando passo pra trancá, quem é que dá conta? Não podia dá conta, hoje nós não temos cabeça de nada.”

Maria Florência Ribeiro, da comunidade rural Vereda Bonita, Campos Lindos (TO)

Da expectativa à frustração

Quando a soja foi introduzida em Campos Lindos, nos anos 80, foi vista como uma oportunidade para o desenvolvimento do município. Entretanto, a chegada dos sojeiros – a maioria vinda do Sul do Brasil e até mesmo de outros países, em busca de terra barata e fácil – trouxe mudanças permanentes e profundas ao sistema de produção local. Como conseqüência, na década de 90 têm início os conflitos pela posse das terras e os agricultores familiares tomam ciência de que estão excluídos do grande projeto da soja. Os Poderes Executivo e Judiciário posicionam-se em geral a favor dos sojeiros e contra os camponeses. Em uma audiência, a juíza de Goiatins, Milene de Carvalho Henrique, disse aos agricultores de pequeno porte: “Mais cedo ou mais tarde vocês vão sair das terras”⁴³.

Os sojeiros utilizam diversas estratégias para expulsar as famílias, entre elas: venda das posses pelos camponeses – a maioria irregular, sem qualquer título ou escritura, grilagem de terras, degradação ambiental, trabalho escravo e super-exploração. O Decreto nº 436/97, já exposto no início deste capítulo, que deu origem ao Projeto Agrícola Campos Lindos, contribuiu para a expulsão dos produtores locais. Mais de 80 famílias de posseiros, que há décadas moravam na área objeto de desapropriação, não foram compensadas pelo

43 Entrevista com camponeses, na Comunidade São Francisco, março de 2006.

decreto. Estas famílias sequer foram contatadas pelo poder público; apenas foram descobrindo que suas terras estavam sendo invadidas por empresários vindos de diferentes partes do país ou, então, destinadas a reserva legal do projeto, sem qualquer negociação a respeito. Tudo isso ocorre em desrespeito inclusive à Constituição Federal de 1988, que concedeu o direito à terra para os camponeses que vivem e trabalham suas posses há mais de cinco anos. No caso de Campos Lindos, muitas famílias estavam na terra havia mais de cinco décadas:

Art. 191/Constituição Federal. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a 50ha, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Apenas alguns posseiros conseguiram regularizar parte dessas terras em lotes de 50 a 200 ha que foram demarcados e titulados.

“Nós pagamos pelos títulos, dizem que os títulos eram de posses, mas nessa terra de 100 ha eu tive que pagar R\$ 3.000 para ter título... não foi de graça esse título, esse registro foi caro, tem que pagar os agrimensores para medir. A primeira vez que foi demarcadas essas terras foi em 1999, e foi no ano de 2005 que saíram os títulos. Cada posse varia entre 100 e 200 ha aqui no São Francisco.”

**Cleuza, da Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola
São Francisco, Campos Lindos (TO)**

Impactos ambientais

Mas estes agricultores hoje se vêem ilhados pela soja, com dificuldade de garantir sua auto-sustentação, uma vez que não há espaço suficiente para fazer a roça; os frutos, as caças, o peixe estão cada vez mais escassos; os ribeirões estão assoreados e há indícios de envenenamento das águas.

É que o Projeto Agrícola Campos Lindos começou a ser tocado pelo governo e pelos beneficiados antes mesmo do resultado do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Além disso, técnicos do Instituto Natureza do Estado do Tocantins (Naturatins) constataram, em 2000, que 70% da área agricultável do projeto já havia sido desmatada sem autorização.

De acordo com o diagnóstico realizado em 2004 por agentes da CPT, que desde 1998 acompanham a luta dos posseiros na Serra do Centro, e por representantes das comunidades impactadas, desde a implantação do Projeto Agrícola, os desmatamentos são realizados de maneira indiscriminada, sem utilização de métodos de controle de erosão, bem próximo às diversas

nascentes, acarretando graves problemas aos ecossistemas aquáticos e terrestres e à população local. Esses impactos decorrem não apenas da expansão do cultivo da soja, mas também do arroz e do algodão.

“O veneno chega até nós atingindo a nossa saúde quando vamos trabalhar nos projetos [nas fazendas de soja]. O Arlindo, filho de D. Luzia e Sr. Antônio, na Serra do Centro foi intoxicado em 2002. Ficou todo inchado. Fez exame em Riachão/MA, mas o médico não deu o resultado do exame, foi preciso voltar e brigar com o médico para poder receber. Ao receber, levou para Balsas [MA]. O médico disse que era intoxicação. Nós gastamos muito com remédio. Nesse mesmo período que o Arlindo foi intoxicado, um jovem filho de seu Aleixo morreu todo inchado e também um pai de família chamado Zé Boiote. Nesse período [2002] muitas pessoas que trabalhavam ou moravam na Serra [do Centro] tinham sintomas de intoxicação (inchaço) e o tratamento era feito fora de Campos Lindos.”

Posseiro da Comunidade São Francisco, Campos Lindos (TO)

“(...) Eles jogam o veneno com avião, vêm... passa por cima da casa... vai lá, dá aquela volta, torna a vir, passa por cima da casa com veneno. Isso é muitas vezes por dia, não sei nem contar quantas... passa o dia chegando... vai lá, vem, torna de novo pra matar a praga (...) Já morreu duas crianças (uma de seis meses e outra com pouco mais de um ano de vida). Eram meus netos, meus netos.”

Florência, Vereda Bonita, Campos Lindos (TO)

“Na roça se planta arroz, abóbora, milho. Antes da soja, havia somente a lagarta e um pouco de cupim que atacam o plantio. Hoje é de todo tipo. O ambiente da roça é diferente da mata, o sol é quente, insuportável mesmo às 9h30 da manhã, e a terra aparentemente mais fraca. Só tem um tipo de planta que predomina e no chão só se vê terra, sem a proteção das folhas que vimos na mata: terra descoberta, sem alimento. Na mata, quando chove, a água vai gotejando devagar. Na roça cai como enxurrada e corre, levando tudo, obrigando a repor o alimento. A superfície do chão seca bem mais rapidamente. Com vários dias sem chuva, a planta perde o acesso ao alimento.”

Camponês de Campos Lindos (TO)

Em setembro de 2000, técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e um servidor da Procuradoria Regional de Palmas (capital do estado), em atendimento às denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos, realizaram a primeira vistoria na área do Projeto Agrícola. Foram constatadas diversas infrações, mas as sugestões dos técnicos para mitigar os efeitos ambientais não foram efetivadas. O próprio empreendimento Campos Lindos se encontra irregular quanto aos procedimentos de licenciamento ambiental (Licença de Instalação e Licença de Operação).

FOTOS: ARQUIVO CPT



Erosão por voçorocamento⁴⁴
em meio a plantio de soja



Nascente de ribeirão soterrada

Em maio de 2001, em atendimento à solicitação da Gerência Executiva do Ibama do Tocantins e motivados pelas requisições do Ministério Público Federal no estado, técnicos do Ibama e do Inkra realizaram nova vistoria técnica e verificaram o desmatamento irregular, sendo que:

- em 11 lotes houve supressão de mais de 65% da cobertura natural de Cerrado;
- em dez lotes houve supressão da cobertura vegetal entre 50% e 65%;
- em 18 lotes houve destruição da cobertura vegetal entre 4% e 42%;
- e em apenas oito não houve supressão da cobertura vegetal.

Assim, em Campos Lindos não é fácil encontrar hoje espécies da flora e da fauna do Cerrado. São poucos os pés de bacuri, pequi, buriti, jatobá que ainda resistem em algumas “bolas” de mata. Quanto aos animais, de vez em quando são encontradas pequenas aves e roedores. As emas, gaviões e carcarás, avistados nos grandes plantios de soja, hoje se alimentam das espécies que conseguem sobreviver nas lavouras. Já foi detectado o assoreamento de diversas nascentes, entre elas as do ribeirão Suçuaraninha, Chapéu e de parte do leito dos ribeirões Caxingô e Angico.

“Aqui próximo tem o ribeirão Centro: nós pescava muita piabanha, mas hoje você encosta na beira dele e não enxerga nem piaba. As piabanha tinha de todo tamanho, hoje não encontra nada (...) Hoje a gente não vê mais peixe, os peixe vai embora tudo, quando o peixe sente a catinga de veneno ele vai embora.”

**Maria Florência Ribeiro, da comunidade Vereda Bonita,
Campos Lindos (TO)**

44 Escavação no solo causada por erosão do lençol de escoamento de águas pluviais (Dicionário Houaiss, 2001).

“Quando os plantador de soja chegaram em 2000, o primeiro lugar que eles vieram foi aqui. Eles fizeram uma partilha... começaram foi derrubá tudo (...) Quando eles chegaram começou a acabar com tudo. Não há fruta no Cerrado, não há caça, peixe, abeia, acabou com tudo. (...) Os plantadores de soja não deixam árvores em pé, pois ‘prejudica’ a produtividade da área. E aí, a gente não está achando nada mais.”

**Maria Florência Ribeiro, da comunidade Vereda Bonita,
Campos Lindos (TO)**

“Hoje, a gente tá trabalhando mais tempo no mesmo pedaço de roça. Na época antiga só se trabalhava dois anos e deixava a terra descansar por quatro. A gente tá plantando mais, mecanizando, pra ter mais renda. Antes, a nossa renda era maior, a gente vendia o que era da roça: arroz, farinha, tapioca, uma ou duas cabeça de gado. Mas, na maioria das vezes, a gente trocava com os vizinho. Hoje, a nossa renda diminuiu, aonde a gente tirava mais força era do gado e do porco, criado solto. Nós não tem como criar, pois se a gente cerca a terra, não tem como fazer roça. Nós tamo oprimido.”

Idem

“Não tem como a gente permanecer na terra, o espaço foi reduzido, estamos encurralados pelos ‘projeteiros’ da soja. A gente não tem mais como criar galinha, porcos... O desmatamento fez desaparecer os frutos, a caça, os peixes; os ribeirões estão envenenados. Além disso, muitos de nós são obrigados a trabalhar como escravo nas fazendas da região para poder sustentar a família. Para resumir: ontem, a gente trabalhava na libertação, hoje a gente trabalha no cativeiro.”

Pedro Piauí, agricultor de Campos Lindos (TO)

“A cidade é basicamente ocupada por posseiros que saíram da zona rural. Talvez 30% não sejam posseiros. Os posseiros vêm de todas as partes: da Sussuarana, da Serra do Centro [hoje restam apenas 10% do que tinha], Rio Bonito, Rancharia.”

**Adão Macaxeira, ex-posseiro da Fazenda Sussuarana,
Campos Lindos (TO)**

“Hoje a gente está obrigado a deixar o sertão e ir para a cidade, pois os filhos precisam estudar e na Sussuarana o prefeito acabou com a escola. O próprio prefeito disse pra mim: ‘por que tu não vende a posse lá? Por que você não sai de lá?’ A vida na cidade é muito complicada. Se você não tiver dinheiro não come. A vida é diferente lá no sertão. Lá no sertão você tem galinha, faz cacimba para beber água.”

Pedro, posseiro da Fazenda Sussuarana, Campos Lindos (TO)

“Quem chegava aqui comprava dos posseiro e vendia para outros que chegavam. O povo queria vender, os compradores chegavam dizendo que a gente não consegue fazer nada na terra – e não consegue mesmo, não faz muita coisa mesmo –, aí o cara põe um dinheirão na frente do posseiro que, às vezes, come o dinheiro em uma semana. Aí o posseiro vai pra

cidade, chega sem estrutura, não consegue um emprego, sem nada, desempregado, não sabe viver na cidade e então volta pra terra pra viver como agregado do fazendeiro, cata toco por um salário miserável. Muitos trabalham sem carteira assinada, ou por diária. A maioria destes trabalhadores, sem carteira assinada, são daqui, mas tem fazendas que preferem trazer gente de fora pois eles terminam o serviço mais rápido para irem embora logo; os daqui ficam querendo folga nos finais de semana, ir pra Campos Lindos.”

Cleuza, da Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola São Francisco, Campos Lindos (TO)

“Na comunidade Passagem do Centro nenhuma família vendeu a posse. [Contudo] aqueles que estavam mais distantes, que não acreditavam que pudessem conseguir título das terras, vendeu. Foram pra cidade. Nós fomos muito pressionados. [Os projeteiros] chegavam e diziam que a terra era deles e mandavam [a gente] sair. Andávamos com facão na mão com medo de morte.”

Posseiro da comunidade Passagem do Centro, Campos Lindos (TO)

“Há um ano vim pra cidade, morava no Bacuri [comunidade rural na Serra do Centro]. Eu vim por conta de briga com fazendeiro. Nós fomos ameaçados, os fazendeiros botaram fogo nas casas. Umas três famílias saíram de lá. [Os fazendeiros] chegaram dizendo que eram donos das terras. Os posseiros estão lá há 80 anos; meu avô, que ainda é vivo [88 anos], nasceu lá.”

Eovaldo, camponês obrigado a migrar para cidade

Quando os animais silvestres de grande porte ainda podiam ser vistos no município, fazendeiros que chegavam à região faziam o desmatamento em círculo, retirando a vegetação de fora para dentro para encurralar e caçar os animais.

“Eles faziam os eitos e iam diminuindo; no final do último oito tinha magote de caititu circulado dentro da área, veado tatau, cutia, peba. Tudo ficava circulado e umas pessoas usava ir pra mata às caça, né. E aí o correntão passava por cima e matava e, depois vinha os urubu e comia. Quando tava fazendo esses desmatamento, urubu era direto. Aqui na serra, hoje, não tem mais área pra desmatar, mas o sistema ainda é utilizado em abertura de novas áreas.”

Camponês da comunidade São Francisco, Campos Lindos (TO)

“É uma forma de aprisionar os animais e caçá-los. Na Serra do Centro, na fazenda do Paulo da Seagra, em abril de 2006, foi utilizada essa estratégia, mataram oito tatus e um grande número de cotias. Na fazenda Pau-Brasil, o fazendeiro Dejandir Dalpasquale utilizou a mesma estratégia, e para a matança levou duas caminhonetes lotadas de pessoas de Campos Lindos, entre elas um ex-delegado de polícia e políticos locais, e mataram 36 catitus, dez tatus e oito veados.”

Camponês da comunidade São Francisco, Campos Lindos (TO)

Trabalho escravo

Os que ficaram sem terra e sem renda em Campos Lindos passaram a ser a presa fácil de ‘gatos’ (recrutadores de mão-de-obra barata ou escrava para as grandes fazendas da região). Na véspera do Natal de 2004, 29 deles, incluindo dois menores, foram libertados de uma fazenda em Darcinópolis, município situado mais ao norte do estado do Tocantins, onde catavam raízes, preparando nova lavoura de soja. Esses trabalhadores costumam também aplicar pesticidas – sem equipamento de proteção – e colher grãos. É difícil encontrar um posseiro que não tenha “vendido” sua força de trabalho para o grande proprietário rural.

“Muitos de nós são obrigados a trabalhar como escravos nas fazendas da região para poder sustentar a família.”

Camponês da comunidade de São Francisco, Campos Lindos (TO)

João Batista, 25 anos, morador da comunidade Vereda Bonita, conta que, desde os 15 anos, trabalha em fazendas, “na empreita”, como chama. Ele recebe R\$ 30 por hectare trabalhado ou ganha diária de R\$ 15. João diz que a maioria dos trabalhadores é jovem e vem de outros estados, como Piauí, Maranhão, São Paulo; eles passam de 15 a 20 dias sem retornar para casa.

“Moro com minha vó, meus pais não têm condição de me ajudar, então vou pras fazendas. Nas fazendas só é bom pra ganhar um dinheirinho, mas a gente sofre demais. O dinheiro é pouco... Na época do plantio a gente trabalha de bandequeiro (...) bandequeiro é aquele que vai atrás da máquina pra vê se o adubo e a semente tá caindo [no solo], se caiu algum disco, se alguma coisa tá entupindo [a máquina]. Entre o plantio e a colheita a gente trabalha na limpa da soja e do arroz. Sai de manhã cedo, num orvaio doido, e trabalha até o meio-dia, arrancando mato, ensacando. Na colheita, carrega caminhão, descarrega, faz trabalho de sacaria. No mais a gente cata raiz e pedra.”

João Batista, Vereda Bonita, Campos Lindos (TO)

Por fim, a expansão da soja em Campos Lindos tem ameaçado também a sobrevivência do povo Krahô, devido aos desmatamentos e à abertura de estradas na área de fronteira com a reserva indígena. Uma consequência indireta deste processo pode ser ilustrada pelo impacto já verificado nos rios que nascem nas serras da região e passam nas áreas indígenas. Os resíduos de produtos químicos levados pelos rios vêm prejudicando a oferta de alimentos da população indígena, que vive diretamente da pesca e da caça.

A permanência dos camponeses na área de entorno do território indígena Krahô é de extrema importância para a sobrevivência deste povo. São eles que formam um corredor de proteção natural do povo Krahô e promovem o aproveitamento, manejo e extrativismo responsável dos recursos naturais do Cerrado. ●

Cadeia produtiva: quem ganha e quem perde com este modelo

Como exemplificado nos capítulos anteriores, o modelo concentrador de riqueza verificado no cultivo da soja expulsa milhares de pequenos produtores de suas terras ou os empobrece, devido aos altos custos da agricultura mecanizada, à valorização de suas terras, à perda de seus meios tradicionais de obtenção de renda e à marginalização nas periferias urbanas. Os ganhos ficam concentrados entre latifundiários que possuem escala de produção e as grandes empresas comercializadoras. Afinal, é inviável para a maioria acompanhar o crescimento da produtividade das grandes plantações convencionais e garantir competitividade neste mercado. Trata-se de uma busca desenfreada que não enxerga nem contabiliza os custos da devastação social e ambiental que este sistema de produção vai acumulando.

Assim, a produtividade média da soja no Brasil quase dobrou em 15 anos: subiu de 1.580 kg/ha, em 1990/1991, para 2.751 kg/ha, em 2004/2005. O Mato Grosso atualmente lidera o ranking, com 3.090 kg/ha, seguido de perto por Roraima e Paraná, ambos com 3.060 kg/ha. Para atingir tal patamar é preciso ter cada vez mais capital. Uma máquina colheitadeira, que custava o equivalente a 4.762 sacas de soja em 2002, passou a valer 10.079 sacas em 2005 – a proporção mais do que dobrou em apenas três anos, segundo dados da Conab (Conab, 2006). De 2004 para 2005, o agricultor também sentiu no bolso o custo do fertilizante, cuja tonelada passou a representar 31,1 sacas de 60 kg de soja contra o equivalente a 17,65 sacas no ano anterior.

Na verdade, a dificuldade dos pequenos proprietários de terra teve início com a chamada “Revolução Verde”, na segunda metade do século 20, a partir da introdução de um sistema de plantio altamente mecanizado e

dependente de insumos caros, como pesticidas, fertilizantes, sementes melhoradas etc. Milhares de pequenos produtores não tiveram fôlego financeiro para os investimentos necessários, também não recebiam assistência técnica e, assim, venderam suas terras e se mudaram para as periferias das grandes cidades, em busca de trabalho e renda que não mais conseguiam obter no meio rural. Saem da exclusão rural para enfrentar a exclusão urbana. Não eram proprietários, não tinham capital, não recebiam assistência técnica: a “Revolução Verde” não foi feita para eles.

Se por um lado o crescimento da produtividade permitiu o barateamento dos preços para o consumidor final, por outro tornou inviável a permanência de muitos agricultores no campo, no mundo inteiro. Além disso, a quantidade de veneno lançada nas águas dos rios e nos alimentos ingeridos pela população aumentou fortemente, o que, por sua vez, traz conseqüências para a saúde humana. A diferença de produtividade entre a agricultura manual de desempenho mais baixo e a agricultura motorizada de desempenho mais elevado é hoje da ordem de um para mil; quando no início do século passado era de um para dez, sendo que a de desempenho mais elevado trabalhava na época com tração animal⁴⁵. Em países em desenvolvimento como o Brasil somente uma minoria privilegiada, que conta com subsídios do Estado, conseguiu galgar todas as etapas da “Revolução Verde”.

Além disso, a queda de preço dos produtos agrícolas – em 50 anos os valores reais, deduzida a inflação, foram divididos por quatro ou cinco – tem nas indústrias de transformação e distribuição seus maiores beneficiários. A soja virou vedete na década de 90 justamente por oferecer uma rentabilidade mais elevada, mas essa realidade já está ficando para trás. O preço médio pago ao produtor matogrossense pela saca de 60kg de soja, em abril de 2004, variou de R\$ 38,5 a R\$ 45. No mesmo mês de 2005, o agricultor recebeu bem menos: entre R\$ 21,9 e R\$ 26,2. Em março de 2006 (último dado disponível até o fechamento desta publicação), os valores situavam-se ainda mais baixos: entre R\$ 14,8 e R\$ 20, segundo pesquisa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder) do Mato Grosso, feita mensalmente com os principais agentes de comercialização⁴⁶.

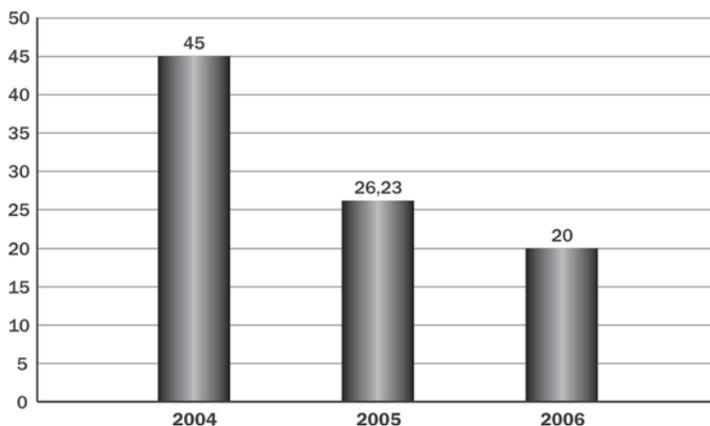
45 Marcel Mayozer, do Instituto Nacional de Agronomia da França. *Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo: causas e conseqüências*, palestra proferida na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e promovido pelo PGDR e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA), em julho de 2003.

46 Disponível em www.mt.gov.br (Portal do Mato Grosso).

Esses números, aliados a perdas provocadas pelo clima, levaram o economista Pedro Arantes, da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), a sugerir uma redução de pelo menos 25% a 30% da safra de soja brasileira “para que se devolva uma razoável estabilidade ao mercado mundial da oleaginosa e para que o produtor nacional tenha um mínimo de condições de continuar na atividade”⁴⁷.

GRÁFICO 12

Preço máximo pago ao produtor de soja no MT (R\$/sacas de 60 kg)



Fonte: Seder/Governo do Mato Grosso (meses de referência: abril de 2004, abril de 2005 e março de 2006, meses de colheita da safra anual).

Com os preços instáveis, os produtores pressionam os governos federal e estaduais a oferecerem subsídios que serão pagos por toda a população brasileira. Cobram ainda investimentos públicos na melhoria da infra-estrutura de escoamento da produção, também a serem pagos pela população como um todo, além do perdão das dívidas com os bancos oficiais. Essa dinâmica não convence a todos, conforme pode ser lido no Portal do Governo do Mato Grosso:

“Globalmente, para a economia mundial a curto prazo, a baixa dos preços da matérias-primas agrícolas beneficia as indústrias de transformação e a distribuição, e pode beneficiar os consumidores e favorecer a poupança. Mas, a médio e a longo prazo, esta situação reduz a renda de 3 bilhões de agricultores, e progressivamente empobrece estas populações até

47 Jornal O Popular, 2/5/2006.

alcançarem uma situação de subnutrição e até mesmo a fome para uma grande parte delas. Por fim, esta situação aumenta o êxodo rural e maximiza o desemprego, que já atinge 25% da população ativa mundial, exercendo uma pressão negativa sobre os salários já muito baixos obtidos pela mão-de-obra não qualificada.”⁴⁸

Oligopólios formados por multinacionais

As quatro gigantes multinacionais do setor de processamento e comercialização de grãos movimentam dois terços da produção de soja do Brasil. São elas as norte-americanas ADM, Bunge e Cargill e a francesa Coinbra, do grupo Louis Dreyfus – todas situam-se entre as 14 maiores empresas exportadoras do país. As quatro negociaram cerca de 60% das exportações de grão, óleo e farelo de soja em 2005 e ainda esmagaram 60% dos grãos destinados ao mercado interno.

Segundo recente relatório do Greenpeace⁴⁹ sobre a expansão da indústria da soja no Brasil, em especial na Amazônia, as *traders* transnacionais de *commodities* “não agem apenas como compradoras. Juntas, elas são responsáveis por 60% de todo o financiamento da produção de soja no país. Só a Bunge financiou o equivalente a quase US\$ 1 bilhão em insumos agrícolas para fazendeiros brasileiros em 2004”.

Embora não cultivem diretamente grãos – o que as isenta de eventuais prejuízos inerentes à agricultura, como mudanças climáticas ou ataque de novas pragas –, essas empresas dominam o setor financiando as várias etapas do plantio: compra de sementes, de produtos químicos e equipamentos que elas próprias fabricam ou fornecem, em troca do direito de comercializar a safra. Um conhecido sistema de negociação chama-se “soja verde”: a indústria antecipa o pagamento contra a entrega posterior da colheita – um mecanismo que afasta o agricultor de cooperativas e outras formas de associativismo.

De posse da safra do agricultor, essas companhias processam parte dos grãos em suas indústrias de esmagamento ou os negociam diretamente *in natura*, tanto no mercado interno como no externo. Por fim, também cabe a elas a logística de armazenamento, distribuição e transporte dos produtos.

A cadeia produtiva da soja – semelhante à de outras culturas, como fumo e frango – torna os pequenos produtores especialmente dependentes das grandes empresas nacionais e multinacionais. Nos últimos anos, as gigantes do setor vêm expandindo seus negócios a partir da compra de

48 Marcel Mayozer, do Instituto Nacional de Agronomia da França. Idem. Disponível em www.mt.gov.br (Portal do Mato Grosso).

49 *Eating up the Amazon* (2006).

indústrias processadoras de menor porte e ainda de investimentos em novas fábricas – isto nos quatro cantos do mundo, de acordo com as suas perspectivas de lucratividade em cada mercado.

Dados sobre exportações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicam que essas quatro companhias estrangeiras aumentaram expressivamente o volume de seus negócios no Brasil. Juntas, elas foram responsáveis por 3,9% de todas as exportações do país em 1999. Cinco anos depois, em 2004, essa participação subiu para 6%, atingindo US\$ 5,7 bilhões⁵⁰.

O quarteto atua em quase toda a cadeia produtiva de alimentos em geral. A Bunge, por exemplo, é dona das marcas Soya, Delícia e Primor, entre outras; a Cargill detém as marcas Liza e Seara.

Em 2004, a Bunge, líder do grupo, só não exportou mais no Brasil do que a Petrobras, Embraer e Companhia Vale do Rio Doce. Segundo dados da própria empresa, a Bunge comercializa por ano cerca de 15 milhões de toneladas de grãos brasileiros, entre soja, milho, algodão etc., o que representa aproximadamente 12% da produção nacional.

Entre as maiores indústrias brasileiras do setor estão a Caramuru Alimentos e o Grupo Amaggi – pertencente ao governador do Mato Grosso, Blairo Maggi⁵¹, maior produtor individual de soja do mundo –, que se difere dos demais por plantar soja em 135 mil hectares próprios. Fora isso, o Grupo Maggi atua à semelhança das multinacionais, ou seja, financia os produtores, adquire suas colheitas e depois as processa, comercializa e distribui. A empresa colhe em média 580 mil toneladas de grãos e ainda adquire a safra de cerca de 2.000 produtores de menor porte.

O mercado produtor de sementes também se apresenta hoje fortemente concentrado, após um intenso período de fusões e aquisições ocorrido nos anos 90. No caso das sementes geneticamente modificadas, apenas cinco multinacionais dominam 91% das vendas mundiais: Dupont, Monsanto, Syngenta, Bayer CropScience (Aventis) e Dow AgroSciences. No Brasil, essas empresas controlam ou formam parceria com 67 produtoras de sementes e 31 institutos de pesquisa especializados em biotecnologia. A concentração no mercado nacional aconteceu após a promulgação da Nova Lei de Propriedade Intelectual, em 1996, e da Lei de Proteção aos Cultivares, em 1997, duas legislações editadas para adequar o país às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre direitos de propriedade intelectual. Antes disso,

50 Mauro Zafalon, Folha de S. Paulo – SP, 06/03/2005, Dinheiro/Domínio Externo, B-11.

51 Eleito para o exercício 2002-2006.

existiam no Brasil mais de mil empresas multiplicadoras e vendedoras de sementes melhoradas e quase todos os lançamentos de variedades eram feitos por empresas públicas como a Embrapa e por universidades.

As grandes empresas da soja

As quatro maiores empresas multinacionais do setor de grãos – ADM, Bunge, Cargill, e Louys Dreyfus –, em 2005, controlavam 43% da capacidade de esmagar soja no Brasil e quase 80% deste processo na União Européia. As três primeiras controlam 75% do mercado norte-americano de soja e, dessa forma, são beneficiadas pela venda do grão às empresas do setor alimentar humano e animal. A ADM e a Bunge estão entre as 500 maiores empresas do mundo e formam o seletto conjunto que controla a circulação e o mercado mundial de grãos.

Com faturamento de aproximadamente US\$ 36 bilhões por ano, a ADM começou suas atividades no estado norte-americano do Illinois, há cem anos. Hoje, lidera o processamento de soja, milho, algodão, trigo e canola nos Estados Unidos e na Europa, e mantém escritórios e fábricas em mais de 60 países. Também é líder mundial no processamento de cacau, bioprodutos, especialidades protéicas, saúde e nutrição humana e animal, fabricação de produtos à base de amendoim, comercialização de cereais, transporte de alimentos, entre outras atividades.

A ADM é uma das maiores exportadoras de soja não apenas do Brasil, mas também do Paraguai e Bolívia, com expansão das atividades ainda na Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela. Com as operações na Bolívia, exporta grãos e farelo para Venezuela e Colômbia. No Brasil, a empresa iniciou suas atividades em 1997 e, três anos depois, já era a terceira maior processadora de soja e a maior exportadora da soja brasileira.

Já a Bunge foi fundada em 1818 na Holanda, para comercializar grãos e produtos importados das colônias daquele país. Ainda no século 19, expandiu-se pela Europa, Ásia e África. Em 1884, fundou na Argentina a coligada Bunge Y Born, com o objetivo de participar do mercado de exportação do país. Em 1905, tornou-se sócia minoritária da Moinho Santista, de Santos, São Paulo. É o início de uma rápida expansão no Brasil, onde passou a operar nas atividades de mineração, industrialização e comercialização de fertilizantes em 1938. Em 1997, adquiriu a Ceval, líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos.

Em 1999, mudou sua sede para Nova Iorque. No início de 2000, criou a Bunge Brasil S.A., tornando-se a maior produtora de fertilizantes da América

do Sul, maior processadora de trigo e soja da América Latina e maior fabricante brasileira de margarinas, óleos comestíveis, gorduras vegetais e farinha de trigo. Tornou-se também a maior processadora de soja da Argentina. Em 2002, comprou a Cereol, empresa do agronegócio com forte atuação na Europa e Estados Unidos, abrindo também acesso a novas áreas de negócio, como o biodiesel. Em 2003, anunciou uma aliança com a DuPont na área de ingredientes funcionais de soja. Com 9.000 funcionários, seu faturamento no Brasil em 2005 foi de cerca de US\$ 6 bilhões. Atualmente, tem unidades industriais, silos e armazéns nas Américas do Norte e do Sul, Europa, Austrália e Índia, além de escritórios da Bunge Global Markets em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio.

Outra grande transnacional do setor, a Cargill, fundada em 1865, atua hoje em 59 países. É a maior empresa norte-americana de capital fechado, com vendas globais da ordem de US\$ 75,2 bilhões e lucro líquido de US\$ 1,73 bilhão em 2005.⁵² Ela iniciou suas atividades no Brasil em 1965, sendo hoje uma das mais importantes indústrias de alimentos do país. Em 2004, adquiriu a Seara, uma das líderes brasileiras do segmento de carnes.

A Dreyfus-Coinbra, por sua vez, pertence ao grupo francês Louis Dreyfus, fundado em 1851. Trata-se de um conglomerado de empresas mundiais, com atuação na comercialização internacional de *commodities* agrícolas e de energia, esmagamento e refino de sementes oleaginosas, processamento de frutas cítricas, manufatura de aglomerados de madeira, refino e comercialização de petróleo e gás natural, telecomunicações, transporte oceânico, projetos imobiliários e serviços financeiros. Está presente em 53 países, faturando anualmente mais de US\$ 20 bilhões.

No Brasil, a Dreyfus-Coinbra opera desde meados do século 20, atuando hoje nas principais regiões produtoras de soja, laranja, café, algodão, cana-de-açúcar e milho. Com mais de 7.000 funcionários permanentes e faturamento de US\$ 1,5 bilhão em 2005, a transnacional situa-se entre as quatro maiores esmagadoras de soja do Brasil. A empresa está presente em quase todas as regiões produtoras de soja do país, com sete unidades de processamento de grãos no Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Entre as empresas nacionais, duas se destacam neste setor: a Caramuru Alimentos e o grupo André Maggi. A Caramuru, fundada há cerca de 40 anos, é a maior empresa nacional de processamento de grãos, com faturamento da ordem de US\$ 700 milhões em 2004, cerca de 2.400 funcionários e cinco

52 Valor Econômico, 08/08/06.

unidades industriais, no Centro-Oeste e no Nordeste. A empresa processa 1,2 milhão de toneladas de soja e 450 mil toneladas de milho por ano. As exportações representam 43% de seu faturamento e seu parque industrial refina 230 mil toneladas anuais de óleos de milho, soja, girassol e canola.

Com sede em Rondonópolis, no Mato Grosso, a Amaggi é a 23ª das 50 maiores exportadoras do país, com faturamento de US\$ 744 milhões em 2005. A empresa também possui infra-estrutura própria de estocagem de grãos e de geração de energia através de hidrelétricas e termelétricas. Além disso, tem terminais portuários em Porto Velho, no estado de Rondônia, e em Itacoatiara, no Amazonas; e ainda realiza transporte fluvial de 2 milhões de toneladas de grãos.

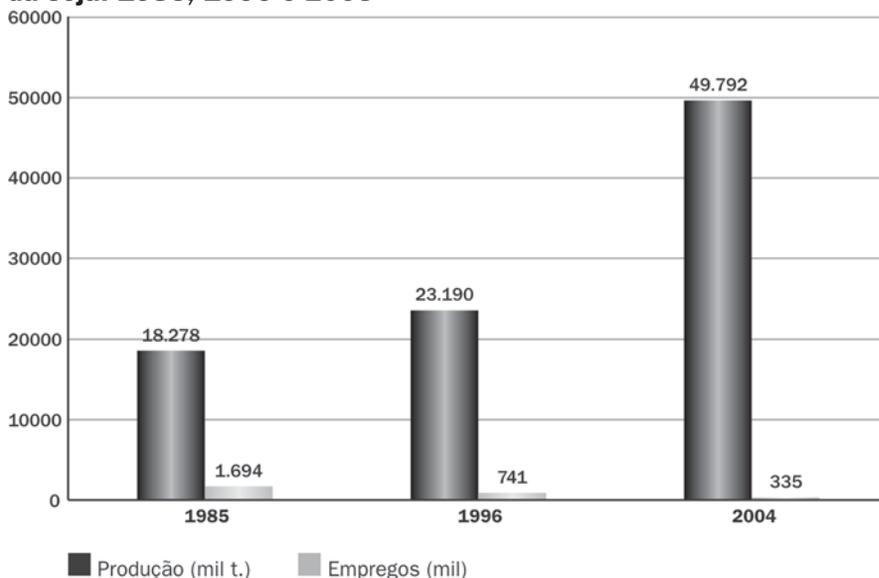
Geração de desemprego

Outro problema vivido no meio rural é o desemprego provocado pelo uso intensivo de tecnologia. As grandes propriedades necessitam de apenas dez trabalhadores, em média, para cada mil hectares, e destes, apenas quatro postos seriam fixos e os outros seis temporários (White, 2004). Ou seja, a propalada idéia de que a soja gera emprego no Brasil é absolutamente falsa. Levantamento da Fundação Seade/Sensor Rural indica que a soja só não gera menos emprego por hectare do que a criação de gado. Embora represente 44% da área plantada com grãos no país, a sojicultura gera somente 5,5% dos empregos do setor agropecuário.

Em números absolutos, segundo os Censos Demográficos, a população economicamente ativa com atividades no setor agrícola de Sorriso passou de 2.176 para 3.001, de 1991 a 2000, crescimento de 38%. No mesmo período a área cultivada de soja cresceu 239%. Mesmo com essa expansão significativa da área cultivada, o número de operadores de máquinas agrícolas, segundo dados dos Censos Demográficos, reduziu-se de 425 para 420. Por outro lado, a categoria “outros trabalhadores” da exploração agropecuária passou de 644 para 1.111.

GRÁFICO 13

Brasil – Produção e número de empregos na agricultura da soja: 1985, 1996 e 2003



Fonte: “O grão que cresceu demais”, de Sergio Schlesinger, a partir de dados do IBGE (1985), Censo 2004 e Conab.

TABELA 10

Empregos diretos nas principais atividades agropecuárias, em equivalente homem/ano, para cada 100 hectares, no ano de 2000

Atividade	Nº de empregos	Atividade	Nº de empregos
Tomate	245	Caju	23
Uva	113	Laranja	16
Fumo	70	Arroz	16
Cebola	52	Feijão	11
Café	49	Cana-de-açúcar	10
Mandioca	38	Milho	8
Cacau	37	Soja	2
Batata	29	Pecuária de corte	0,24
Algodão	24	Grãos (12)	7
Mamona	24	Média de 36 culturas	12

Fonte: Fundação Seade/Sensor Rural, citados por Sachs (2004), extraído de “O grão que cresceu demais” (FASE, 2006), de Sergio Schlesinger.

Trabalho escravo

A tecnologia que já poupa mão-de-obra não impede que os fazendeiros usem trabalho escravo para serviços temporários, conforme denuncia o Ministério do Trabalho. Os registros se concentram especialmente nos estados da Amazônia Legal, atual fronteira agrícola do país. Em 2005, foram 276 denúncias de trabalho escravo, 7.707 trabalhadores envolvidos e 4.585 trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Os estados campeões em denúncias foram Pará (123), Tocantins (41) e Maranhão (33). Em 2006, não há mudanças no quadro: de 1º de janeiro a 15 de maio houve 92 denúncias de trabalho escravo, 2.007 trabalhadores envolvidos, 38 denúncias fiscalizadas e 1.310 trabalhadores libertados (CPT, 2006).

O governo brasileiro e a CPT estimam que 25 mil pessoas estejam, hoje, em situação de escravidão no país. Embora a incidência maior seja verificada em áreas de pecuária, há uma série de casos identificados também em lavouras de soja. “Os municípios de Sorriso (MT), maior produtor de soja do Brasil, e de São Desidério (BA), maior produtor de grãos do Nordeste, estão na rota oficial do trabalho escravo, juntamente com outros celeiros prósperos da produção de grãos, como Campo Novo dos Parecis, Tapurah e Nova Mutum, no Mato Grosso, e Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia”⁵³. No Tocantins, em 2005, foram cinco denúncias envolvendo fazendas de soja, três delas em Campos Lindos (CPT, 2006).

Levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo (18/07/2004), com base nos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho, no período de 2000 a 2003, “revela que o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica”. De 1995 a 2004, “foram resgatados 11.969 trabalhadores rurais que se encontravam em condição análoga à de escravo”, sendo 2.435 no Mato Grosso, muitos deles contratados temporariamente para catação de raízes na abertura de áreas para o plantio de soja.

O trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo é uma prática de contratação de mão-de-obra que ocorre principalmente por ocasião da abertura de novas áreas, quando há uma maior demanda por atividades manuais. O Cadastro de Empresas e Pessoas Autuadas por Exploração do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho registra o nome de dois grandes produtores

53 Folha de S.Paulo (18/07/2004).

de soja do município de Sorriso. Entretanto, estes nomes haviam sido “excluídos provisoriamente” por decisão Judicial⁵⁴. Em 2003, segundo a mesma reportagem da Folha, três dos maiores produtores de soja da região – Darcy Ferrarin, Valdir Daroit e Nei Frâncio – haviam sido autuados pelos fiscais do Ministério.

Com relação ao Baixo Araguaia (MT), o cadastro cita a Agropecuária Vale do Suiá S.A (Agrovas) como praticante desta modalidade de trabalho, sem indicar se ocorreu em formação de pastagens ou na abertura de área para o plantio de soja. Já o levantamento da CPT registra denúncias em 17 propriedades situadas no Baixo Araguaia e no município de Querência, somente entre 2003 e 2004. Do total das propriedades, três têm como atividade principal ou secundária o cultivo de soja, que são as fazendas Malú/Agromon, no município de Ribeirão Cascalheira; fazenda Irmãos Gorgen, em Querência, e fazenda Rio Preto, em São Félix do Araguaia, segundo informa o coordenador da CPT do município de Porto Alegre do Norte, no relato a seguir:

“O Romon Flores que foi condenado aí por um milhão e meio por questão de trabalho escravo. Para nós aqui a situação pior mesmo é de Confresa e Vila Rica. Aqui em Confresa tem uma grande usina, a Gameleira, que também já foi autuada no ano passado, mas também tem outras fazendas aí como a ‘Agropó’, fazenda Santa Cruz e tem uma lista aí. Todas com pecuária, catação de raiz mesmo foi só lá na Malú, que é do grupo Agromon. Ali é um grupo muito grande, é um complexo de fazendas. Até para encontrar esses trabalhadores escravos demorou demais para vir o grupo móvel, e quando passa por Xavantina tem um sistema de detecção do grupo, porque eles andam em comboio, é uma coisa meio extravagante, aí já avisam. Naquela noite que eles iam chegar aqui eles tiraram os trabalhadores por Nova Xavantina, e aí quando o grupo chegou... a sorte foi que eles insistiram em conhecer a fazenda, andando por dentro de carro e viram lá uns trabalhadores e insistiram lá nas perguntas e eles entregaram onde era o local dos barracos. Eles saíram dali aquela noite, mas ainda tinham panelas, barracos, que passaram com trator por cima para tirar todos os vestígios. Trouxeram de volta aqueles trabalhadores, reconstituíram como eram os barracos e houve a aplicação da multa. Aqui o que me recordo que teve problemas com catadores de raízes foi aí. Tem denúncias lá no Xingu, fazenda Arizona, são três fazendas ali de um grupo só, Arizona e mais algumas ali, que é um grupo de São Paulo. Ali ocorreu, várias denúncias que nós encaminhamos para o Ministério do Trabalho, mas que nunca houve fiscalização. A denúncia lá era de catação de raiz, mas nunca aconteceu fiscalização. Tem denúncias lá no Xingu, fazenda Arizona, são três fazendas ali de um grupo só, Arizona e mais algumas ali, que é um grupo de São Paulo.”

54 <http://www.mte.gov.br/empregador/fiscatrab/trabescravo/default.asp>

Já em Campos Lindos, no Tocantins, uma das fazendas flagradas pelos fiscais pertence ao ex-ministro da Agricultura Dejanir Dalpasquale. De suas terras foram libertados 25 trabalhadores, em 2001.

“Entre 2000 e 2001 fui escravizado na fazenda do Sr. Dejanir Dalpasquale. Lá trabalhei na derrubada do pequi, bacuri, destruí todo o cerrado e queimei. Na época éramos uns 40. Vivíamos em barraco de plástico. Agüentamos uns três meses e resolvemos denunciar no sindicato. A fiscalização chegou. Estou sabendo que lá continua a mesma coisa. Muitos não têm coragem de denunciar.”

Pedro Piauí, posseiro da Fazenda Sussuarana, Campos Lindos (TO)

É importante destacar que essa prática não é a predominante entre os plantadores de soja em áreas consolidadas, mas é recorrente entre aqueles que estão em processo de abertura de novas áreas. A informalidade das relações de trabalho, a falta de assistência médica, as condições precárias de moradia e alimentação, a coerção física ou moral para impedir que os trabalhadores abandonem o serviço até que suas “dívidas” sejam quitadas são meios de reduzir custos de fatores de produção. Portanto, estes recursos não podem ser percebidos como externalidades, casos isolados, mas como estratégias de reprodução do capital na área de fronteira. São mecanismos que têm por objetivo minorar os efeitos das leis trabalhistas e, portanto, dos custos de produção.

Desigualdade socioeconômica

Por trás da tão alardeada geração de empregos com altos salários na região de Sorriso, encontram-se indicadores de que esses rendimentos são, na verdade, para poucos, em geral, operadores de máquinas agrícolas, engenheiros agrônomos, entre outras funções especializadas. Muito embora o PIB do município tenha dobrado de 1999 a 2002, ao analisar alguns indicadores de renda, extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano 2001, percebe-se que o crescimento da economia é acompanhado de concentração de renda no município.

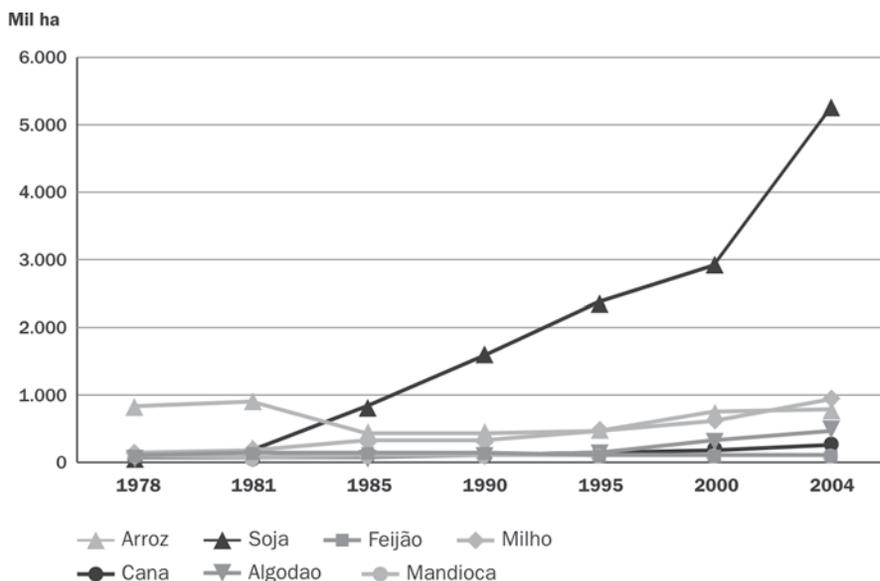
O primeiro quinto da população mais pobre do município tem renda *per capita* média (ano de 2000) de R\$ 65,00 e o décimo mais rico de R\$ 2.550,00 – ou seja, a diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres é de aproximadamente 3.800%. Enquanto a renda *per capita* média dos 20% mais pobres cresceu 30% no período de 1991 a 2000, a renda dos 10% mais ricos cresceu 99,1%, em Sorriso. Estes indicadores demonstram que a expansão da atividade econômica do município de Sorriso, que tem na sua base as lavouras de soja, conduz a um processo de concentração e, conseqüentemente, de exclusão daquelas famílias que não se integram ao modelo.

Contraditoriamente, os municípios produtores de soja apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média do estado, um argumento utilizado pelos defensores do agronegócio para demonstrar as vantagens sociais produzidas pela economia da soja. O IDH de Sorriso em 2000 foi de 0,824 e o índice do estado de Mato Grosso, 0,773.

No Mato Grosso, o processo é semelhante. Observa-se um crescimento da área cultivada para os produtos destinados ao mercado externo e às agroindústrias (soja, milho, algodão e cana-de-açúcar) e uma redução ou pequeno crescimento dos produtos destinados ao consumo no mercado interno (feijão, milho e mandioca). A mandioca é um produto que passou a ter importância para o mercado local de Sorriso, com a migração expressiva de pessoas descendentes dos estados do Norte e Nordeste, que têm como hábito alimentar o consumo de farinha. Hoje, ocupando apenas 0,4% da área plantada, ela é produzida em pequenos estabelecimentos agrícolas, em áreas de assentamento e chácaras.

O gráfico abaixo representa a dinâmica da área cultivada com as principais lavouras temporárias no estado de Mato Grosso. ●

GRÁFICO 14



Fonte: IBGE. Levantamento da Produção Municipal. Série Histórica. www.ibge.gov.br

As benesses do Estado

A liberação de recursos públicos em prol da expansão da soja no Brasil tem sido generosa com o grande proprietário de terras e sovina com a agricultura familiar e a reforma agrária. A comparação do montante destinado a cada segmento sinaliza o grande fosso que, no final das contas, ajuda a explicar porque os pequenos produtores se vêem cercados pelos latifundiários e acabam deixando o campo. Ou seja, o quadro verificado hoje conta com a colaboração, mesmo que involuntária, de toda a população brasileira, devido ao uso do dinheiro público através de financiamentos a juros subsidiados, renúncias fiscais, perdão de dívidas e investimentos especiais em infra-estrutura.

A soja é uma atividade com grande capacidade de mobilizar recursos, resultado, entre outros fatores, da articulação institucional entre entidades de representação patronal, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja).

Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), na safra 2004/2005, os grandes fazendeiros obtiveram 5,6 vezes mais verbas do que os pequenos produtores. Foram R\$ 39,5 bilhões contra R\$ 7 bilhões. Entretanto, dados do IBGE indicam que a pequena propriedade responde por 56,8% da atividade agrícola brasileira, contra 13,6% da grande e 29,6% da média propriedade.⁵⁵

Entre os beneficiados estão 27 grandes grupos econômicos, que receberam, em 2004, R\$ 4,6 bilhões em financiamentos públicos, sendo que R\$ 2,86 bilhões ficaram concentrados nas mãos de cinco transnacionais: Cargill (R\$ 1,157 milhões), ADM (R\$ 662 milhões), Bunge (R\$ 604 milhões), Souza Cruz (R\$ 300 milhões), e Fertilizantes Hering (R\$ 143 milhões), de acordo com levantamento realizado pela Via Campesina. Enquanto isso, o governo destinou ao Programa Nacional de Reforma Agrária, em 2005, verba inferior (R\$ 3,4 bilhões) à recebida por estes 27 grandes grupos.

55 Agência Carta Maior. *Movimentos sociais reagem ao "tratoração" do agronegócio*. Junho de 2005.

Em 2005, mais uma lei foi editada para incentivar a exploração dos recursos naturais do país. A “MP do Bem” ou Medida Provisória nº 252, sancionada em outubro, suspende por cinco anos o pagamento de tributos federais, como IPI, PIS e Cofins, das empresas que investirem em novas plataformas de exportação no Brasil. A isenção é concedida às empresas que vendem ao exterior pelo menos 80% de sua produção, o que beneficia diretamente o agronegócio, um dos raros segmentos a contar com empreendimentos que se encaixam nesse perfil.

Enfim, os números não deixam dúvida sobre a destinação preferencial de recursos públicos para os grandes grupos ligados ao agronegócio, em detrimento dos produtores de menor porte e menor força política. Mesmo assim, a queda vertiginosa do preço da soja nos últimos três anos está impulsionando novas reivindicações por parte dos produtores. Em 24 de abril de 2006, período de colheita da safra, 30 agricultores de Sorriso bloquearam a BR-163 para cobrar do governo a extinção do Fundo Estadual de Transporte e Habitação, redução do ICMS, mudanças na política cambial, redução dos juros, uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para quitação de dívidas juntos aos fornecedores, entre outros itens⁵⁶.

Também se apresentam às dezenas os projetos de infra-estrutura que visam reduzir os custos de transporte e armazenamento da soja no interior do país. Entre eles, elencam-se: o asfaltamento do trecho paraense das rodovias federais BR-163 e 364; a abertura da rodovia Transoceânica, que ligaria o Pacífico ao Atlântico através da BR-364; as hidrovias Tietê-Paraná, Araguaia-Tocantins, Madeira-Amazonas e São Francisco; e a entrada da Ferronorte em Mato Grosso.

Os governos estaduais e municipais também oferecem vantagens para atrair o agronegócio. A análise do processo histórico da expansão das lavouras de soja no Mato Grosso, de modo especial no município de Sorriso, evidencia a interdependência entre diferentes dimensões que compõem uma configuração de forças sociais favorável ao crescimento desta atividade. Os aspectos econômicos foram tão decisivos para a consolidação das lavouras quanto os aspectos sociais, políticos e culturais. Um exemplo é a eleição de Blairo Maggi, o maior produtor individual de soja do mundo, para governador de Mato Grosso (mandato 2003-2006), estado onde prevalece a monocultura em grandes propriedades.

Crédito rural

Segundo o último Anuário Estatístico de Crédito Rural, divulgado pelo Banco Central, reunindo dados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 2003 a região Norte recebeu 4,14% do volume total desses recursos; o Nordeste, 6,17%; o Centro-Oeste, 21%; o Sudeste, 26,33%; e o Sul, 42,3%. Os principais produtos beneficiados foram a soja, com 35,1% das verbas; o milho, com 23,6%; seguido do arroz, 7,1%. Nas lavouras de soja e milho, que geralmente são cultivados em consórcio, foram empregados 58,7% do total dos recursos liberados.

Do total liberado para o Mato Grosso (R\$ 1,17 bilhão) 62% foram destinados às lavouras de soja, 20% para o algodão e 8,44% para o arroz. O valor médio dos financiamentos das lavouras de soja foi de R\$ 111,6 mil; enquanto o valor do hectare financiado ficou em R\$ 357,57. O município de Sorriso recebeu R\$ 200,7 milhões destinados ao custeio, investimento e comercialização da safra 2002/2003, valor correspondente a 17% do crédito total destinado ao setor agrícola do Mato Grosso. Outros incentivos são oferecidos pela prefeitura de Sorriso, em forma de isenção de tributos municipais e doações de lotes para empresas que queiram instalar-se na cidade.

O predomínio da soja definiu uma estrutura (armazéns, mercados, tecnologias, pesquisas públicas) que impõe obstáculos ao desenvolvimento de outros sistemas de produção, especialmente aqueles mais diversificados. Um conjunto de fatores concorre para isso: a infra-estrutura, a política de crédito, a dependência de *tradings*, o elevado preço da terra, entre outros.

Além dos investimentos em infra-estrutura e de legislações como a Lei Kandir, em diversos momentos o governo socorre os grandes produtores rurais endividados. As dívidas renegociadas em 1995, 1999 e 2002 foram roladas em 25 anos com juros de 3% ao ano, ou seja, bem abaixo da taxa básica de juros, a Selic. Os que devem mais de R\$ 100 mil hoje são responsáveis por 84% da dívida e representam apenas 40% dos devedores⁵⁷. Segundo Stédile e Górgen⁵⁸, o Tesouro Nacional, quando equaliza os juros dessas dívidas, paga parte do que os fazendeiros deixam de pagar, num montante superior a R\$ 3,38 bilhões anuais. Os beneficiários seriam menos de 20 mil grandes proprietários de terras, que receberiam uma transferência de renda equivalente a R\$ 15 mil mensais cada um.

57 Tereza Cruvinel. O Globo, 25/6/05, p.2

58 Sérgio Antônio Górgen e João Pedro Stedile. *O mensalão dos ruralistas*. O Globo, 21/06/05, p.7.

Diante desses números, a Via Campesina defende a troca das dívidas vencidas dos grandes produtores por terras para a reforma agrária, a inserção de todos os grandes devedores inadimplentes na dívida ativa da União, a não renegociação e a cobrança na justiça de todas as dívidas vencidas do agronegócio e o direcionamento de todos os instrumentos de política agrícola para a reforma agrária e para os pequenos e médios agricultores. Essa seria uma política em prol dos mais de 6 milhões de pequenos e médios produtores rurais do Brasil.

Pesquisa público-privada

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a agroindústria usufruiu dos efeitos do constante investimento da Embrapa na área da pesquisa propriamente dita, o que não ocorreu na indústria em geral de forma ampla e contínua. “A Embrapa seguiu a linha da exploração de novas fronteiras agrícolas e seleção de prioridades para dar conta do processo de industrialização e urbanização do país e da necessidade de se gerarem excedentes exportáveis. A primeira prioridade foi dada à produção de grãos. Foram selecionadas variedades adaptáveis a diferentes regiões, climas e solos, bem como apostaram na descoberta de resistências a pragas. Neste processo, ganhou destaque o desenvolvimento da agroindústria comercial de Cerrado. Também foram estudados e desenvolvidos cultivares adaptados ao semi-árido nordestino, apoiados na irrigação” (MB Associados, 2004).

A Embrapa também atua no polêmico mercado das sementes transgênicas. As pesquisas começaram em 1997, quando a comercialização desta modalidade de soja sequer era permitida no país. Em meados de 2005, a Embrapa Cerrado lançou as primeiras três variedades de soja transgênica adaptadas ao clima do Centro-Oeste, com a tecnologia Roundup Ready (RR) da Monsanto. Para ter acesso à tecnologia, a estatal firmou contrato de pesquisa com a Monsanto e mantém convênios similares com a Basf e outras empresas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a Embrapa domina o mercado nacional de sementes de soja, com participação de 65%. Este espaço, porém, é disputado por concorrentes como a Monsanto. “Soja, milho, arroz e algodão são os nichos de interesses das multinacionais, um mercado que movimentava cerca de R\$ 650 milhões ao ano.”⁵⁹ ●

59 <http://www.desenvolvimento.gov.br>.

Negociações internacionais

Nos últimos anos, as negociações internacionais entre os países em desenvolvimento e os industrializados em torno da questão agrícola têm sido marcadas pelo impasse. Países predominantemente agrícolas como o Brasil exigem da União Européia e dos Estados Unidos o fim das barreiras à entrada de seus produtos, assim como dos subsídios concedidos à produção e às exportações destes últimos, e oferecem em troca o acesso a seus mercados de serviços, finanças e produtos industriais. No caso da soja, em particular, interessam a retirada dos subsídios norte-americanos concedidos a seus agricultores e a supressão das barreiras tarifárias e não-tarifárias aplicadas pelos principais importadores ao farelo e ao óleo de soja.

Os subsídios norte-americanos

Os produtores de países como os EUA e os membros da União Européia (UE) recebem subsídios, seja sob a forma de pagamentos mínimos ou cheques complementares em épocas de baixos preços. Como têm esses pagamentos assegurados, os agricultores continuam expandindo a produção ou as vendas mesmo quando os preços estão baixos, reduzindo-os ainda mais.

Nos EUA, a soja deverá receber grande parte dos subsídios em 2006 (US\$ 3,25 bilhões). Estes incentivos para a sojicultura (que tiveram um aumento de 246% entre 2003 e 2005) são fruto da super-safra americana, que superou em 26,6% as previsões do Departamento de Agricultura daquele país (USDA), e fez com que desabassem os preços no mercado internacional.

Em momentos de super-safra, os produtores norte-americanos têm uma situação tranqüila porque usufruem de um preço de garantia de US\$ 12,80 por saca, enquanto os brasileiros têm garantia de R\$ 14, ou US\$ 6. Se o mercado funcionasse sem intervenções, os fazendeiros reduziriam a produção quando os preços estivessem em baixa, o que levaria o mercado a se ajustar e os preços a subirem. Com os subsídios, o agricultor segue produzindo no mesmo ritmo quando o preço cai, e isso acentua a baixa cíclica do preço.

Desde 2002, existe uma disposição dos produtores de soja no Brasil de buscar uma forma de reparar danos provocados pelos incentivos recebidos pelos produtores norte-americanos. Esse interesse aumentou em 2005, devido à queda dos preços, decorrente da grande oferta mundial de soja, e à apreciação do real em relação ao dólar. Após os resultados favoráveis dos processos do algodão norte-americano e do açúcar da União Européia, ambos iniciados em 2003, produtores do Brasil, sobretudo através da CNA, pressionam o governo no sentido de representar na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios à soja nos Estados Unidos.

Caso efetivada, a ação contra os EUA será baseada no descumprimento do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC em relação às chamadas medidas de apoio interno. Um dos alvos é o mecanismo de financiamento à comercialização, através do qual o produtor embolsa um cheque do governo, correspondente à diferença entre o preço mínimo e o de mercado, à espera da melhor hora para a venda.

Os subsídios às exportações são, sem dúvida, elementos de distorção do comércio global, prejudicando as exportações dos países menos desenvolvidos e deprimindo os preços destes produtos no mercado internacional. São, por isso, fatores que dificultam o equilíbrio das contas externas dos países menos desenvolvidos. Da mesma forma, tornando os preços internacionais artificialmente baixos, induzem níveis de consumo social e ambientalmente insustentáveis.

Aprofundando a análise, pode-se supor que esta retirada dos incentivos governamentais prejudicaria os pequenos e médios produtores norte-americanos, com a concentração do setor agrícola norte-americano em grandes estabelecimentos e corporações. Fortalecidas, estas últimas poderiam, ainda mais amplamente do que nos dias de hoje, arbitrar o preço das *commodities* nos mercados doméstico e internacional.

O aumento da demanda por soja brasileira daí resultante, da mesma forma, implicaria novo ciclo de expansão acelerada de seu monocultivo, com os conhecidos prejuízos causados à agricultura familiar e ao meio ambiente. Impedida, por reciprocidade, de receber o apoio governamental necessário, a agricultura familiar da soja no Brasil estaria por certo condenada à extinção.

Barreiras tarifárias e não tarifárias

As exportações dos subprodutos da soja enfrentam barreiras tarifárias e não-tarifárias nos principais países importadores (China, União Européia, Japão, entre outros). Enquanto a entrada da soja em grãos é, de modo geral, isenta

de barreiras em todo o mundo, diversos países consumidores estabelecem tarifas alfandegárias e cotas para a importação do farelo e do óleo.

Para o Brasil, estas barreiras, às quais se somam os entraves internos derivados da Lei Kandir, vêm fazendo com que as grandes indústrias multinacionais de esmagamento optem por localizar-se em outros países. Boa parte dos grãos de soja exportados pelo Brasil, além de ser esmagada em outros países, é ainda reexportada. No caso da Holanda, o equivalente em peso a cerca de 60% dos grãos importados são exportados sob a forma de subprodutos.

Vistas sob este ângulo, as barreiras às exportações de produtos industrializados obtidos a partir da soja, do café ou do cacau limitam as possibilidades de países produtores destas matérias-primas realizarem o processamento em seu próprio território, o que permitiria a geração de maior número de empregos e a adição de maior valor aos produtos exportados.

Por outro lado, ao pleitear a eliminação destas barreiras, o governo brasileiro tem que abrir mão, pelo critério de reciprocidade, de proteger sua própria produção doméstica da concorrência de produtos importados. Neste sentido, estas barreiras são instrumento imprescindível ao desenvolvimento. O direito de cada país de proteger sua própria produção – com o objetivo de promover a agricultura familiar, a segurança e a soberania alimentares e o desenvolvimento rural – deve ser elemento central nas negociações internacionais, substituindo a lógica atual da liberalização e desregulamentação crescente do comércio.

A política brasileira de comércio internacional deveria, na verdade, ser colocada a serviço da justiça social e da preservação ambiental, dois pontos que não combinam com monoculturas e desmatamento, e sim com agricultura familiar.

Além disso, com a histórica instabilidade de preços dos bens agrícolas, uma economia muito centrada neste setor deixa as finanças do país ainda mais vulneráveis. Os segmentos mais dinâmicos e rentáveis do comércio internacional são hoje aqueles vinculados ao desenvolvimento de tecnologias e produtos inovadores. Portanto, priorizar a venda de grãos de soja para o mundo, a médio e longo prazos não levará o Brasil a apresentar mais equidade social. Pelo contrário, o modelo de cultivo em curso é extremamente excludente, além de predador de nossa biodiversidade.

O Brasil deve buscar legitimidade para apoiar atividades de interesse social como a agricultura familiar, e assegurar condições de atrair investimentos que possam beneficiar a população a longo prazo. A exportação de

bens intensivos em recursos naturais – não só a soja mas também o minério de ferro, o aço, o alumínio, entre outros – ajuda o equilíbrio das contas públicas no curto prazo; porém acaba criando um círculo vicioso, do qual só será possível sair via investimento em pesquisa e tecnologia, este sim carente de apoio público.

Também relevante é a restrição dos direitos sobre a propriedade intelectual, de modo a incentivar a produção científica do país como motor da redução de desigualdades. Por fim, as negociações internacionais devem incluir a regulação da atuação das multinacionais que, via de regra, estabelecem relações bastante negativas com seus fornecedores (agricultores, no caso da soja) e também com os consumidores. As transnacionais se beneficiam de subsídios tanto dos países ricos como das nações em desenvolvimento, não agregam valor nos países de origem da produção e ainda despejam seus produtos no mercado internacional, manipulando preços conforme seus interesses. Ou seja, é preciso lutar por justiça no comércio internacional de bens agrícolas, pressionando por um sistema que permita aos governos nacionais criar condições para um desenvolvimento rural sustentável que privilegie a agricultura familiar e camponesa. ●

Conclusões

A produção de soja no Brasil está provocando graves problemas sociais e ambientais, sobretudo devido à expansão da monocultura em áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica. O modelo agroexportador gera desmatamento, destruição de biodiversidade, e expulsa os pequenos agricultores de suas terras, às vezes com o uso da violência.

Embora represente 47% da área plantada com grãos no país, a sojicultura gera somente 5,5% dos empregos do setor agropecuário. Isto porque as grandes lavouras mecanizadas no Cerrado e na Amazônia precisam apenas de dez trabalhadores em média por cada mil hectares, sendo quatro postos fixos e seis temporários (White, C., 2004).

A agricultura familiar também é diretamente inviabilizada pelo avanço das grandes propriedades. Mesmo aqueles que resistem à pressão dos sojeiros acabam ficando “ilhados” e são obrigados a vender suas terras. Os produtos químicos usados nas grandes fazendas vizinhas atingem as lavouras da agricultura familiar, que passa a enfrentar pragas até então desconhecidas. Sua produção diversificada é atacada, sua família é contaminada pelos agroquímicos e seus integrantes se vêem forçados a buscar novas terras ou a seguir para a periferia das cidades.

Essa dinâmica da inviabilização da vida no campo no Brasil, na verdade, acelerou-se nos últimos 50 anos, contribuindo diretamente para agravar a má distribuição da renda nacional, da terra, do acesso aos recursos naturais necessários à subsistência e dos recursos públicos. Infelizmente, até hoje a população parece não se dar conta da relação entre estas questões e os problemas urbanos.

Se por um lado o suposto desenvolvimento agrícola do país ajuda a equilibrar as contas do setor externo, via entrada de dólares com a exportação dos produtos; por outro inviabiliza a economia do país a longo prazo, pois promove mais pobreza e destruição dos recursos naturais. Um autêntico projeto de desenvolvimento não beneficiaria apenas os latifundiários e meia dúzia de empresas comercializadoras, a maioria multinacionais que se apropriam

dos recursos naturais brasileiros, enquanto milhares de pessoas passam a habitar as periferias das cidades em busca de trabalho. Deveria sim promover a inclusão socioeconômica dos povos locais e o respeito ao meio ambiente.

Farelo para os animais

O crescimento da produção está diretamente associado ao aumento do consumo de carne no mundo. O farelo de soja tornou-se a fonte de proteína vegetal de que os animais confinados necessitam, enquanto o milho é usado como fonte de energia.

Atualmente, 90% de toda a safra do mundo são destinadas às indústrias de esmagamento, que transformam o grão em óleo e farelo. Praticamente toda a produção de farelo é destinada à ração de animais em regime de confinamento, forma de criação generalizada nos países desenvolvidos; e também no Brasil no caso do frango e do porco, e em expansão também nos pastos.

Os pequenos e médios produtores que se mantêm neste mercado tornam-se cada vez mais dependentes dos grandes comercializadores, que lhes fornecem sementes, maquinário e fertilizantes, em troca da garantia de comercialização da futura colheita. Esse ciclo de dependência decorre do modelo atual de produção, altamente intensivo em capital.

Para os agricultores de menor porte é economicamente inviável adquirir os insumos necessários com recursos próprios. A cada ano que passa, o custo proporcional de fertilizantes e maquinário torna-se maior, quando comparado ao preço de venda da soja. Para complicar, o retorno ao produtor de soja caiu de uma média de R\$ 45 por saca de 60 kg, em 2004, para R\$ 20, em 2006. Assim, para conseguir retorno sobre o capital investido é preciso dispor de uma quantidade cada vez maior de área plantada. A consequência desta dinâmica tem sido o crescimento da monocultura.

Políticas públicas

Os incentivos públicos à monocultura da soja devem ser banidos das atuais políticas nacionais. Dentre eles, destacamos:

- renúncias fiscais,
- subsídios,
- perdão das dívidas dos grandes produtores,
- investimentos do Estado em infra-estrutura para o escoamento da soja,
- inexpressiva fiscalização contra os desmatamentos, as grilagens de terra, o abuso de poder das corporações, o uso do Estado em interesse privado (legislação aprovada) e contra o trabalho escravo,

- pesquisa pública voltada para o benefício dos grandes latifundiários e empresas, como no caso do desenvolvimento, pela Embrapa, de sementes transgênicas para o Cerrado e a Amazônia.

As políticas nacionais devem promover:

- a viabilização do agroextrativismo e da agricultura em pequenas e médias propriedades e em Unidades de Conservação,
- a transição de parte das lavouras convencionais para o modelo agroecológico,
- a reforma agrária, a criação de novas Unidades de Conservação e a consolidação das já existentes,
- a diversificação das lavouras, com ênfase na produção de alimentos para os mercados locais,
- a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais do país,
- pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que viabilizem a mecanização das pequenas propriedades,
- o estímulo ao associativismo e às cooperativas rurais, tendo em vista a verticalização da produção e a construção de mercados para os produtos da agricultura familiar,
- a permanência das famílias no campo, através de políticas de incentivo e financiamento de cunho sócio-ambiental, adequadas à realidade sócio-econômica e cultural das mesmas.

Água

A água, um recurso que vai se tornando raro em diversas regiões do planeta, é um dos mais fortes determinantes da localização da produção mundial de soja no Brasil. Diversos países vêm passando da condição de grandes produtores à de grandes importadores de produtos agropecuários, devido justamente ao esgotamento de seus recursos naturais, em especial da água. A disputa pela água entre o consumo residencial, industrial e agropecuário tende a ser cada vez mais acirrada.

A China, grande produtora e importadora de soja, anunciou, em julho de 2006, que reduzirá os incentivos fiscais às exportações cuja produção utilize, de maneira intensiva, recursos naturais ou energia.⁶⁰ Comparativamente ao restante do mundo, a situação dos recursos hídricos do Brasil é extremamente favorável, quando considerada em seu todo: o país detém 12% da

60 *China reduzirá subsídio à exportação e corte deve afetar têxteis e metais. Jornal O Globo, 24/07/06.*

água doce do planeta. Esta riqueza hídrica, no entanto, está concentrada na região Norte do país.⁶¹

A produção de soja e outras grandes monoculturas, como a do eucalipto, assim como a criação animal em regime intensivo, já está causando escassez de água na região Sul, não só pela sua utilização nestas atividades, mas também pela elevada contaminação, assim como pelas prolongadas secas, conseqüentes da devastação. Diante dos problemas sociais e ambientais provocados não só pela sojicultura, mas por diversas outras atividades do chamado agronegócio, é necessária a adoção de medidas para regulamentação da produção, dentre as quais destacamos:

- Estabelecer um zoneamento sócio-econômico-ambiental do Brasil, de modo a permitir a clara delimitação das áreas em que esta e outras atividades poderão ser desenvolvidas, de modo a minimizar seus impactos.
- Implementar legislação que preveja rigoroso licenciamento ambiental para o exercício da atividade, a partir de normas rigorosas sobre limites e disposição de resíduos poluentes.

Soja biocombustível

A substituição de combustíveis fósseis por renováveis deve seguramente reduzir os impactos ambientais resultantes da queima do petróleo. Entretanto, os benefícios sociais e ambientais, no caso do Brasil, vão depender da escala e do modo de produção da biomassa a ser utilizada para fins energéticos. Nossa preocupação é que os biocombustíveis se transformem no mais novo e importante item da pauta brasileira de exportações de bens produzidos sob a forma de monoculturas desenvolvidas em grandes propriedades. A preocupação aumenta quando vemos a soja, a maior monocultura brasileira da atualidade, ocupar, juntamente com a cana-de-açúcar, papel central nos projetos de produção de biocombustíveis que vêm sendo implantados no país.

Tanto para os movimentos sociais como para os especialistas, é igualmente preocupante que o carro-chefe do biodiesel venha a ser a soja transgênica, como pleiteiam os empresários do agronegócio. O temor, caso a soja seja a principal matéria-prima do biodiesel, é que o novo combustível que daria independência energética ao país vire apenas um instrumento para as multinacionais controlarem o mercado de patentes dos organismos geneticamente modificados.

61 *Água, mais do que um recurso natural, um fator limitante.* Revista Agricultura Industrial. www.aviculturaindustrial.com.br.

Agricultura familiar

As condições em que se desenvolve a agricultura familiar da soja na região Sul do Brasil estão a requerer, ainda, estudos mais aprofundados sobre os problemas aqui apresentados, para que possam ser esboçadas medidas de apoio efetivo a estes agricultores. As contradições a respeito do cultivo de soja transgênica, as relações contratuais entre o produtor familiar e as grandes empresas de comercialização e processamento, incluindo as empresas que, muitas vezes, realizam a intermediação destas operações, são temas que devem merecer especial atenção.

Neste sentido, devem ser promovidos estudos, com a participação das representações sindicais da agricultura familiar, destinados a apontar as melhores alternativas ao atual modo de produção, incluindo a reconversão das monoculturas, com apoio à diversificação da produção e à recuperação do meio ambiente, à produção agroecológica, o estímulo às atividades cooperativas, à produção orgânica de animais e às potencialidades de colocação desta nova produção através de mecanismos de comércio justo já existentes.

O apoio efetivo à agricultura familiar da soja não passaria necessariamente pela manutenção da pequena monocultura. As melhores alternativas apontam para a produção de uma soja diferenciada e pela diversificação da produção agropecuária da região, em busca da qualidade do produto. A viabilização destas alternativas resultaria, certamente, na melhoria da qualidade de vida destes produtores, das populações locais, dos consumidores em geral e do meio ambiente. Algumas delas incluem experiências já desenvolvidas em pequena escala:

- O estímulo à criação de cooperativas de produção e comercialização, que permitam obtenção de economias de escala, através do compartilhamento de equipamentos agrícolas, insumos e outros;
- A criação, através destas cooperativas, de melhores condições para a comercialização do produto, que livrem o pequeno produtor da extrema dependência das grandes empresas de comercialização, que dominam atualmente os segmentos da cadeia produtiva do complexo da soja;
- A criação orgânica de animais, desvinculada dos grandes circuitos de produção, buscando igualmente a melhoria da qualidade dos alimentos e o equilíbrio ecológico através da produção de maior valor agregado;
- O desenvolvimento da produção de soja agroecológica, diversificada, livre de transgênicos, que vem despertando de forma crescente o interesse de produtores e consumidores interessados na qualidade e sanidade dos alimentos.

Nas demais regiões do Brasil, sobretudo nas áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica, é necessário apoiar a ação dos trabalhadores do campo, organizados em torno dos sindicatos de trabalhadores rurais, e dos diversos movimentos sociais e ONGs. Estas organizações desempenham papel importante, no sentido de denunciar as constantes violações dos direitos humanos, proteger a vida das diversas lideranças ameaçadas e resistir ao avanço do agronegócio sobre as atividades tradicionais da população.

Estas instituições têm desenvolvido um trabalho sistemático no sentido de convencer as populações locais a não venderem suas terras. Suas ações, no entanto, necessitam de efetivo apoio dos diversos níveis de governo. Este apoio deve ser traduzido na mudança do modelo de desenvolvimento agrícola, na garantia e fiscalização do cumprimento da legislação e no apoio financeiro necessário à viabilização da agricultura familiar, do agroextrativismo e da silvicultura.

Soja agroecológica

A produção agroecológica pode ser um caminho para que os agricultores de pequeno e médio portes possam livrar-se da perversa dependência das grandes empresas. Trata-se de um mercado ainda inexplorado, mas com tendências promissoras de crescimento. Os consumidores de países desenvolvidos se preocupam cada vez mais com a qualidade dos alimentos e com os impactos ambientais provocados pelas formas de produção atuais.

O modelo agroecológico, que se baseia na interação de componentes bióticos (plantas, animais, microorganismos etc.) e abióticos (água, minerais etc.), favorece a agricultura familiar e a segurança alimentar. Além disso, pode proporcionar ao produtor um retorno financeiro maior, além de sua inserção no mercado através de cooperativas, ou seja, sem as amarras estabelecidas pelas grandes comercializadoras de grãos. Saem ganhando a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a população brasileira como um todo e o futuro do país.

A crescente consciência da sociedade civil sobre estes fatos vem tornando promissor o mercado mundial de produtos agroecológicos, livres de sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, e obrigatoriamente desenvolvidos em áreas de diversidade de lavouras e de preservação ou recuperação ambiental.

Mas não é possível, no entanto, substituir todas as lavouras atuais pelo modelo agroecológico. O volume produzido atualmente no Brasil ocupa cerca de 22 milhões de hectares (ou 220 mil km²), uma superfície de plantio

ecologicamente insustentável. O foco da reflexão, por isto, deve recair sobre a demanda por soja no mundo.

O papel da sociedade civil

A redução dos impactos depende fundamentalmente de mudanças nos padrões de produção e consumo de carnes. O custo social e ambiental da conversão de proteína vegetal em animal é insustentável à medida, também, que não é possível estender os níveis de consumo dos mais favorecidos ao conjunto da humanidade. Se os atuais níveis de consumo de carne das classes mais favorecidas – incompatíveis com uma vida mais saudável – foram adotados sob a influência da propaganda promovida pelas indústrias multinacionais de alimentos, podemos pensar também que, utilizando instrumentos semelhantes, será possível a redução da proporção de carnes na composição da dieta dos seres humanos.

Pelo lado da produção, a desintensificação gradual dos regimes de criação seria talvez o caminho para a redução do consumo de soja, bem como para o aumento da participação da agricultura familiar na produção e comercialização de carnes de animais. Sabemos que os animais podem e devem ser criados soltos, com uma alimentação que inclui a utilização de restos de alimentos humanos, hoje desperdiçados.

Sobretudo na Europa, verifica-se já um movimento de rejeição a alimentos cuja produção implique, além de danos sociais e ambientais, no sofrimento dos animais criados para o consumo humano. O confinamento em espaços reduzidos – 10 a 15 frangos por metro quadrado – impõe também a aplicação de antibióticos em larga escala, para evitar as epidemias conseqüentes da “vida” neste ambiente artificial desenvolvido pelo agronegócio. O consumo sistemático pelos animais de pequenas doses de antibióticos contribui para a evolução de bactérias resistentes, que são transferidas para os seres humanos por meio do consumo da carne animal, tornando ineficazes no tratamento humano estes mesmos antibióticos ou similares.

Em busca da “produtividade”, as condições de criação permitiram a redução do tempo de vida do animal, através da manipulação genética e do uso de substâncias químicas para acelerar seu crescimento. A crueldade a que são submetidos estes animais precisa ser amplamente divulgada, também no Brasil. Este seria um dos temas para campanhas a serem promovidas pela sociedade civil, em direção a padrões mais sustentáveis e humanizados de produção e consumo de alimentos. Outras possíveis campanhas, algumas já em marcha, são abordadas a seguir.

Campanhas

No Brasil, a opinião pública é levada a encarar como positiva para a sociedade a expansão da monocultura da soja. A devastação social e ambiental é camuflada sob imagens dos verdes e vastos campos de soja, com suas gigantescas máquinas de semeadura e colheita. Constantemente, também, a mídia produz matérias que buscam ressaltar a riqueza gerada pelo agronegócio: grandes fazendeiros, suas mansões, carros e aviões.

Para enfrentar esta distorção das informações sobre a realidade do campo, é necessário produzir materiais de comunicação de modo a atingir a opinião pública. É necessário produzir textos sintéticos, vídeos, materiais de fácil compreensão, que façam chegar à sociedade as informações sobre os danos sociais e ambientais causados por estas atividades.

A rodovia Cuiabá-Santarém

Em junho de 2006, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Plano BR-163 Sustentável, que visa reduzir os impactos ambientais e sociais provocados pelo asfaltamento da rodovia federal. Em setembro do mesmo ano, o Grupo de Trabalho Amazônico (Rede GTA) lançou o Projeto de Fortalecimento da Participação Social no Processo de Asfaltamento da BR-163.

O Projeto tem o objetivo de garantir a participação da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e da população local na concepção, execução, monitoramento e avaliação do Plano BR-163 Sustentável, bem como das políticas públicas a serem implantadas na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém.

Participa também do Projeto o Consórcio de Desenvolvimento Socioambiental da BR 163 (Condessa), que reúne diversas instituições ativas na área de influência da rodovia, como o Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (Formad), o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Instituto Centro Vida (ICV), o Instituto Socioambiental (ISA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, o Centro de Formação de Trabalhadores do Baixo Amazonas (Ceftbam) e outros movimentos sociais e ambientais. A Rede GTA reúne, além de várias dessas, dezenas de organizações civis nessa imensa área, ligadas aos coletivos regionais do Baixo Amazonas, Altamira, Nortão Matogrossense e Mato Grosso.

O Greenpeace e a soja na Amazônia

A associação entre a carne de frango vendida nas lojas do Mc Donald's da Europa e a devastação da Amazônia, feita pelo Greenpeace⁶², já levanta o questionamento de que os europeus estariam “comendo a Amazônia”. Seguindo a rota de comercialização da safra brasileira, a entidade descobriu que o frango do Mc Donald's é alimentado por soja plantada em áreas de desmatamento na Amazônia.

Segundo levantamento do Greenpeace, 95,5% da soja exportada em 2005, a partir do terminal da Cargill em Santarém, no Pará, teve como destino a Europa que, por sua vez, adquiriu o produto para fabricar ração animal. As investigações da instituição indicam que parte dessa soja exportada pela Cargill era proveniente de fazendas ilegais situadas na Amazônia, em municípios como o de Santarém. Em julho, a Abiove iniciou uma moratória de dois anos relativa a novas áreas de abertura de lavouras de soja. As empresas associadas à entidade dizem que, durante um período de dois anos, não comercializarão a safra de fazendas que promoverem novos desmatamentos na Amazônia, mas poderão comprar de antigas áreas de pasto. Assim, o impacto da medida pode vir a ser reduzido.

“No te comas el mundo”

Com o objetivo de provocar um debate sobre o consumo e conseqüências da produção agropecuária e soberania alimentar, outra campanha, promovida por organizações da Espanha com foco nas relações sociais, econômicas e ambientais, é a “Não Coma o Mundo”⁶³. Trabalhando com casos como o da produção de açúcar no Caribe e na África, salmão no Chile, flores no Equador e Colômbia, e soja no Brasil e na Argentina, as organizações integrantes da campanha pretendem divulgar o fato de que quem se prejudica com a adoção de modelos agropecuários voltados para a exportação são as populações locais e os países em desenvolvimento.⁶⁴

O bem-estar dos animais

O bem-estar dos animais destinados ao consumo humano é hoje foco de atenção em diversos países importadores de carnes. O confinamento em pequenas áreas e outras características da produção intensiva já são objeto

62 Greenpeace. *Eating up the Amazon* (2006).

63 Ver detalhes em www.notecomaselmundo.org.

64 Patrícia Bonilha. *Movimentos sociais espanhóis questionam quem deve a quem*. Carta maior, 04/09/06.

de legislação que visa banir progressivamente estas práticas na União Européia. Em conseqüência, há uma pressão para que as mesmas exigências sejam adotadas por todos os fornecedores de produtos de origem animal àquele mercado. Gradativamente será exigido, também, que estes fornecedores passem a obedecer às mesmas normas de preservação do meio ambiente vigentes na União Européia.

Por impactarem diretamente o atual modelo agroindustrial de criação intensiva de animais, estas novas exigências podem significar uma oportunidade para a ampliação dos mercados da agricultura familiar e dos pequenos empreendimentos, desde que estes recebam o necessário apoio do Estado. ●

A monocultura da soja e o retrocesso nos direitos humanos

Daniel Ribeiro Silvestre⁶⁵

Na construção de uma sociedade mais justa, não se pode olvidar a função instrumental do Direito e da racionalidade de um ordenamento jurídico fundado nos direitos humanos. Por um lado, as atividades econômicas – como o agronegócio da soja – causam impactos cada vez maiores sobre as populações e o meio ambiente, multiplicando e intensificando os conflitos. Por outro, à medida que o Estado brasileiro reconheceu a força jurídica dos direitos humanos nacional (na Constituição Federal de 1988) e internacionalmente (ratificando diversos tratados internacionais), a sociedade passou a contar com referências normativas de fundamento ético para conformar as ações de particulares e, fundamentalmente, dos poderes públicos nas atividades de elaboração legislativa, de julgamento de litígios e de implementação de políticas públicas.

O desafio fundamental é o de se assegurar a realização prática dos direitos humanos. O texto constitucional elegeu como objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º). Entretanto, o que se tem verificado nos centros de expansão do agronegócio são processos discriminatórios de avanço e consolidação de uma atividade econômica que aprofunda as desigualdades e viola direitos humanos.

65 Advogado, bacharel e especialista em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo, é técnico da FASE no Projeto Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC), foi assessor da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente como Voluntário das Nações Unidas, no período de 2003 a 2005.

As discriminações de raça, de origem, de gênero e de grupos mais pobres, práticas ainda marcantes da sociedade brasileira, apontam suas faces também na expansão do agronegócio. Em Sorriso, onde o agronegócio se consolidou como principal atividade econômica do município, os componentes étnico-sociais já eram acentuados na determinação da “ocupação branca” do território, que incluiu a criação por uma empresa colonizadora de um bairro para negros, seja no que se refere à “desobstrução” das populações tradicionais, ou ainda nos mecanismos de controle de formação das cidades e na distribuição geográfica da população, ou ainda no condicionamento ao acesso à terra e a postos de trabalho. Atualmente a discriminação mantém-se forte nesses aspectos e tem recaído de modo mais agudo sobre os migrantes nordestinos generalizados como “os maranhenses”, estigmatizados como “homens pobres, perigosos e sem rumo”. Uma manifestação discriminatória explícita pode ser observada na expressão do morador sulista do Bairro São Domingos, ao se referir aos filhos desses nordestinos:

“... não têm uma educação assim que eles têm que seguir uma norma. Se em casa eles vivem solto, eles acham que na escola também deve ser assim. (...) mas para entender essa lógica do nordestino não é fácil.”

A discriminação existe, apesar de todos serem considerados iguais perante a lei (CF artigo 5º, *caput*) e da prática de racismo ter se tornado crime inafiançável e imprescritível com a Constituição de 1988 (artigo 5º, inciso XLII).

Na disputa pela terra, a pressão contra as famílias de agricultores familiares, posseiros, assentados e populações tradicionais como indígenas e quilombolas se dá com uso de violência, intimidações e ameaças, grilagem de terras e devastação do meio ambiente. Tais práticas também podem ser lidas como diferentes tipos de violações de direitos humanos.

A violência física empregada para expulsar a população local atenta diretamente contra o direito mais elementar de todo ser humano: o de ter sua integridade física protegida e livre de ameaças (“Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” – Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 3º). Os casos de violência se reproduzem, sem exceção, em todas as áreas de expansão da fronteira agrícola ou pecuária. O número de mortos em conflitos fundiários e a constatação de que 37,5% destes se concentram na região Norte (principalmente no Pará) dimensionam o tamanho do desafio para o Estado na promoção de segurança pública no campo, especialmente nas áreas da fronteira agropecuária.

As pressões também são feitas por outros meios, em certos casos violentos: invasões de casas, destruição de cercas e roçados, invasões da vida privada, familiar e domiciliar, constrangimentos ilegais etc. Estes meios representam violações aos direitos à intimidade, ao domicílio, à honra e à reputação e até mesmo a um direito tão caro aos empreendedores privados, que é o direito à propriedade.

A grilagem de terras (processo fraudulento de aquisição da propriedade) surge como uma tentativa de dar aparência de legalidade à tomada das terras. A falsificação e o uso de documentos falsos, a corrupção de cartórios de registro de imóveis são os meios mais utilizados. A outra face desses processos é a expulsão dos posseiros e das comunidades locais, o que os falsos proprietários logram realizar, inclusive – como se tem conhecimento –, mediante liminares de despejo obtidas no Judiciário. É o desrespeito absoluto, ainda que travestido de legalidade, dos direitos possessórios (em alguns casos ancestrais das comunidades locais) e dos direitos territoriais de populações tradicionais.

A confusão fundiária predominante nas áreas de expansão agrícola e a falta de documentos que comprovem a posse ou propriedade das terras ocupadas pelos agricultores familiares deixam esses grupos fragilizados frente a especuladores, grileiros e fazendeiros. É responsabilidade do poder público fornecer os documentos básicos à população. Os documentos que comprovam direitos sobre a terra conferem maior segurança a seus titulares, por exemplo, quando demandados em ações possessórias e ao se verem ameaçados por despejos forçados. Também são deveres do Estado promover a ordenação fundiária, punindo as práticas ilícitas de aquisição de terras, titulando terras indígenas e quilombolas e reconhecendo o usucapião de indivíduos ou famílias que trabalham e residem em área de terra de até 50 hectares e o direito prioritário desses grupos na concessão de direitos reais sobre terras devolutas, bem como realizar a reforma agrária pela desapropriação de terras improdutivas e também daquelas onde forem encontrados trabalho escravo e degradação ambiental, conforme os diversos mandamentos constitucionais.

O acesso à Justiça é desigual e imprime desde logo aos grupos mais pobres uma desigualdade de poder: enquanto as integrantes da Associação de Mulheres que denunciaram, em Oriximiná, a degradação ambiental causada pela monocultura da soja são processadas para provar em juízo essas denúncias, os próprios fazendeiros e seus prepostos não são demandados na Justiça para responder pelos mesmos danos ambientais.

É preciso maior sensibilidade do Judiciário para lidar com conflitos coletivos, especialmente na concessão de liminares de reintegração de posse contra grupos que não possuem alternativas de trabalho e moradia. O caso do Projeto de Assentamento Liberdade, no Baixo Araguaia (Canabrava do Norte), é emblemático: as famílias despejadas, por ordem da Justiça, de uma fazenda localizada ilegalmente na área do assentamento (terras da União) ficaram acampadas às margens da estrada, entre a cerca da fazenda e o asfalto, privadas das fontes de alimentação e trabalho e sem alternativa de destino, já que o próprio Incra as havia retirado da Terra Indígena Urubu Branco, quando esta foi reconhecida pela Funai. A violência empreendida pela polícia no cumprimento do mandado judicial é questão que merece reprimenda ainda maior. O drama frente à ação ilícita e desproporcional dos policiais foi ilustrado no relato de um morador do PA Liberdade:

“Eles trouxeram o pessoal e jogou aí, a polícia veio, veio com dois ônibus de polícia e puseram eles todinho para fora, aí eles ficaram do lado de fora, bateram neles, foram humilhados e ainda hoje são humilhados lá.”

A aplicação de agrotóxicos sobre moradias e propriedades de agricultores familiares é, ao contrário da grilagem de terras e da violência, uma forma de pressão sobre a população local ainda pouco conhecida da população em geral, mas certamente é uma das mais dramáticas. Entre os vários relatos, alguns valem ser resgatados por serem capaz de demonstrar, por si só, a intensidade das violações de direitos praticadas. Os casos incluem mortes por intoxicação e riscos elevados de contaminação humana, especialmente de crianças; doenças; contaminação dos recursos naturais e da pequena produção agrícola; ameaças; e finalmente um exemplo de venda da área.

“... eles jogam o veneno com avião, vêm... passa por cima da casa... vai lá, dá aquela volta, torna a vir, passa por cima da casa com veneno. Isso é muitas vezes por dia, não sei nem contar quantas... passa o dia chegando... vai lá, vem, torna de novo pra matar a praga (...) **Já morreu duas crianças [uma de seis meses e outra com pouco mais de um ano de vida]. Eram meus netos, meus netos.**”

Florência, Vereda Bonita, Campos Lindos (TO)

“O Arlindo, filho de D. Luzia e Sr. Antônio, na Serra do Centro, foi intoxicado em 2002. Ficou todo inchado. (...) Nesse mesmo período que o Arlindo foi intoxicado, **um jovem filho de seu Aleixo morreu todo inchado e também um pai de família chamado Zé Boiote.** Nesse período [2002] muitas pessoas que trabalhavam ou moravam na Serra [do Centro] tinham sintomas de intoxicação [inchaço] e o tratamento era feito fora de Campos Lindos.”

Posseiro da Comunidade São Francisco, Campos Lindos (TO)

“Eles trabalham durante o dia e, à noite, vêm pra cidade e vão pra um lugar seguro e a gente fica lá, sentindo aquele mau cheiro, então não tinha como. Várias doenças apareceram que a gente não conhecia antes como, por exemplo, o que a gente conhece por sarna em animais: galinha, cachorro, é, aparecia uma mosca miúda que feria a gente, muito mesmo. Na estrada assim a gente não podia andar, tinha de ser de bicicleta, e rápido, porque elas atacavam nós. Antes nunca apareceu. No nosso maracujá tinha uma plantação boa, mas atacou uma doença, e a gente não conseguiu controlar. Nunca antes tinha, porque desmatam e os insetos vão pra onde tem alguma coisa.”

Silvino, ex-agricultor familiar de Santarém (PA)

“Tinha uma criação de galinha caipira, acabou, ele tinha um plano de criar abelhas, acabou. Por quê? Vinte metros, do outro lado, tinha uma grande plantação de soja. Todo bichinho que saía daqui com sintoma de envenenamento a galinha dele comia, o porco, e iam morrendo. Ele se obrigou a vender a terra dele e vendeu barato e está em outro local, porque não teve mais como suportar. A área dele já era pequena. A abelha que ele ia criar ia lá na flor da soja e ficava envenenada. As crianças que iam para a sala de aula, no momento que jogavam veneno, era insuportável a contaminação com crianças.”

Venilson José Ferreira da Silva, presidente do Centro de Estudos e Formação de Trabalhadores Rurais do Baixo Amazonas (Ceftbam), Santarém (PA)

“... e falava para o cara assim: ‘olha, se você não nos vender, nós vamos desmatar todinho aqui, jogar veneno, matar o seu gado; ou você vende para nós ou você vai morrer junto com os animais’. Aí o cara ia fazer o quê? Pegava e vendia o lote. Isso aconteceu no Posto da Mata.”

Antonio Silvino, PA Liberdade, Canabrava do Norte (MT)

“... um deles disse pra mim: ‘se ele não quer vender, eu (...) uso um veneno lá que ele não vai colher nada lá e vende pra mim’, ele falou bem aqui, igual nós estamos aqui sentados.”

Antonio Valdir, da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (PA)

É preciso destacar que os efeitos da degradação ambiental são desiguais também de acordo com o gênero:

“Geralmente quem fica lá na propriedade diretamente são as mulheres, que sofrem com consequência da saúde porque é muito agrotóxico que eles usam; os venenos que atingem as plantações, mesmo as do lado da casa que não pode, quer dizer, as mulheres sofrem com o trabalho doméstico, com o trabalho da horta, não têm condições de fazer um trabalho como viviam antes.”

Izaurina, da região de Santarém (PA)

A fiscalização sobre o uso de agrotóxicos, por sua vez, se não precária, é totalmente inexistente. Embora a legislação sobre agrotóxicos seja rigorosa quanto ao uso dessas substâncias, inclusive impondo aos usuários responsabilidade por diversos procedimentos de controle da aplicação que serviriam à investigação pública das denúncias de irregularidades, ela é frontalmente violada não só pelos responsáveis das fazendas de soja, como pelo próprio poder público, que não cumpre seu dever de fiscalizar. Enquanto isso, paradoxalmente está em curso, no país, uma tentativa de desregulamentar o registro de agrotóxicos, tornando mais permissivo o mercado desses produtos.

A expulsão dos grupos locais e as diversas formas de pressão têm levado à desestruturação produtiva e social das comunidades locais. Enquanto algumas desaparecem por completo, outras perdem acesso a serviços essenciais de educação, saúde e transporte e a recursos naturais de que dependem, sofrendo um retrocesso inclusive em direitos que aparentemente não possuem relação direta com a disputa pela terra.

Os casos demonstram que, ao saírem de suas terras, as famílias perdem qualidade de vida: ou migram para outras áreas de ocupação, ou compram lotes em outras áreas mais distantes e com menos acesso a serviços públicos essenciais, ou mudam-se para um centro urbano. Como conseqüências, êxodo rural, desemprego e pobreza no país.

“... muitas famílias venderam, e hoje estão arrependidas porque acabou o dinheiro, eles vieram para a rua, acabou o dinheiro e agora não têm como pegar outra terra. Uns vieram para a cidade, outros voltaram para o Pará, Tocantins. (...) A situação piorou, a fome, muita fome, né. Porque o pessoal lá tendo a terra lá, mesmo não produzindo para vender, mas ele está produzindo para se alimentar, né. Se vendeu a terra acabou, não tem como.”

Raimundo Nonato, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Alegre do Norte (MT)

“Você tem que pensar em sua família, no seu filho que tem que estudar. Vou ir para a cidade grande, quem tem o estudo sobrevive e quem não tem vai ficar nas favelas. E aqui no mato não, aqui você tem uma galinha, planta para comer, tem o rio ali, pega um peixe, planta uma melancia, e lá na cidade tudo se compra, se tem dinheiro compra, e se não tem?”

Antonio Silvino, do PA Liberdade, Canabrava do Norte (MT)

“A cidade é basicamente ocupada por posseiros que saíram da zona rural. Talvez 30% não sejam posseiros. Os posseiros vêm de todas as partes: da Sussuarana, da Serra do Centro [hoje restam apenas 10% do que tinha], Rio Bonito, Rancharia.”

Adão Macaxeira, ex-posseiro da Fazenda Sussuarana, Campos Lindos (TO)

“Aí o posseiro vai pra cidade, chega sem estrutura, não consegue um emprego, sem nada, desempregado, não sabe viver na cidade e então volta pra terra pra viver como agregado do fazendeiro, cata toco por um salário miserável. Muitos trabalham sem carteira assinada, ou por diária. A maioria destes trabalhadores, sem carteira assinada, são daqui, mas tem fazendas que preferem trazer gente de fora pois eles terminam o serviço mais rápido para irem embora logo; os daqui ficam querendo folga nos finais de semana, ir pra Campos Lindos.”

**Cleuza, da Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola
São Francisco, Campos Lindos (TO)**

“... são trabalhadores rurais que vivem urbanamente sem emprego, e as pessoas não têm estudos suficientes e mesmo as que têm trabalho, não serve. Então vão encher as periferias das cidades e nós, a maioria vem do interior atrás de uma escola melhor e acaba ficando desempregado, sem uma boa educação porque o sistema público não oferece uma boa educação, se você não tem o segundo grau não tem emprego garantido e aí o que acontece: prostituição, envolvimento com drogas, com crianças porque começam bem pequenininhos, até os 18 que aí morre ou fica preso.”

Edson Azevedo, do Instituto Manancial, de Santarém (PA)

A desestruturação dos sistemas produtivos locais baseados na produção diversificada da agricultura familiar, na pequena pecuária e no extrativismo, viola o direito ao trabalho e à renda à medida que, por um lado, a baixa empregabilidade do agronegócio não permite a reinserção produtiva dos trabalhadores rurais expulsos e, por outro, se isso ocorre, lhes proporciona empregos de baixa qualidade e alto risco. A falta de alternativas de sustento tira das pessoas a opção de escolherem livremente um trabalho digno, o que é elemento fundamental do direito humano ao trabalho. Nesse contexto, as formas degradantes de trabalho e o trabalho escravo tornam-se violações sistemáticas dos direitos humanos.

“... muitos de nós são obrigados a trabalhar como escravo nas fazendas da região para poder sustentar a família. Para resumir: ontem, a gente trabalhava na libertação, hoje a gente trabalha no cativeiro.”

**Pedro Piauí, posseiro da Fazenda Sussuarana,
Campos Lindos (TO)**

“Entre 2000 e 2001 fui escravizado na fazenda do Sr. Dejandir Dalpasquale. Lá trabalhei na derrubada do pequi, bacuri, destruí todo o cerrado e queimei. Na época éramos uns 40. Vivíamos em barraco de plástico. Agüentamos uns três meses e resolvemos denunciar no sindicato. A fiscalização chegou. Estou sabendo que lá continua a mesma coisa. Muitos não têm coragem de denunciar.”

Pedro Piauí, idem

“Muitos de nós são obrigados a trabalhar como escravos nas fazendas da região para poder sustentar a família.”

**Camponês da comunidade de São Francisco,
Campos Lindos (TO)**

A perda de acesso e da possibilidade de produção das diversas fontes de alimentação, devido à própria redução das áreas de cultivo familiar e à ocupação das áreas de extrativismo pela monocultura, mas também em razão da degradação ambiental (desmatamentos de reservas legais, de nascentes e matas ciliares, redução do volume das águas e sua contaminação por agrotóxicos, desaparecimento do pescado) coloca milhares de famílias em situação de insegurança alimentar, atingindo o direito à alimentação adequada. Perde-se a biodiversidade riquíssima original dessas regiões e a produção diversificada, como a do Cerrado de Campos Lindos: bacuri, buriti, buritirana, caju, pequi, bacaba, mangaba, piaçava e mel; ‘roça de toco’ produzindo arroz, milho, mandioca, feijão de corda, fava, abóbora, melancia, banana, abacate, abacaxi, algodão; na criação de suínos e aves; caça de animais silvestres (veado, catitu, anta, ema, siriema, cutia, tatu, perdiz); e pesca.

“Aqui próximo tem o ribeirão Centro: nós pescava muita piabanha, mas hoje você encosta na beira dele e não enxerga nem piaba. As piabanha tinha de todo tamanho, hoje não encontra nada (...) Hoje a gente não vê mais peixe, os peixe vai embora tudo, quando o peixe sente a catinga de veneno ele vai embora. (...) “Não há fruta no Cerrado, não há caça, peixe, abeia, acabou com tudo. (...) Os plantadores de soja não deixam árvores em pé, pois ‘prejudica’ a produtividade da área. E aí, a gente não está achando nada mais. (...) Nós tamo oprimido.”

**Maria Florência Ribeiro,
de Campos Lindos (TO)**

A desestruturação da produção local e da vida comunitária significa, também, a perda de bens culturais. É evidente a percepção de perda e de violação à dignidade presente no depoimento da Sra. Marina Pimentel, que vendeu sua terra em Belterra e mora atualmente no município de Santarém:

“Em relação à convivência, antes era uma comunidade, a gente ia pra igreja, brincava e conversava com os vizinhos e depois ficou só a gente lá. A gente já tem os filhos adolescentes e vivem lá dentro do mato onde não passa ninguém, e o transporte também é muito difícil.”

“Quando eu tava lá, nosso medo era de ficar muito isolado, porque já estava, dava uma tristeza, chegava na estrada olhava pro lado, nenhum vizinho, nenhuma pessoa andando.”

Anônimo

A relação das comunidades rurais e das populações tradicionais com a terra é muito mais ampla que a relação de propriedade. Ela representa a possibilidade de realização de suas atividades produtivas e de sua reprodução sociocultural. A terra – e o meio ambiente como um todo – é fonte de sustento, local de trabalho, de moradia e de desenvolvimento cultural. A Floresta Amazônica e o Cerrado são dois dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta e abrigam populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas que há décadas – por vezes centenas de anos – convivem em equilíbrio com suas florestas, suas águas e seus animais, desenvolvendo uma cultura integrada com o ambiente. Os territórios dos grupos tradicionais possuem, em muitos casos, significados religiosos. O direito desses grupos à sua expressão cultural deve ser entendido como direito humano à medida que é essencial à realização digna de suas vidas.

A Constituição eleva a riqueza cultural das populações formadoras da nação brasileira à qualidade de “patrimônio cultural brasileiro”, sendo reconhecidos como tal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216, incisos I, II e V).

Aos grupos indígenas a Constituição Federal conferiu garantias de proteção de sua cultura, das terras que tradicionalmente ocupam e de seus recursos naturais. Reconhecidos como direitos originários, cabe à União Federal demarcar as terras indígenas, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, inclusive contra as diversas formas de pressão do agronegócio. Quaisquer atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes são nulos e não produzem efeitos jurídicos, a não ser em casos de relevante interesse público da União, definidos em lei complementar (art. 231, parágrafo 6º). As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (art. 231, parágrafo 4º). A Constituição também reconheceu a organização social, os costumes, as línguas, crenças e tradições dos povos indígenas (art. 231, *caput*).

Ao mesmo tempo em que os grupos indígenas que foram deslocados de seus territórios tradicionais para dar lugar à agropecuária e aos projetos de infra-estrutura têm esse conjunto de direitos violados, como o povo Kaiabi, que “amarga um sentimento de perda, indizível e profundo”, eles mantêm o

direito ao reconhecimento de seus territórios. A efetivação da titulação de suas terras, mediante ação do poder público federal, constitui direito das comunidades e dever fundamental do Estado.

No caso dos Xavantes da Terra Indígena Marãiwatsede, é inaceitável a ineficiência do governo federal em reassentar os posseiros ali localizados ilegítimamente, por pressão e manipulação política de autoridades e políticos locais e de uma organização que atua na região liderada pelo Sr. “Gilbertão”. A degradação ambiental da área, recentemente reconquistada com o apoio de decisão do Supremo Tribunal Federal, aliada à falta de apoio governamental, tem deixado esse grupo Xavante abandonado à miséria.

Com a degradação ambiental no entorno das terras indígenas, torna-se necessário pensar a proteção das terras e dos bens indígenas para além das suas fronteiras territoriais. A contaminação por agrotóxicos, o desmatamento de áreas de nascentes e das matas ciliares dos rios da Bacia do Xingu causam danos ambientais que vêm alcançando as áreas internas do Parque Indígena do Xingu. Os mesmos têm ameaçado a sobrevivência do povo Krahô. Esses efeitos apontam que haverá interesse juridicamente protegido, dos grupos indígenas, de exigirem a proteção do meio ambiente em toda a área da bacia hidrográfica onde se encontram e de participarem de políticas públicas relativas à ocupação produtiva dessas áreas.

A Constituição Federal, além de elevar a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica (art. 170), definiu-a como direito humano, nos seguintes termos:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (art. 225)

A responsabilidade pela defesa do meio ambiente, como se depreende do texto constitucional, é do Estado e também da sociedade. O que se percebe, com a expansão das monoculturas, é que, se por um lado há falhas do poder público em fiscalizar eficientemente e punir o descumprimento das normas ambientais (por falta de estrutura de seus órgãos, por corrupção de seus agentes etc.), por outro os particulares vêm desrespeitando normas vigentes que protegem as florestas e as águas e que regulam o uso de substâncias tóxicas. O desmatamento de áreas de reserva legal (que chegam a 80% da propriedade na região de floresta amazônica) e de preservação permanente (nascentes e mata ciliar) afrontam a legislação ambiental brasileira que dá concretude aos princípios constitucionais em matéria de meio ambiente.

Os dados apontados sobre o desmatamento em Sorriso, Querência e Campos Lindos comprovam que nesses municípios já há passivos ambientais atribuíveis à monocultura da soja e que exigem reparação imediata.

A punição efetiva das infrações ambientais também é dificultada pelo grande número de possibilidades administrativas e judiciais disponíveis para a defesa dos infratores, que logram suspender as punições até o julgamento final do caso pelo Poder Judiciário. A sensação de impunidade é confirmada quando se compara a quantidade de multas autuadas pelos órgãos ambientais e as efetivamente pagas pelos infratores. Apenas 1,21% dos multados pelo Ibama por infrações à lei de crimes ambientais pagam o que devem. Em 2004 e 2005, o Ibama da Bahia, por exemplo, somou R\$ 122,5 milhões em multas aplicadas e arrecadou apenas R\$ 1,5 milhão.⁶⁶

É necessária uma atuação mais incisiva do Ministério Público, especialmente os estaduais, na investigação e busca de responsabilização dos crimes ambientais praticados. Apesar de termos uma lei que criminaliza diversas práticas lesivas ao meio ambiente, não se tem notícia de fazendeiros condenados por elas. A defesa do meio ambiente também seria fortalecida se, mais uma vez, o acesso à Justiça das diversas comunidades não fosse apenas um direito escrito mas também realizado concretamente.

Para atingir os seus fins, todos os povos podem dispor livremente das suas riquezas e dos seus recursos naturais... Em nenhum caso poderá um povo ser privado dos seus meios de subsistência. (PIDESC, artigo 1º.2.)

A piora na qualidade de vida e no bem-estar dos grupos que sofrem os impactos da monocultura deve ser combatida, como exigência de respeito aos direitos humanos. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), ratificado pelo Brasil em 1992, estabeleceu que:

Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e para suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e alojamento suficientes, bem como a um melhoramento constante de suas condições de existência. (art. 11.1, primeira parte)

Assegurar a viabilidade de atividades como o agroextrativismo, a pesca artesanal e a produção do agricultor familiar significa, portanto, proteger e garantir os direitos econômicos e sociais das comunidades rurais e das populações tradicionais ao trabalho, à renda e ao desenvolvimento com respeito a seus direitos culturais. Já em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem reconhecia que:

66 Fonte: Jornal do Meio Ambiente (<http://www.crbio3.org.br/noticias/index.php?id=645&idcategoria=6>)

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade. (art. 25.1)

Um debate aqui adquire relevância: o da convergência entre desenvolvimento, direitos humanos e democracia. Se não há uma fórmula única pela qual as atividades econômicas podem aumentar o bem-estar da população e se há interesses em disputa, é preciso que o debate e as decisões sejam abertos à sociedade, ao mesmo tempo em que se garantem condições materiais equitativas à participação.

A satisfação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais depende da ação do Estado para proporcionar a distribuição de riquezas mediante políticas públicas, do planejamento e execução de políticas de desenvolvimento integradas e inclusivas e de sua determinação em estancar processos de geração de desigualdades e aprofundamento da exclusão social. A simples fixação de limites físicos à expansão da monocultura da soja não basta para proteger o pequeno produtor, como demonstraram os estudos, uma vez que o modelo intensivo em insumos químicos e tecnologia é naturalmente concentrador.

As políticas públicas que historicamente buscaram proporcionar o desenvolvimento das regiões hoje ocupadas pelo agronegócio fortaleceram uma cultura patrimonialista centrada nas vantagens individuais privadas e não no interesse público, muito menos no interesse das coletividades locais. A doação de terras públicas, a concessão de incentivos fiscais e financiamentos públicos voltaram-se, como regra, ao especulador ou empresário forasteiro. Pela criação de “desigualdades na lei”, o Estado brasileiro foi profícuo em orientar a tomada do território e promover velhas estruturas de dominação. O uso do espaço público para realização de interesses privados dos governantes, como explícito no caso do Loteamento Santa Catarina, em Campos Lindos, fortalece práticas arbitrárias e discriminatórias (“Mais do que ‘quantos’, importava ‘quem’ seriam os ocupantes da terra”).

A superação dos obstáculos à realização concreta dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais exige que os conflitos sejam evidenciados, que as violações de direitos sejam identificadas – assim como seus responsáveis – e as situações de desigualdade sejam desnaturalizadas. É um processo que exige consciência e afirmação de atores sociais como sujeitos coletivos portadores de direitos na luta contra a desigualdade e a discriminação, a

ampliação do acesso à Justiça, a universalização das garantias dos direitos e a luta pelas reparações. Os movimentos sociais precisam estar atentos a seu protagonismo como sujeitos coletivos portadores de representatividade e identidades juridicamente relevantes.

A construção de uma sociedade mais justa passa pela superação da cultura do individualismo, que protege o absolutismo do direito à propriedade, pelo ganho de credibilidade do Judiciário para a resolução de conflitos que envolvem coletividades, pela formação de consensos, no seio da sociedade, em torno da responsabilidade do Estado para com seus cidadãos e da comunidade internacional para com todos. O que não se admite é que a sociedade vivencie o retrocesso na realização dos direitos humanos. ●

Instituições, programas, projetos e siglas

- **Abef** – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
- **Abiove** – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- **Abipecs** – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
- **Acosper** – Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará
- **APA-TO** – Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins
- Aprosoja – Associação dos Produtores de Soja
- **BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **Ceftbam** – Centro de Estudos e Formação de Trabalhadores Rurais do Baixo Amazonas
- **CF** – Constituição Federal
- **CNA** – Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil
- **Cofins** – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- **Conab** – Companhia Nacional de Abastecimento
- **CNPC/Embrapa** – Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos
- **CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros
- **CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- **Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- **Faeg** – Federação da Agricultura do Estado de Goiás
- **Faet** – Federação da Agricultura no Estado do Tocantins
- **FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- **Fase** – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- **FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- **Fetagri** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- **Fidam** – Fundo de Investimentos Privados para o Desenvolvimento da Amazônia
- **Gatt** – Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas
- **Gestar** – Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural

- **GTA** – Grupo de Trabalho Amazônico
- **Ibama** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- **Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- **IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados
- **ISA** – Instituto Socioambiental
- **Jica** – Agência de Cooperação Internacional Japonesa
- **Mapa** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- **MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores
- **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- **Naturatins** – Instituto Natureza do Estado do Tocantins
- **OCDE** – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
- **OMC** – Organização Mundial do Comércio
- **ONG** – Organização Não-Governamental
- **Pidesc** – Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- **PIB** – Produto Interno Bruto
- **Fiesp** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- **PIS** – Programa de Integração Social
- **Pladesc** – Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste
- **Polamazônia** – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
- **Polocentro** – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- **Polonoroeste** – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
- **Prodecer** – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado
- **Prodes** – Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite
- **Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- **Proterra** – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
- **Seade** – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
- **Secex** – Secretaria de Comércio Exterior
- **SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural
- **Sudam** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- **Sudeco** – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
- **USDA** – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
- **UBA** – União Brasileira de Avicultura

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, S. *Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições*. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2001.
- ALVES Jr., G. *O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso*, in *Caminhos de Geografia*, 4(9)17-30, junho de 2003. www.ig.ufu.br/revista/volume09/artigo02_vol09.pdf
- BERTI, M. J. F. *Balanço de uso e aplicação de fertilizantes e agroquímicos em duas sub-bacias do município de Sorriso/MT*. Dissertação (mestrado em Engenharia). Rio de Janeiro. UFRJ, 2001.
- BORTOCELLO, O.; DIAS, E. *Resgate Histórico do Município de Sorriso*. Cuiabá, 2003.
- BRUM, A. *Economia da soja: história e futuro – Uma visão desde o Rio Grande do Sul*. <http://www.agromil.com.br/econosoja.html>, 2005.
- CASTILHO, M.W.V. *Relatório Ambiental. Terra Indígena Kanela/Buriti Velho*. Portaria nº 1449 de 1/11/2004 Funai-Unesco, 2005.
- CONAB. *Indicadores da agropecuária*. Brasília, abr. 2006. Ano XV, nº 04.
- CONAB. *Indicadores da agropecuária*. Brasília, jul. 2006. Ano XV, Oitavo Levantamento.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2006*.
- GUIMARÃES NETO, R. B. *A lenda do ouro verde*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2003.
- _____, R. B. *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades*. Projeto História. São Paulo, 2003.
- GREENPEACE. *Eating up the Amazon*. 2006. <http://www.greenpeace.org/international/press/reports/eating-up-the-amazon>
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 a 1978*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- JR., J. *“Terra sem povo”, crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia*, in *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília. CNPq, 2005.
- LEROY, J-P. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro. Vozes e FASE, 1991.
- MAYOZER, M. *Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo: causas e conseqüências*. Palestra proferida na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS – Porto Alegre/RS, em evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e promovido pelo PGDR e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA). Jul. 2003.

- MB Associados, 2004. *O sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?* São Paulo. FIESP, junho de 2004.
- MINTZ, S. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out. 2001, vol.16, nº 47.
- OLIVEIRA, A. *BR-163, Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização, in Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília. CNPq, 2005.
- PEREIRA, S. *A evolução do complexo soja e a questão da transgenia*. Rio de Janeiro, Revista de Política Agrícola, abr/mai/jun 2004.
- SACHS, I. *Redescoberta e invenção do Brasil rural*. http://www.cndrs.org.br/documentos/texto_sachs_capitulo_iii.doc
- SCHLESINGER, S. *O grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro. FASE e ActionAid, 2006.
- SENRA, K. *Kaiabis*, 1999. <http://pegue.com/indio/kaiabi.htm>
- SHIKI, S. *O futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. FASE, 2000.
- SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- TORRES, M. *Fronteira, um eco sem fim. Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163, in Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília. CNPq, 2005.
- WHITE, C. et al. *Soy Expansion in the Brazilian Amazon Region: a local and global social and environmental dilemma*. <http://www.ambafrance.org.br/refeb/projets>
- USDA. *Oilseeds: World Markets and Trade*. Fevereiro de 2006.

PUBLICAÇÃO

FASE (Federação de Órgãos para
Assistência Social e Educacional)

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2536-7350

Fax: (21) 2536-7379

Site: www.fase.org.br

APOIO

ActionAid Brasil

Fundação Heinrich Böll

Charles Stewart Mott Foundation

Solidaridad

As atividades da FASE em torno da
temática da soja são apoiadas também
pelas seguintes instituições:

ActionAid Americas

Comitê Católico contra a Fome e pelo
Desenvolvimento – CCFD

Fundação Ford

IDRC – International Development
Research Center (*através do projeto Red ComAgri*)

Oxfam